

**UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E
INCLUSÃO SOCIAL**

EDUARDO PERTILLE COSTA LEITE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DE IDOSOS APOSENTADOS
QUE PERMANECEM ATIVOS NO MERCADO DE TRABALHO**

Novo Hamburgo, fevereiro de 2020.

EDUARDO PERTILLE COSTA LEITE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO DE IDOSOS APOSENTADOS QUE
PERMANECEM ATIVOS NO MERCADO DE TRABALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Orientador: Professor Dr. Everton Rodrigo Santos

Co-orientadora: Professora Dra. Sueli Maria Cabral

Novo Hamburgo, fevereiro de 2020.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Leite, Eduardo Pertille Costa.

Representações sociais do trabalho de idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho / Eduardo Pertille Costa Leite. – 2020.

153 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2020.

Inclui bibliografia.

Orientador: Professor Dr. Everton Rodrigo Santos; co-orientadora: Professora Dra. Sueli Maria Cabral.

1. Representações Sociais. 2. Trabalho. 3. Idoso. 4. Aposentadoria. I. Título.

CDU 3-053.9

UNIVERSIDADE FEEVALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIVERSIDADE CULTURAL E
INCLUSÃO SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

Novo Hamburgo, 18 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Douglas Marques – Universidade Estadual de Maringá

Professor Dr. Honor de Almeida Neto – Universidade Luterana do Brasil

Professora Dra. Magale Konrath – Universidade Feevale

Professor Dr. Everton Rodrigo dos Santos – Universidade Feevale

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FCE – UFRGS, pelo incentivo à qualificação de seu corpo técnico e apoio durante os quatro anos dessa jornada.

À Escola de Desenvolvimento de Servidores da UFRGS – EDUFRGS pelo fundamental apoio financeiro, sendo possível a realização deste Doutorado.

À minha esposa, Sonia Fröhlich, grande incentivadora pela realização deste Doutorado, por seu incondicional apoio em todos os momentos desta jornada e por sua colaboração técnica de revisora desta Tese.

Aos meus netos, Júlia e Lucas, pelos momentos de ausência, quando não pude desfrutar de dias ensolarados ao lado de vocês – amo vocês!

Aos participantes da pesquisa, por sua colaboração e presteza de forma gentil e atenciosa.

Aos colegas do Doutorado, em especial ao Christian, sempre amigo e companheiro em todos os momentos.

Ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale que ao longo desses quatro anos contribuiu para o meu aperfeiçoamento intelectual.

Ao Professor Honor de Almeida Neto da Universidade Luterana do Brasil e Professora Magale Konrath da Universidade Feevale pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao Professor Everton Rodrigo Santos, orientador desta tese, que contribuiu para meu amadurecimento e aperfeiçoamento intelectual.

Por fim, meu sincero agradecimento à Professora Sueli Cabral, co-orientadora, por suas orientações, contribuições e apoio para meu amadurecimento e aperfeiçoamento intelectual.

RESUMO

O processo de envelhecimento é um fenômeno mundial no qual o Brasil está inserido com o crescente aumento da longevidade da população brasileira e a recente e paulatina mudança na concepção da velhice como um momento propício para novas conquistas. Percebe-se o trabalho como categoria integradora, pela qual o sujeito pode criar e reconhecer-se enquanto indivíduo e ser social. Neste contexto, a tese central deste estudo é que para os idosos contemporâneos o trabalho fornece sentido à sua existência como seres sociais. A partir da tríade Idoso-Trabalho-Aposentadoria, estabeleceu-se a questão central de pesquisa: Quais as representações sociais de trabalho e de aposentadoria dos idosos que permanecem no mercado de trabalho após sua aposentadoria? A hipótese de pesquisa postula que o trabalho é construído e reconstruído socialmente, e é pelo trabalho que se constrói a identidade do sujeito e obtém-se o reconhecimento social. O presente estudo apresenta um delineamento qualitativo descritivo através do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Por meio de entrevistas e de impressões percebidas nestas, traduzidas pelo DSC, destaca-se, inicialmente, que a população investigada não se percebe como idosa, e a aposentadoria é o momento de se garantir algum direito, não necessariamente uma ruptura com o trabalho, ratificando que trabalho e aposentadoria são dois constructos inter-relacionados. O trabalho, na percepção dos entrevistados, é uma questão muito central em suas vidas, visto que assegura, além de sobrevivência material, sobrevivência social, enquanto a aposentadoria demonstrou-lhes uma preocupação de isolamento social e medo de envelhecer. Em geral, os entrevistados não pretendem se aposentar de fato, porque gostam de suas atividades profissionais e das relações sociais constituídas no trabalho, pois na prática a aposentadoria representa uma sensação de vazio. Conclui-se que as representações sociais construídas pelos entrevistados estão alicerçadas num forte sentido de engajamento social. O reconhecimento de que são seres importantes e produtivos – a partir de um olhar para si próprios – está presente nos discursos e materializa-se no trabalho, onde se fortalecem e se engajam socialmente.

Palavras-chave: Representações Sociais. Trabalho. Idoso. Aposentadoria.

ABSTRACT

The aging process is a worldwide phenomenon in which Brazil is inserted with the growing of the Brazilian population longevity and the recent and gradual change in the concept of aging as a proper moment for new achievements. It is possible to notice the work as an integrative category, through which the subject can create and recognize himself while individual and social being. In this context, the main thesis of this study is that to the elderly people the work provides meaning to his existence as a social being. From the triad Elderly – Work – Retirement, the central question of the research was established: Which are the social representations of work and retirement of the elderly people that remain in the labor market after his retirement? The hypothesis of research postulates that the work is build and rebuild socially, and it is through the work that the identity of the subject is build up and that the social recognition is achieved. This study presents a qualitative descriptive design through the method of Collective Subject Discourse (DSC). Through interviews and impressions noticed in these ones and translated by DSC, it is possible to highlight, firstly, that the population investigated do not perceive themselves as elderly, and the retirement is the moment to guarantee some right, not necessarily the disruption with work, ratifying that work and retirement are two interrelated constructs. The work, according to the perception of the interviewees, is a very central issue in their lives, since it ensures, besides material survival, social survival while retirement showed them a social isolation concern and fear of aging. In general, the interviewees do not intend to retire indeed, because they like their professional activities and the social relations formed in the work, since in practice, retirement represents a feeling of emptiness. It is possible to conclude that the social relations formed by the interviewees are based on a strong sense of social engagement. The recognition that they are important beings and productive – as of a look to themselves – is present in the discourses and materializes in the work, where they empower and engage themselves socially.

Keywords: Social Representations. Work. Elderly. Retirement.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações de Proteção Social aos Idosos e Aposentados.....	74
Quadro 2 – Etapas do Discurso do Sujeito Coletivo	92
Quadro 3 – Perfil da População Investigada	98
Quadro 4 – Questões e Categorias	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projeção da População Brasileira em Porcentuais por Ano e Grupos de Idade	61
Tabela 2 – População Economicamente Ativa (PEA) e População Economicamente Ativa Ocupada (PO) por Grupo de Idade	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O TRABALHO AO LONGO DO TEMPO COMO FENÔMENO CONSTRUÍDO SOCIALMENTE	18
2.1 CONCEPÇÕES DO TRABALHO – DA SOCIEDADE INDUSTRIAL PARA A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL	23
2.2 O TRABALHO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	36
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE	39
2.4 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO	44
3 O TRABALHO E AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ENVELHECIMENTO	47
3.1 O ESTIGMA DA VELHICE	53
3.2 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO	59
3.3 TRABALHO E APOSENTADORIA: MÚLTIPLOS OLHARES	66
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS IDOSOS.....	70
4 OS DILEMAS DA APOSENTADORIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO	77
5 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	83
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	89
6.1 POPULAÇÃO INVESTIGADA	93
7 OS IDOSOS CONTEMPORÂNEOS: UM SENTIDO PARA A VIDA ATIVA	97
7.1 AS NARRATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	99
DSC 01 – O que você entende por idoso? Categoria: A idade não é o mais importante	100
DSC 02 – Você se sente idoso? Categoria: Percepção que o sujeito tem sobre si	106
DSC 03 – O que você entende por aposentadoria? Categoria: Novas possibilidades de ação	110
DSC 04 – Para você, qual o sentido de continuar trabalhando após se aposentar? Categoria: Engajamento social	117
DSC 05 – O que você entende por trabalho? Categoria: Emancipação do sujeito	122
DSC 06 – Qual o Significado do Trabalho em sua Vida? Categoria: Sobrevivência Material e Social	128

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICE A - ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS	150
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	151
ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA	153
ANEXO C - TERMO DE RESPONSABILIDADE ÉTICA E DE SIGILO	154

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem passado por transformações significativas que suscitam um intenso debate acerca de sua centralidade na contemporaneidade. Cabe ressaltar que essas transformações não ocorreram somente no mundo do trabalho, mas também nas relações sociais que são constantes em todo o processo histórico. Para Mercure e Spurk (2005), o trabalho encontra-se no centro do debate que toda sociedade mantém consigo mesma: este debate diz respeito ao lugar do trabalho em nossas vidas, à falta de trabalho para alguns e à sobrecarga de trabalho para outros; às formas que ele assume; às condições de trabalho próprias a certas categorias sociais e, mais recentemente, à natureza e às transformações do vínculo empregatício e da relação salarial. Dessa forma, para os autores, o mundo do trabalho tem passado por transformações significativas que suscitam um intenso debate acerca de sua centralidade na contemporaneidade. Cabe ressaltar que essas transformações não ocorreram somente no mundo do trabalho, mas também nas relações sociais que são constantes em todo o processo histórico.

No Ocidente, o mundo do trabalho passou por inúmeras mutações. A acepção contemporânea dessas transformações encontra sua origem no século XVIII, essencialmente, e tem seu apogeu no século XIX, tanto é que o trabalho se torna uma qualidade ontológica: Friedrich Engels, por exemplo, difunde amplamente a ideia de que o homem se distingue do macaco pelo fato de trabalhar (MARX; ENGELS, 1998).

Na tradição legada por Marx (1982) o trabalho é entendido como o elemento central da condição humana, pois permite aos homens transformarem a natureza mediante ações planejadas, ao mesmo tempo em que estas transformam a natureza dos próprios homens. Nenhuma outra espécie animal é capaz de empreender tal feito, por mais bem elaborado que seja o resultado de seus esforços. O que nas outras espécies é uma ação resultante de impulsos instintivos, no homem é o resultado de uma ação previamente planejada, na qual o produto faz-se presente em sua mente antes da intervenção sobre a matéria-prima sobre a qual incide. A reciprocidade transformadora, inerente ao trabalho, é o fator que o converte em um elemento central da sociabilidade humana. Até mesmo porque o trabalho é criador de valores de uso e, como trabalho útil, constitui-se em uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; uma eterna

necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, portanto, da vida humana. Desse modo, o trabalho, na matriz do pensamento de Marx, é uma categoria central para a compreensão da condição humana por ser entendido como seu fator constitutivo.

O trabalho, como categoria de análise, tem recebido muitas contribuições. Do marxismo, têm se originado as principais correntes, pois para Marx (2005) é no trabalho, num sentido ontológico, isto é, de ser, que o homem se diferencia dos demais seres vivos, gerando riqueza, bens materiais e a possibilidade de sua realização. Antunes (2009) indica que seria um equívoco pensarmos no fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias. É, entretanto, imprescindível entender quais as mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo. Novas reconfigurações da sociedade têm provocado uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano de todas as relações sociais, sobretudo, ao refletirmos sobre o mundo do trabalho.

As configurações contemporâneas do trabalho, sob o ângulo de suas implicações sociais, isto é, de seus efeitos sobre as relações de trabalho e sobre a organização social, são discutidas, por exemplo, por Antunes (1995, 1999, 2009) e Castel (1998, 2005). É possível encontrar igualmente alguns elementos de destaque sobre o trabalho nas obras de Bauman (1999a, 1999b, 2001, 2008) e Santos (1999, 2000). Conforme os autores, as transformações sociais da contemporaneidade levam a novas configurações do trabalho, o que conduz a uma reflexão sobre aspectos e processos relacionados à precarização do trabalho, à individualização das relações de trabalho, à fragmentação da sociedade, à insegurança e à vulnerabilidade. Dentro dessa visão, esses autores destacam, nas relações de trabalho reestruturadas, a permanência de relações de subordinação do trabalho ao capital, muito mais do que a emergência de novas relações autônomas, de realização pessoal e de humanização do trabalho.

É possível observar, ao longo da obra de Bauman (2001), a descrição de uma série de mudanças que vem ocorrendo na sociedade no que diz respeito ao mundo do trabalho. No tempo da modernidade sólida ou pesada, o trabalho possuía uma relação relativamente estável com o capital de forma a ambos possuírem um vínculo de dependência. O trabalhador necessitava de seu emprego, da mesma forma, que a empresa reconhecia a necessidade de mão-de-obra – ainda que explorável e descartável – para a manutenção da produção. Tal tipo de vinculação gerava uma

série de conflitos internos às organizações de trabalho, mas que possuíam como base a necessidade de encontrar um lugar comum que pudesse manter ou retomar um tipo de ordem social interna à organização, que propiciasse condições de trabalho.

Segundo Bauman (2001), a partir da segunda metade do século XX, com a instabilidade econômica mundial, o surgimento de novas tecnologias e a globalização, fatos que contribuíram para a perda da ideia de controle sobre os processos do mundo, trouxeram incertezas quanto à capacidade do indivíduo para se adequar aos novos padrões sociais, que se liquefazem e mudam constantemente. Nessa passagem do mundo sólido ao líquido, o autor chama atenção para a liquefação das formas sociais e sobre o fato de que poucas pessoas podem reivindicar privilégio, prestígio ou honra pela importância e benefício comuns gerados pelo trabalho que realizam.

Conforme Castel (1998), as últimas três décadas testemunham a crise do projeto de sociedade salarial, isso é, aquele tipo de sociedade em que os indivíduos têm sua cidadania definida pela condição de trabalhador assalariado e o assalariamento é o eixo central da organização do corpo social. Na sociedade salarial, o trabalho tornou-se uma exigência social devido à sua utilidade, daí justificar-se atrelar a ele não apenas um salário, mas todo um conjunto de proteções sociais. O assalariamento seria uma espécie de reconhecimento, por parte da sociedade, da utilidade social do trabalhador, por isso uma espécie de visto de entrada à sociedade na condição de consumidor.

Santos (2000) aponta a dispersão social do trabalho, obtida nas duas últimas décadas por processos tão diferentes como: a transnacionalização dos sistemas produtivos, a precarização e informalização da relação salarial e o aumento do trabalho autônomo e em domicílio. Ao mesmo tempo, esses processos dificultam a mobilização sindical e marginalizam a experiência do trabalho na construção da subjetividade, quer do não trabalhador, quer do trabalhador. Esses processos de dispersão social e de disjunção entre práticas e ideologias ajudam a situar a ideia de que o operariado deixou de ser uma força privilegiada de transformação social. Para o autor, essa ideia parece hoje amplamente confirmada, pois o pensamento social atual não pode ser analisado dissociado da economia, da política e da cultura. É o controle do trabalho por quem não é trabalhador, imposta pela dominação.

Para Antunes (2009), o momento contemporâneo é mais especulativo e menos produtivo, especialmente em um ciclo de crise capitalista, quando os capitais migram para atividades improdutivas e especulativas. Em outros termos, vale mais a aplicação dos recursos financeiros em investimentos de altos riscos e online do que em produtos ou serviços concretos. Entretanto o período contemporâneo não elimina o trabalho, apenas o reduz, complexifica, heterogeneiza e intensifica as formas de exploração do trabalho.

Uma das categorias sociais fortemente afetadas pelas transformações do mundo do trabalho é a do Idoso¹. Essa categoria insere-se no debate mundial sobre o envelhecimento, que veio à tona com o aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de natalidade no mundo. A Organização Internacional do Trabalho – OIT (2009) afirma ser o envelhecimento da população um dos principais problemas deste século, afetando tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento, pois reflete diretamente no mercado de trabalho e na manutenção dos sistemas de seguridade social.

No Brasil, estima-se que nos próximos quarenta anos a população de idosos (maiores de 60 anos) poderá alcançar, e até mesmo ultrapassar, a cifra dos 58 milhões de pessoas, o que representará aproximadamente 25,5% da população brasileira (IBGE, 2019). Em 2019, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 28 milhões de idosos, 13,5% da população brasileira, contra 20,5 milhões em 2011 que correspondia 10,8% da população total. Esse crescimento traz a consciência da existência da velhice como uma questão social. Questão esta que pede grande atenção, pois está diretamente relacionada com crise de identidade; mudança de papéis; aposentadoria; perdas diversas e diminuição dos contatos sociais.

O aumento da longevidade evidencia que o processo de envelhecimento na contemporaneidade, favorece a expansão do caminho de vida pós-aposentadoria, diferentemente do que acontecia no século passado. Atualmente, a aposentadoria vem carregada de múltiplas possibilidades, sendo encarada como mais uma etapa

¹ No Brasil, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, em seu primeiro artigo, regula e assegura os direitos ao idoso, definindo-o como “pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” Complementado pela Lei nº 13.466/2017, que assegura “prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, sempre preferencialmente em relação aos demais idosos” (BRASIL, 2003; 2017).

da vida, com importantes efeitos nas esferas psicológica e social dos indivíduos. Os aspectos econômicos da vida dos aposentados também devem ser levados em conta, uma vez que quanto menor a renda tanto maior será a sua preocupação em relação à aposentadoria. Aposentados com problemas econômicos, no momento que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Por outro lado, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, tendo o aposentado dificuldade para desvincular-se do mesmo (TAVARES, 2015).

De acordo com Debert (2017), a prática da aposentadoria veicula uma noção de envelhecimento associado à invalidez ou incapacidade. Todavia essa imagem negativa possibilitou a aparição da ideia do idoso como um indivíduo de direitos. Pode-se afirmar que a velhice, além de ser uma experiência individual, é fruto de um discurso que cria e recria conceitos compatíveis com as necessidades econômicas, políticas, científicas e históricas.

Dessa forma, o envelhecimento é um processo complexo e multifatorial. A variabilidade de cada pessoa (genética e ambiental) acaba impedindo o estabelecimento de parâmetros. Por isso, o uso somente do tempo (idade cronológica) como medida esconde um amplo conjunto de variáveis. A idade em si não determina o envelhecimento, ela é apenas um dos elementos presentes no processo de desenvolvimento, servindo como uma referência da passagem do tempo. Na sociedade atual, convive-se com diferentes tempos: o tempo do indivíduo e o tempo social. As regras sociais determinam o tempo para começar uma carreira e o tempo de se aposentar, como também em que momento as pessoas são consideradas velhas. Dessa forma, a velhice é uma construção social e cultural, sustentada pelo preconceito de uma sociedade que quer viver muito, mas não quer envelhecer (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Nessa direção, Tavares (2015) e Debert (2017) fazem referência à importância do trabalho para a qualidade de vida dos idosos, já que a atividade laboral influencia no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Além disso, quando o trabalho é atrelado à ideia de satisfação e realização pessoal, as possibilidades de uma sobrevida mais digna e saudável são maiores. Igualmente, além de se preservar o papel social do sujeito em seu próprio meio, o trabalho é fator determinante ao desenvolvimento humano, na medida em que é por meio dele

que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social.

O envelhecimento é um fenômeno mundial no qual o Brasil está inserido com o crescente aumento da longevidade da população brasileira e a recente e paulatina mudança na concepção da velhice como um momento propício para novas conquistas. Percebe-se, então, o trabalho como categoria integradora, pela qual o idoso pode criar e reconhecer-se enquanto indivíduo e ser social. A tese central deste estudo é que, para os idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho, o trabalho fornece sentido à sua existência como seres sociais. Deste tema decorre uma questão central de pesquisa: Quais as representações sociais de trabalho e de aposentadoria dos idosos que permanecem no mercado de trabalho após sua aposentadoria?

A tese que se tem postula que o trabalho é construído e reconstruído socialmente, “que os aspectos sociais e morais do trabalho continuam a ser um componente essencial” (GRINT, 1998, p.13) e, para os idosos contemporâneos, o trabalho é fundamental para seu desenvolvimento pessoal e reconhecimento social (CECÍLIO, 2017), como também é pelo trabalho que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social (DEBERT, 2017).

A partir das perspectivas apresentadas relativas à temática levantada, estabelece-se como objetivo principal compreender, em sua extensão e profundidade, as representações sociais de trabalho e de aposentadoria dos idosos que permanecem no mercado de trabalho após sua aposentadoria.

Como objetivos específicos, pretende-se: (I) identificar o significado de idoso para os idosos aposentados que permanecem no mercado de trabalho após a aposentadoria; (II) compreender o significado da aposentadoria para os idosos aposentados que permanecem atuando no mercado de trabalho; (III) compreender o significado do trabalho para os idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, este trabalho foi dividido em outros seis capítulos que seguem. No segundo capítulo, apresentam-se considerações teóricas com o objetivo de aprofundar o debate sobre o trabalho ao longo do tempo – um fenômeno construído socialmente, a partir das contribuições de Hegel (1971, 1992, 2009), Marx (1982, 1983, 2004, 2005), Lukács (1978, 1979, 2010), Weber (2004), Grint (1998), Giddens (2012), Spurk (2005); sobre a precarização e flexibilização do

trabalho na sociedade contemporânea, com as contribuições de Bauman (2001, 2008), Castel (1998), Santos (2000) e Antunes (2009) e sobre a psicodinâmica do trabalho com as contribuições de Dejours (2004, 2007, 2011, 2013).

Ressalta-se que o estudo traduz o trabalho como um elemento da dinâmica social, promotor de sociabilidade e inclusão, colocando em evidência as possibilidades de transformação do ser e do estar dos sujeitos. Pensar o trabalho nesta perspectiva é delegar a esta categoria analítica múltiplos sentidos, inclusive o do bem comum, rejeitando a ideia de que o trabalho só se justifica pela necessidade de sobrevivência, que aliena e que, portanto, é fetichizado.

No terceiro capítulo, apresentam-se considerações teóricas das Múltiplas Dimensões do Envelhecimento, na forma como os sujeitos idosos encaram o processo de envelhecimento, o trabalho e a aposentadoria, segundo Giddens (2005), Garcia (2007), Tavares (2015), Debert (2017) e Cecílio (2017); a dinâmica demográfica do idoso no mercado de trabalho, segundo Amarilho (2005), Camarano e Pasinato (2007), FEE (2015), Kreling (2016), IBGE (2018) e as políticas públicas de proteção social aos idosos com as contribuições de Sorj (2001), Guillemard (2007), Areosa (2008) e Chieza e Zimmerman (2014).

No quarto capítulo, apresentam-se as principais ideias do pensamento complexo da Aposentadoria no Mundo Contemporâneo, segundo Beauvoir (1990), Sennett (2000), Soares e Costa (2011), Camarano; Kanso; Fernandes (2012), Camarano (2014) e Debert (2017).

No quinto capítulo, a Teoria das Representações Sociais (TRS) é apresentada com base na premissa de que as Representações Sociais (RS) emergem no espaço público, dentro do qual os sujeitos procuram elaborar sua identidade e criar seus símbolos em uma relação de alteridade com os outros, conforme as ideias de Guareschi (1995), Jovchelovitch (1998) e Serge Moscovici (2001).

No sexto capítulo, abordam-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa. Optou-se pelo método qualitativo que é abrangente, possibilitando uma análise mais aprofundada sobre o objeto em estudo, com uma variedade de perspectivas. Assim, são apresentados os principais pressupostos do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica utilizada para analisar os depoimentos colhidos a partir dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais.

No sétimo capítulo, apresentam-se e discutem-se os resultados relativos à coleta de dados realizada, das narrativas representativas dos entrevistados, a partir do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Percebe-se que as representações sociais construídas pelos sujeitos da pesquisa mostram-se alicerçadas num forte sentido de engajamento social. O reconhecimento de que são sujeitos importantes e produtivos – a partir de um olhar para si próprios – está presente nos discursos e se materializa no trabalho, onde se fortalecem e se engajam socialmente.

Na sequência deste capítulo, constam as considerações finais da presente tese e, por fim, seguem as referências, os apêndices e os anexos.

2 O TRABALHO AO LONGO DO TEMPO COMO FENÔMENO CONSTRUÍDO SOCIALMENTE

O conteúdo e o sentido da palavra *trabalho* variam conforme as culturas e as épocas. Certas culturas não têm uma palavra abstrata para designar esta realidade, ora porque a forma do agir vital para a sobrevivência de uma comunidade é a tal ponto marcada por uma temporalidade policromática e por um entrelaçamento de atividades materiais e simbólicas indiferenciadas que qualquer categorização de um campo de atividade parece impossível, inclusive o trabalho; ora porque tal realidade encontra-se ausente ou subsumida em outras formas do agir, limitada a trabalho de um tipo particular ou então associada a certo estado do ato de fazer, à dificuldade ou ao esforço (GRINT, 1998).

O entendimento de trabalho no pensamento ocidental, iniciando pelos gregos, passando pelos romanos e pelos pensadores medievais, chegando à sociedade capitalista e a autores contemporâneos, é mais significativo do que pode dar a entender uma simples análise da evolução de um tema relevante. O trabalho, sob esta ou outras denominações, transparece como um elemento estrutural e constante de toda e qualquer sociedade, independentemente do seu estágio de desenvolvimento, estabelecendo-se como um elemento tão fundamental das relações sociais próprias de cada época e de cada sociedade (GIDDENS, 2005).

O trabalho, por muito tempo, foi visto como uma atividade inferior, geralmente executada por escravos. O trabalho escravo ajudou na construção e sustentou o desenvolvimento de praticamente todas as grandes nações, sendo que, ao cidadão, caberia o papel de ser poupado do trabalho. A ideia de trabalho, por muito tempo, trouxe conotações aversivas, associado ao sofrimento, à tortura, à dor ou a uma forma de expiar o pecado. Foi assim desde os tempos da Grécia e do Império Romano, tanto que para Aristóteles a escravidão era um fenômeno natural, visto que os escravos jamais poderiam evoluir. A partir da Idade Média, as mudanças sobre o trabalho foram sofrendo alterações lentamente até alcançar o estágio atual. Nesse sentido, Galbraith (2004, p.33-34) explica que:

O trabalho é algo visto de modo bastante diferente por pessoas diferentes. Para muitos – e isso é o mais comum – o trabalho é algo imposto pela exigência mais básica da vida: é o que os seres humanos devem fazer, talvez sofrer, para poder ter uma existência e tudo o que faz parte dela. Ele garante a alegria de viver e afasta desconfortos mais graves ou coisas

piores. Embora muitas vezes repetitivo, estafante e mentalmente desinteressante, é suportado para que se possa atender às necessidades da vida e obter alguns prazeres, além de certa reputação na sociedade.

Dessa forma, para Galbraith (2004), a palavra trabalho tem uma variedade imensa de significados e pode ser entendida como um paradoxo, visto que abrange aqueles para quem ele é exaustivo, aborrecido e desagradável e aqueles que não precisam trabalhar, para quem ele é indiscutível prazer, talvez pela satisfação pessoal ou pelo reconhecimento de superioridade por terem outros sob comando. Assim, o trabalho descreve tanto o que é obrigatório como o que é fonte de prestígio e de alto salário invejado e buscado incansavelmente por muitos trabalhadores. “A incoerência de ter a mesma palavra para as duas condições fica logo evidente” (GALBRAITH, 2004, p.35).

Um breve percurso pelo significado do sentido do trabalho no pensamento filosófico ocidental mostra essa riqueza e contradições presentes no ato laborativo. Os gregos designavam ora como *érgon* ora como *pónos* – trabalho ou fadiga; momento de catarse ou vivência de martírio. Foi assim que o trabalho se desenvolveu ao longo da história da humanidade (CARMO, 2005).

Na vertente cristã, esse dilema permaneceu, concebendo o trabalho de modo uno, como expressão de martírio e salvação. Para o pensamento tomista², ao final da Idade Média, o trabalho era tido como um ato moral digno de honra e respeito, necessário para que os terrenos pudessem buscar a paz celestial. No protestantismo, a ética positiva do trabalho concebia o ato humano laborativo como fim mesmo da vida, para a glorificação de Deus e a busca, pelo êxito econômico, de indício da salvação eterna (GRINT, 1998).

Para Arendt (1981) a transformação moderna do significado da palavra trabalho representou também o momento em que, a partir do século XVI, o próprio trabalho ascendeu da mais humilde e desprezada posição ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas,

Quanto Locke descobriu que o trabalho era fonte de toda a propriedade, seguiu seu curso quando Adam Smith afirmou que o trabalho era fonte de

² O Tomismo é a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino (1225-1274) e que se caracteriza, sobretudo pela tentativa de conciliar o aristotelismo com o cristianismo. A filosofia tomista é, por excelência, a metafísica ao serviço da teologia (GRINT, 1998).

toda a riqueza, e alcançou seu ponto culminante no sistema de trabalho de Marx onde o trabalho passou a ser fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem (ARENDA, 1981, p.139).

A partir dos séculos XVIII e XIX, com o advento do mundo da mercadoria e do dinheiro, observa-se a prevalência do negócio (negação do ócio) e o trabalho passa a ocupar um papel decisivo, na organização da sociedade e na reflexão e investigação de sociólogos, economistas, filósofos e políticos. A questão social tornou-se o problema central para a primeira sociedade industrial nascente e os operários organizaram-se dentro de movimentos sociais, de sindicatos e de partidos. Uma nova ideologia foi assim criada no século XIX, e o socialismo se tornou a terceira visão do mundo ao lado do conservantismo e do liberalismo (HANS, 2005; CARMO, 2005).

O fato de qualquer atividade particular ser sentida como trabalho, ou lazer, ou ambos, ou nenhuma, está intimamente relacionado às condições temporais, espaciais e culturais existentes. Nesse sentido, devem-se considerar as definições de trabalho do passado e do presente como símbolos de culturas e especialmente como espelhos de poder: se o que conta como trabalho é glorificado, ou desprezado, ou relacionado ao gênero, então a linguagem e a prática de trabalho permitem ler fragmentos incorporados de poder social mais amplo (GRINT, 1998).

Dessa forma, para Grint (1998), o trabalho é um fenômeno construído socialmente, sem um significado fixo ou universal no tempo e no espaço, mas os seus significados são delimitados pelas formas culturais nas quais é praticado. Algumas culturas não distinguem trabalho de não trabalho; outras, distinguem trabalho de prazer; outras, ainda, referem-se ao emprego como uma categoria particular de trabalho. Geralmente, o trabalho pode ser qualquer forma de atividade transformadora, porém o que conta como trabalho depende do contexto social em que essa atividade transformadora ocorre. A implicação é que quando as atividades particulares são relegadas para a categoria de trabalho ou não trabalho, estas categorias, assim como as atividades, é que devem chamar a nossa atenção. O autor ainda afirma que

O trabalho tende a ser uma atividade que transforma a natureza e é normalmente empreendida em situações sociais, mas o que conta exatamente como trabalho depende de circunstâncias sociais específicas sob as quais, atividades como essas, são empreendidas e, de maneira

exigente, como é que estas circunstanciais e atividades são interpretadas por aqueles que estão envolvidos (GRINT, 1998, p.17).

Assim sendo, Grint (1998) reforça que o trabalho é construído e reconstruído socialmente. Isso implica que a maior parte do que aceitamos como verdadeiro, assim como inevitável, ou exigido tecnicamente, ou economicamente determinado, devia ser sujeito às críticas mais vigorosas: se o trabalho é construído socialmente, então é contingente e requer ações contínuas dos atores para a sua reprodução – isto não só acontece, como devia ter êxito. Ao relacionar que é comum diferenciar a economia moral do período pré-capitalista da economia de mercado que lhe tirou o lugar, Grint (1998, p.13) argumenta que “os aspectos sociais e morais do trabalho continuam a ser um componente essencial”.

Giddens (2012, p.627) define o trabalho, seja remunerado ou não, “como a execução de tarefas que exijam esforço mental e físico, que tem como objetivo a produção de bens e serviços para atender às necessidades humanas”. Conforme o autor, com frequência, tendemos a pensar no trabalho como o equivalente a ter um emprego remunerado; como implica também a noção de estar sem trabalho, mas essa, na verdade, é uma visão simplista. O trabalho não remunerado (como fazer trabalhos domésticos ou consertar o próprio carro) é uma parte importante da vida de muitas pessoas e uma contribuição enorme para a continuação das sociedades (GIDDENS, 2012).

Ainda, segundo o autor acima citado, uma ocupação ou um emprego, é o trabalho realizado em troca de um salário ou um pagamento regular, mas muitos tipos de trabalho não se aplicam a categorias ortodoxas de emprego pago. Grande parte do trabalho realizado na economia informal³, não é registrada nas estatísticas oficiais de emprego. Para a maioria das pessoas, o trabalho ocupa uma parte maior da vida do que qualquer outro tipo de atividade. Com frequência, associamos a noção de trabalho à labuta – “um conjunto de tarefas que queremos reduzir e, se possível, evadir totalmente” (GIDDENS, 2012, p.652). Contudo, o trabalho é mais do que apenas labuta, ou as pessoas não se sentiriam tão perdidas e desorientadas

³ Para Giddens (2012), o termo economia informal se refere a transações que ocorrem fora da esfera do emprego regular, envolvendo, às vezes, a troca de dinheiro por serviços prestados, mas também a troca direta de bens ou serviços.

quando estão desempregadas⁴. Nas sociedades modernas, ter um emprego é importante para manter a autoestima. Mesmo quando as condições de trabalho são relativamente desagradáveis e as tarefas são tediosas, o trabalho tende a ser um elemento estruturante na formação psicológica das pessoas e no ciclo de suas atividades cotidianas.

Kuenzer (2008), respaldada na perspectiva marxista, afirma que, em sua concepção geral, o trabalho pode ser concebido como o processo através do qual o homem transforma a natureza, os outros homens e a si mesmo, tendo em vista construir as condições necessárias à sua sobrevivência, não apenas como indivíduo, mas também como humanidade. Desse modo, o trabalho é um meio de transformação da natureza pela ação do homem e, ao mesmo tempo, torna-se o instrumento da emancipação dos sujeitos, já que possibilita a geração de renda. Assim, está intimamente ligado ao contexto econômico e à criação de um sentimento de pertencimento ao grupo, à sociedade, em distintos contextos nos quais os trabalhadores estão inseridos.

É importante reconhecer que a sociedade global atual é resultado de um movimento de caráter estrutural do capitalismo que, com forte teor ideológico, adquire poder determinante de conformação, sobretudo de novos padrões sociais. Embora se observem inúmeras mudanças no que se refere ao trabalho, ainda hoje se estabelece a mesma dinâmica do passado. Por um lado, o trabalho dissociado do seu sentido não passa de uma atividade em que o trabalhador perde-se a si mesmo, negando sua própria vida; por outro, o trabalho não perdeu sua importância uma vez que se trata do meio de sobrevivência do homem (GIDDENS, 2000).

Um dos aspectos mais característicos do sistema econômico das sociedades capitalistas é a existência de uma divisão do trabalho altamente complexa: o trabalho é dividido em um número enorme de ocupações diferentes, nas quais as pessoas se especializam. Nas sociedades tradicionais, o trabalho não agrícola implica o conhecimento de um ofício. Os ofícios eram aprendidos no decorrer de um longo período de aprendizado, e o trabalhador normalmente executava todos os aspectos do processo de produção, do começo ao fim. Com a ascensão da produção industrial capitalista, a maioria dos ofícios tradicionais desapareceu

⁴ Conforme Giddens (2012), desempregado significa; *estar sem trabalho*, mas *trabalho* aqui significa *trabalho remunerado e trabalho em uma ocupação reconhecida*.

totalmente, substituída por habilidades que fazem parte de processos de produção em maior escala (GIDDENS, 2012).

O trabalho sempre foi fundamental para o desenvolvimento humano. É necessário, no entanto, compreender as transformações nas funções, nas organizações e nos processos do trabalho para entender as percepções e representações do homem sobre a categoria trabalho. A maneira como o homem se relaciona com o trabalho faz com que tenha concepções e significados diferentes, que devem ser respeitados e entendidos, pois nenhum homem, mesmo exercendo funções semelhantes no processo de trabalho, não trabalha da mesma forma. Cada indivíduo se apropria do trabalho de maneira diferente, o que irá sustentar essa diferenciação será a maneira como o sujeito convive em seu meio social, considerado seu contexto socioeconômico (KOSIK, 1986).

2.1 CONCEPÇÕES DE TRABALHO – DA SOCIEDADE INDUSTRIAL PARA A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL

Importantes pensadores discutem a questão do trabalho, entre eles Hegel (1971, 1992, 2009), Marx (1982, 1983, 2004, 2005), Lukács (1978, 1979, 2010) e Weber (2004), contribuindo significativamente com as questões relacionadas à sociedade do trabalho, o do agir como meio ou como fim; os temas da propriedade, das profissões ou da vocação; dos trabalhos cotidianos, da riqueza, também aquele da centralidade do trabalho e da atividade material dos homens, enfim, da relação entre economia e sociedade.

Hegel (1992), em sua obra *A Fenomenologia do Espírito*, enriquece e aprofunda o conceito de trabalho, acentuando principalmente seu aspecto positivo e seu papel na formação do homem. A Fenomenologia é uma história da consciência humana e de suas relações com o mundo e os objetos reais que Hegel vê como história do espírito de que o homem é portador. Um homem só satisfaz seu desejo, suas carências humanas, quando outro homem, seu igual, reconhece-lhe seu valor humano. O homem só pode manter-se humano na relação com outros homens. A essência humana não pode manifestar-se no indivíduo isolado. O indivíduo só é propriamente indivíduo, e indivíduo humano, quando em comunidade e quando faz uso de instrumentos de trabalho que ele próprio desenvolve e produz, gerando um reconhecimento de outro como indivíduo humano.

Para Hegel (2009), o trabalho acontece quando há dispêndio e dispersão de atenção (atividade consciente) e de força física, sendo que é um meio entre a necessidade que é própria de cada ser particular (muitas das necessidades que estão para além das biológicas, são determinadas pelo conjunto das relações pessoais) e a satisfação pessoal e social. “Há uma tal mediação do particular pelo universal, um tal movimento dialético, que cada um, ao ganhar e produzir para sua fruição ganha e produz também para fruição dos outros” (HEGEL, 2009, p.178).

Dessa forma, o trabalho não é só satisfação das próprias necessidades individuais e imediatas, mas é a expressão de um valor maior: nele se forma a consciência pessoal e social, manifesta-se o caráter público e universal do ser humano. Tal atividade não ocorre mecanicamente, porém é realizada por sujeitos que, ao lidarem com a natureza, conferem-lhe um significado, de maneira que “a ação cega da natureza é transformada em uma ação conforme a um fim” (HEGEL, 1971, p.126). Diante da inércia e da indistinção existentes na natureza, o homem cria ferramentas, meios duráveis e socialmente significativos. Pelo trabalho, o homem imprime uma intencionalidade ao simples “em si” da natureza. Por meio de seu operar, de fato, o homem extrai os objetos da circularidade fechada da natureza e os insere no mundo vivo da sua existência, no processo de subjetivação e na esfera da universalidade que só ele é capaz de desenvolver (HEGEL, 1971).

Pelo trabalho, observa Hegel, ao transformar a natureza, o homem transforma a si mesmo. Neste processo, o “eu”, embrião elementar e mais pobre do nosso ser, é desenvolvido e cultivado, é significado e construído na materialização das diversas formas que assume o trabalho até se tornar consciência e expressão ético-política de abrangência universal. Ou seja, para Hegel, “o trabalho é o concreto fazer-se coisa do eu” (HEGEL, 1971, p.90). Não se trata, portanto, de mera atividade exterior, mas principalmente de uma elaboração, de uma explicitação da vida interior e de uma construção social (HEGEL, 1971).

Conforme a concepção Hegeliana, o trabalho é uma relação peculiar entre homens e objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza através dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza. Diante dessa visão, para Hegel, o trabalho confunde-se com um processo de transformação, pois, no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que, a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção. Por consequência, é que, da utilização dos instrumentos de

trabalho, cria-se a relação dos homens com outros homens e com a natureza (HEGEL, 1971).

Para Marx (1983), a categoria trabalho é a atividade resultante do gasto de energia física e mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, colaborando para a reprodução da vida humana. A esta concepção unem-se duas outras: o trabalho abstrato e o trabalho concreto. O trabalho abstrato pode ser entendido como esforço físico ou mecânico, e sua valorização corresponde à utilização da ação realizada no aproveitamento da força posta em movimento para satisfazer necessidades. É nesta condição de trabalho humano abstrato que o trabalho cria o valor das mercadorias (MARX, 1983). Já o trabalho concreto, corresponde à utilidade, à relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de objetos socialmente úteis e necessários, o elemento estruturante das relações sociais, das relações entre homem-natureza-homem. Conforme o autor, o trabalho possui uma dimensão ontológica, de criação da vida humana, através do qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, tornando-se humano, pois

é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p.153).

Na visão do autor, o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter para sobreviver. O homem, entretanto, pelo seu trabalho, conseguiu dominar em parte as forças da natureza colocando-as a seu serviço.

Hegel (2009, p.82) define trabalho como o “processo de mediação de carecimentos particulares com meios também particulares, que especifica com vista a estes fins múltiplos e pelos mais diversos processos, o material fornecido pela natureza”. Já Marx, define o trabalho como “o processo de objetivação do homem pelo qual entra em intercâmbio com a natureza, que ele molda de acordo com os fins, que ele tem em vista, para atender os mais diversos carecimentos” (MARX, 1982, p.201). A concepção de trabalho em Hegel e Marx - cada um em sua

especificidade - mostra que o ser humano, ao transformar a natureza pelo trabalho e construir o mundo objetivo, constrói-se também como sujeito e ser social.

Particularmente, as críticas de Marx à dialética mistificada de Hegel referem-se ao fato de ter visto “só o aspecto positivo do trabalho” (MARX, 1983, p.164) e não ter percebido a alienação concreta do modo de produção capitalista que afasta o homem de seus produtos, da natureza, de si mesmo e dos outros, que inverte as relações sociais, desumaniza e perverte a constituição ontológica do ser humano (MARX, 2005).

É a partir dessas críticas e da divisão de classe derivada da “divisão entre trabalho manual e trabalho mental” (MARX; ENGELS, 1998, p.28) que Marx amadurece a revolucionária concepção fundada sobre a “práxis”, introduzindo uma visão integral de ser humano capaz de realizar a dialética inseparável entre atividade prática e teórica, entre “atividade objetiva e subjetiva simultaneamente”, de recompor o elo indissolúvel entre homem e natureza, indivíduo e sociedade, trabalho físico e mental, “produção material e ensino” (MARX, 1982, p.104), em um processo histórico que constitui o homem como “ser ontocriativo”. Desta forma, a divisão do trabalho surge apenas efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual, pois a “consciência pode supor-se algo mais do que a consciência prática existente, que representa um fator qualquer coisa, sem representar algo real” (MARX; ENGELS, 1998, p.37).

Com a divisão do trabalho, que ocorreu da metade do período do século XVI até o último terço de século XVIII, o novo operário foi direcionado para atender a esse modo de produção, perdendo “pouco a pouco não somente o hábito, mas ainda a capacidade de exercer seu ofício em toda a sua extensão” (MARX 2005, p.64). Ou seja, ao serem envolvidos por esse modo de produção, os operários acabam distanciando-se da sua possibilidade de realização. Dessa forma, a divisão do trabalho pode vir a gerar novas formas de mutilação do trabalhador, ampliando ainda mais as condições de dominação do capital sobre o trabalho, caracterizando-se assim como um meio de exploração e alienação mais requintados (MARX, 2005).

Nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (1844) – como resultado dos estudos, feitos por Marx, sobre os economistas ingleses e franceses – aparecem, pela primeira vez, as categorias econômicas como categorias de produção e reprodução humana, o que permite uma descrição do ser social em bases materialistas. Na discussão de trabalho alienado, ainda no início da compreensão

da sociedade burguesa, mas já iniciando a sua familiarização com a economia política, Marx trabalha com a noção de homem como ser prático-social, ser ativo. Para Marx (2005), o trabalho é essencialmente atividade humana. Para criticar os economistas burgueses e fundamentar uma nova compreensão da relação homem/trabalho, ele busca na obra *A Fenomenologia do Espírito* (1992), de Hegel, elementos teóricos que colocam o trabalho como corolário do problema do homem. Essa ideia, de origem hegeliana, conduz Marx à descoberta de que todas as contradições da sociedade burguesa têm sua origem no trabalho alienado.

Examinando a condição de alienação do homem na sociedade capitalista, Marx ([1844] 2004) expõe nos manuscritos filosóficos do homem alguns comentários gerais a respeito da dialética de Hegel, a partir dos quais faz uma descrição do ser social. Dessa descrição, Lukács (1979) destaca que o ser social pressupõe o ser natural (orgânico e inorgânico) e a supressão deste suprime o primeiro. Esse é um processo longo e dialético que se inicia com o trabalho – uma condição de existência humana. Através do trabalho, o homem autorrecria-se, transforma-se e, ao mesmo tempo, transforma a natureza externa sobre a qual atua. É nesse processo que as propriedades da natureza e suas relações são postas em movimento e convertem-se em coisas úteis, em valores de uso. Daí ser o primeiro ato histórico a produção dos meios que permitem a satisfação de necessidades para manter o homem vivo, ou seja, a produção da própria vida material como condição fundamental de toda a história. A ação desenvolvida para satisfazer esta primeira condição e a produção dos meios para essa satisfação conduzem a novas necessidades sociais. É na produção destas novas necessidades, a partir do atendimento das primeiras, que o homem se separa da animalidade, socializa-se, autorrecria-se como ser social e começa a criar outros homens, reproduzir. Essa conversão da natureza em valores de uso é um processo teológico, pois o ser social não apenas produz e reproduz, mas tem uma intencionalidade, tem um projeto. Dessa forma, Lukács destaca nas palavras de Marx que:

No fim do processo de trabalho, emerge um resultado que já estava presente desde o início na ideia do trabalhador que, portanto, já estava presente de forma ideal. Ele não efetua apenas uma mudança de forma no elemento natural; ao mesmo tempo realiza, no elemento natural, sua própria finalidade, que ele conhece bastante bem, que determina como lei o modo pelo qual opera e à qual tem de subordinar a sua vontade (MARX, 1844 apud LUKÁCS, 1979, p.16).

Desse modo, para Lukács (1979), o trabalho é traço fundante do ser social, é próprio desse ser, mas não o esgota, porque o ser social também é consciência, é autoconsciência. Ele percebe a si, as suas finalidades e a sua relação com sua objetividade.

Giddens (2000) encontra, na análise que Marx faz da sociedade burguesa, duas fontes parcialmente separáveis, todavia diretamente relacionadas, de alienação, enraizadas no modo de produção capitalista. A primeira delas é a alienação no processo de trabalho, na atividade produtiva do trabalhador. A segunda é a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, ou seja, do controle do resultado do processo de trabalho. O autor classifica estes dois tipos de alienação, em alienação tecnológica e alienação de mercado. Ambas derivam da divisão do trabalho implicada na produção capitalista. O segundo tipo de alienação exprime o fato de a organização das relações de produção ser feita dentro de um sistema de classes baseado no domínio e na exploração de uma classe por outra: o primeiro tipo determina a especialização profissional como a fonte da fragmentação do trabalho em tarefas rotineiras e sem interesse.

Ainda segundo o autor, ambos os tipos de alienação se relacionam com a expansão da divisão do trabalho: o aparecimento das sociedades de classes na história está dependente do progresso da especialização das tarefas, que se torna, por sua vez, possível devido à existência de um excesso de produção. A constituição de uma sociedade sem classes levaria assim à abolição da divisão do trabalho tal como esta existe no capitalismo.

Na concepção de Marx (2005), segundo os termos de Giddens (2000), a alienação de mercado e a alienação tecnológica relacionam-se, pois, de forma inseparável com a divisão do trabalho. A Divisão do Trabalho é, senão, a forma alienada da atividade humana. O capitalismo, em outras palavras, conseguiu aumentar enormemente a capacidade produtiva da sociedade, à custa, porém, de uma maximização da alienação. Em termos econômicos, Marx (2005), define o capitalismo como um sistema de produção de bens no qual a principal razão é a procura do máximo valor de troca, e não ao valor de uso, o que se aplica também ao trabalho humano: o trabalho só tem valor como força de trabalho, como dispêndio abstrato de energia.

Marx (2005) entende que a superação da alienação de mercado, através de uma reorganização revolucionária da sociedade, terá como resultado uma reversão

dos efeitos de fragmentação que caracterizam a especialização que, confinando as atividades do indivíduo à execução de uma única tarefa, não lhe permite assim realizar no seu trabalho todas as suas capacidades e talentos. As transformações econômicas, geradas pelas leis do Movimento da Produção Capitalista⁵, alteram, por um lado, o sistema e por outro, preparam-no para a sua substituição dialética por uma nova ordem social. A transcendentalização do sistema de classes da sociedade burguesa permitirá, segundo Marx, que surja uma nova sociedade na qual a divisão do trabalho sofrerá uma transformação radical.

À luz dos postulados de Marx (2005), compreende-se que o processo de trabalho que ultrapassa a alienação e concretiza-se pelo conhecimento e práxis permite a subsistência do trabalhador, desde a sua simples alimentação até ao progresso da humanidade. O consenso de um processo de trabalho sadio, no qual o ser social tenha a liberdade para criar e ser criado, transformar e ser transformado, satisfaz o trabalhador, contribuindo para a evolução cultural, social, econômica e tecnológica do próprio ser e do mundo.

Nessa compreensão, independentemente da forma histórica que assume trabalho e relações materiais de produção social da existência, são fundantes da especificidade humana, na medida em que é pelo trabalho que a espécie humana se desenvolve (LUKÁCS, 1979; MARX, 1982). O ser humano contrapõe-se e afirma-se como sujeito num movimento e ação teleológica sobre a realidade objetiva. Modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo. Produz objetos e, paralelamente, altera sua própria maneira de estar na realidade objetiva e de percebê-la, e o que é fundamental, faz a sua própria história. Toda a chamada história mundial assegura Marx (1982, p.201), “não é senão a produção do homem pelo trabalho humano”.

A síntese dialética elaborada por Marx demonstra a unilateralidade do trabalho: se ele é, por um lado, uma necessidade imprescindível para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza, por outro, sob o império e o fetiche da mercadoria, ele se metamorfoseou, assumindo a forma de uma atividade

⁵ Somente por meio da concorrência é que os capitais plurais podem realizar dinamicamente sua lógica com força de lei social – não a livre concorrência da plena mobilidade do capital ou da tendência à equalização das taxas de lucro ou dos preços de equilíbrio – mas, sim, a concorrência como vetor das inovações tecnológicas, das mutações estruturais, das crises e das flutuações cíclicas, em suma, a concorrência como motor do capitalismo (CARVALHO; CARVALHO, 2014).

imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória (MARX, 2005). Na concepção marxista, o trabalho deve ser compreendido como a relação entre o homem e a natureza, porém, com o surgimento do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho, ele adquire um caráter negativo que se torna sinônimo de antagonismo de classes e de reprodução das desigualdades sociais. Ao trabalhador, nada mais resta do que a venda da sua força de trabalho. Ele não se reconhece e nem se sente feliz com o produto e com o ambiente de seu trabalho. O trabalhador torna-se cada vez mais pobre enquanto produz muitas riquezas que ficam nas mãos da classe dominante, ou seja, o trabalho na sociedade capitalista é sinônimo de poder e dominação.

Sobre o trabalho e o trabalhador, Marx constata que, ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza e se objetiva no produto de seu trabalho. Torna-se um apêndice das coisas que ele mesmo e seus pares produziram. Essas mesmas coisas dominam a consciência dos agentes da produção, trabalhadores e capitalistas. No entanto trabalhando, a pessoa se autorrealiza do mesmo modo, pois o agir produtivo permite aos trabalhadores se afirmarem em relação aos outros e em relação ao mundo ao qual pertencem. Além disso, dessa maneira, os trabalhadores ganham também sua vida, ou seja, é o trabalho que lhes permite apropriar-se das coisas (SPURK, 2005).

Lukács (1979) identificou na obra marxista a presença de uma ontologia, partindo do trabalho como categoria fundante do ser social, tendo em vista que é pelo trabalho que o homem se destaca da natureza. De acordo com o filósofo húngaro, a reprodução social é o complexo formado pelos processos concretos, historicamente determinados, sempre contraditórios, que constroem o homem como ser social, distinto ontologicamente da natureza, mas que mantém com ela uma relação metabólica inalienável. É nesse contexto, das formas concretas e históricas, que as categorias ontológicas universais do ser social têm a sua existência realizada pelo trabalho. Como fundamento ontológico do ser social, a categoria do trabalho é a ineliminável base de toda processualidade reprodutiva; por outro lado, apenas no contexto da reprodução social, o trabalho tem existência efetiva. Esses processos ocorrem de modo concomitante, tendo em vista que o ser social pode existir e se reproduzir apenas em uma contínua articulação com a natureza.

Para Lukács (1979) o conhecimento da humanidade se constrói devido às relações estabelecidas entre o homem e a natureza – por meio do trabalho – e entre

o homem e os demais homens – pela necessidade de articulação do trabalho. Nos termos do autor, a sociabilidade, a intelectualidade e, sobretudo, o modo de relação com a natureza em que se produz permanentemente o novo, têm como princípio o trabalho, uma categoria fundante. Sobre a proposição de Lukács, Lessa (2012, p. 25) comenta que

na investigação ontológica de Lukács o conceito de trabalho comparece em uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho.

Visando à particularidade do conceito de trabalho, com foco na ontologia do ser social, Lukács (1979) utiliza a definição de Marx sobre trabalho, cuja ontologia distingue trabalho abstrato de trabalho fundante: o primeiro compreende as atividades assalariadas, próprias do sistema capitalista, em que se define um valor de troca de serviços por dinheiro; o segundo representa a atividade por meio da qual o homem transforma a natureza e a si mesmo como pressuposto essencial de sua existência no mundo.

Para Lukács (1979) e Marx (1983) há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de socialidade, ou seja, o trabalho enquanto categoria fundante é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade, enquanto o trabalho abstrato são todas as atividades humanas assalariadas.

Com a extensão das relações capitalistas até praticamente todas as formas de práxis social, com a incorporação, ao processo de valorização do capital, de atividades que anteriormente ou estavam dele excluídas ou apenas participavam de

modo muito indireto, vivemos uma situação em que praticamente a totalidade dos atos de trabalho assume a forma abstrata advinda de sua subordinação ao capital. Aparentemente, o trabalho teria desaparecido, substituído pelo trabalho abstrato. Trabalho e trabalho abstrato passam, assim, equivocadamente a ser tomados como sinônimos no caso da sociabilidade contemporânea.

Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato. Desta forma, o trabalho tem ligação direta com a definição de quem o homem é, pois esse assegura que aconteçam relações materiais e sociais do homem no meio em que está inserido, num processo compreendido pela modificação do homem em suas formas de interação com a natureza e com os demais homens através da sociabilidade e comunicação (LESSA, 2012).

Com o trabalho, o ser social passa a valer-se de ferramentas ainda não utilizadas nas outras esferas do ser, como é o caso da intelectualidade e da capacidade projetiva. Isso justifica que, com o processo de trabalho, são criadas necessidades para além de uma “adaptação passiva ao ambiente” e potencializadas as oportunidades de uma “adaptação ativa” que “pode revelar um processo ininterrupto de aperfeiçoamento” (LUKÁCS, 2010, p.351).

Ao contexto de formação de novas necessidades geradas pelos processos de trabalho que nos torna um ser social, Lukács (2010) atribui a formação dos complexos sociais. Os complexos, de acordo com o autor, surgem pelas relações sociais estabelecidas através do trabalho e da necessidade de organizá-las. Os complexos surgem apenas com o ser social e por sua capacidade de sociabilidade e de fazer planos e executá-los através do trabalho. De tal modo, à medida que as sociedades interagem, os complexos passam a assumir uma autonomia relativa em relação ao trabalho. Assim, a aplicabilidade dos conhecimentos científicos oriundos do trabalho fundante passa a atender a uma nova forma de organização social, que não tem relação ontológica com o trabalho fundante, mas com o trabalho abstrato para atender unicamente às demandas do capitalismo.

Antunes (2009), que resgata a dimensão ontológica do trabalho apresentada por Lukács⁶, depois de Marx, partindo da premissa que distingue trabalho concreto e

⁶ Para Lukács, o trabalho ocupa lugar central para se entender a complexidade das relações sociais. Segundo Lukács, o trabalho possui o caráter de mediador homem (sociedade) e natureza. Por isso, é

trabalho abstrato, confirma sua tese de que é possível conceber a eliminação do trabalho abstrato, enquanto ação historicamente vinculada à sociedade produtora de mercadorias. Porém isso não pode ser ontologicamente estendido ao trabalho concreto, produtor de coisas socialmente úteis e protoforma do ser social. A fim de fortalecer seus argumentos, Antunes recorre à obra de Marx. Segundo Marx, “o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade” (MARX, 2005 p.50).

Se o trabalho concreto, dispêndio de aptidões e energias úteis e socialmente necessárias para a produção de bens, é um imperativo societal vital e imprescindível, o que confere a centralidade ontológica do trabalho, a sociedade do capital, por sua vez, instaurou outra forma de centralidade do trabalho, dada pelo trabalho abstrato e assalariado, pois somente ele efetivamente gera valor (de troca); isto é, através da criação do excedente, da mais-valia, apropriada privadamente, agregando e crescendo mais valor no ato produtivo em si mesmo (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, o autor entende por trabalho o exercício de uma atividade vital, capaz de plasmar a própria produção e a reprodução da humanidade, uma vez que é o ato responsável pela criação dos bens materiais e simbólicos socialmente necessários para a sobrevivência da sociedade. Conforme Antunes, esse é o primeiro traço central identificado quando se procura compreender o sentido mais profundo da noção de trabalho. “Se, por um lado, o trabalho, é expressão, em maior ou menor medida, de um ato poético, o momento da criação, ele tem sido também, ao longo da história, constante expressão de subordinação e alienação” (ANTUNES 2009, p.32).

Para Antunes (2009), o trabalho pode ser considerado como ponto de partida no processo de humanização, embora o capitalismo o tenha transformado em uma mercadoria especial, um equivalente geral, sob a forma do trabalho abstrato, assalariado. Foi desse modo que a sociedade do capital, especialmente ao longo do século XX, consolidou-se como uma sociedade do trabalho.

o trabalho que permite a passagem do ser meramente biológico para o ser social. Nessa perspectiva, não é permitido pensar na existência de uma sociedade sem trabalho – entendido como atividade ineliminável, que permite o intercâmbio orgânico entre o homem (sociedade) e a natureza, produtora de coisas úteis (LUKÁCS, 1978).

Estruturada a partir do trabalho abstrato, ou seja, do dispêndio de energias físicas e intelectuais para a criação de valores de troca, a sociedade capitalista subordinou e subsumiu o trabalho concreto, aquele que expressa as autênticas aptidões no trabalho, generalizando a sociedade do trabalho abstrato, fetichizado e alienado (ANTUNES, 2009 p.36).

De acordo com Antunes (2009), o trabalho, que é uma finalidade central do ser social – ao criar os meios vitais, os bens materiais e simbólicos necessários para a sobrevivência humana – transformou-se em meio de subsistência, uma mercadoria especial, a força de trabalho, geradora não só de valores de uso, mas especialmente valores de troca (a mais-valia), cuja finalidade é valorizar o capital. Portanto o trabalho converteu-se, em meio e não mais na primeira necessidade para a realização humana, conforme destaca Antunes, nas citações de Weber e Marx.

Weber concebe o trabalho como expressão de uma ética positiva em sintonia com o nascente mundo da mercadoria e o encanto dos negócios. Marx, ao contrário, destaca como uma atividade vital se converte, sob os imperativos do capital, como um não valor gerador de outro valor, o valor de troca (ANTUNES, 2009, p.434).

Dessa forma, as mudanças de conjuntura política, econômica e social no mundo, trouxeram para o âmbito do trabalho novas concepções e práticas ao processo de trabalho, ao trabalhador e às relações sociais. Com a intensificação do capitalismo no mundo, o processo educativo e de desenvolvimento do ser social por meio do trabalho é negligenciado. Os conhecimentos não são transmitidos com a sua verdadeira significância social, o trabalho e a educação passam a ser compreendidos como simples obrigação do homem, para melhoria do nível de renda, promoção social e inserção na sociedade capitalista. O emprego passa a não ser sinônimo de trabalho, é apenas uma condição posta ao serviço remunerado e reconhecido socialmente (ANTUNES, 1999).

Trabalhar significa aprender a fazer e saber fazer alguma coisa que transforma a realidade e a própria pessoa que trabalha. Portanto o trabalho não pode ser considerado uma tortura para o ser humano e sim, um processo de desenvolvimento e valorização do homem sobre a natureza. Do mais simples ao mais complexo trabalho, criamos o mundo à nossa volta e participamos conscientes ou não, de um movimento social que tanto conserva e regenera quanto muda a realidade.

Nesse processo de construção de um conhecimento coletivo, os sujeitos ressignificam sua concepção de trabalho, de produção e de comercialização e melhoram suas condições de inserção no mundo do trabalho, de uma forma menos subordinada ao capital. Ao mesmo tempo, apreendem as contradições impostas pelo mesmo capitalismo, que geram dificuldades e formas de enfrentamento, tendo em vista a manutenção de condições de existência mais dignas. Dessa forma, as transformações sofridas pela sociedade contemporânea ao longo das últimas décadas têm impactado tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, tendo em vista as complexas relações entre essas maneiras de ser e existir da sociabilidade humana (ANTUNES, 2009).

Frigotto (2008) aponta que o materialismo histórico-dialético apoia-se, em última análise, em concepções epistemológicas da realidade e, mais amplamente, em determinadas visões de mundo. Essas visões não são alheias ao plano das relações sociais concretas. De forma bastante estruturada, podemos perceber que a crise, tal qual vem sendo apresentada em relação à categoria trabalho, delinea um debate que situa a compreensão desta categoria. No plano da historicidade, os modos sociais de produção material (objetiva e subjetiva) da existência humana são demarcados pela cisão de classes sociais, portanto pelo conflito e pelo antagonismo ou pela compreensão da interação social, da ação comunicativa e da moderna teoria social e das visões da sociedade industrial e, mais recentemente, da sociedade pós-industrial.

Dentro da tradição marxista, a perspectiva do conflito deriva não de uma escolha da vontade, mas da própria materialidade das relações sociais ordenadas por uma estrutura classista. Estas relações que, para Marx (2005, p.67), tipificam “a pré-história da humanidade, cindem e esgarçam o ser humano, limitando o seu devenir.” Nessa perspectiva, há uma mediação de primeira ordem, constituída pelo pressuposto da centralidade do trabalho como criador da condição humana, que recebe, historicamente, mediações de segunda ordem, que transformam o trabalho criador em alienação, mercadoria e força de trabalho⁷ (FRIGOTTO, 2008).

Enquanto mediação de primeira ordem, o trabalho na sua essência e generalidade, não é atividade laborativa ou emprego que o homem desempenha e

⁷ As mediações de primeira ordem dizem respeito às necessidades imperativas (historicamente variáveis) da espécie humana, que na sociedade capitalista são redefinidas pelas mediações das necessidades do capital - mediações de segunda ordem (FRIGOTTO, 2008).

que, de retorno, “exerce uma influência sobre a sua psique, o seu habitus e o seu pensamento, isso é, sobre esferas parciais do ser humano” (KOSIK, 1986, p.27). O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade.

O trabalho, como categoria de análise, tem recebido muitas contribuições. Do marxismo tem se originado as principais correntes, pois para Marx (2005), é no trabalho, num sentido ontológico, isto é, de ser, que o homem se diferencia dos demais seres vivos, gerando riqueza, bens materiais e a possibilidade de sua realização. Antunes (2009) indica que seria um equívoco pensarmos no fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias. É, entretanto, imprescindível entender quais as mutações e metamorfoses vêm ocorrendo no mundo contemporâneo. Novas reconfigurações da sociedade têm provocado uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano de todas as relações sociais, sobretudo, ao refletirmos sobre o mundo do trabalho.

Para Hans (2005), assim como o fantasma do capitalismo de Marx, o fantasma de uma ética do trabalho puritano de Weber nos persegue até hoje. Apesar do fato de que, graças ao aumento perpétuo da produtividade, a sociedade oferece cada vez menos empregos e cada vez menos trabalho significativo, uma maioria sempre crescente de pessoas procura um trabalho que prometa dinheiro e identidade. “Este fenômeno é um verdadeiro paradoxo e uma doce ironia, mas finalmente, somos o que fazemos” (HANS, 2005, p.255).

Dessa forma, a análise da categoria trabalho, apresenta-se em dois momentos: o primeiro que entende o trabalho como atividade vital e o segundo, que percebe o trabalho como alienação. Esse duplo caráter explica-se a partir da análise histórica do trabalho na humanidade. Sinteticamente, pode-se afirmar que o trabalho possibilitou ao homem tornar-se humano, porém a divisão social do trabalho na sociedade capitalista acaba alienando o homem nesse processo.

2.2 O TRABALHO E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Weber (2004), em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* procura demonstrar que, desde o início da Reforma, assiste-se ao nascimento de uma concepção espiritual do trabalho, bem como ao aparecimento de uma ética profissional, as quais constituíram um aspecto central do espírito do capitalismo, que

favoreceu seu desenvolvimento no Ocidente. Para Weber, em toda a história da humanidade, o trabalho foi julgado de maneira ambivalente. O trabalho é necessário para a reprodução biológica e social da humanidade e, por isso, é um instrumento indispensável à sobrevivência dos homens. Todavia, conforme o autor, ele é pesado, penoso e indesejável se tem em vista uma vida mais rica e mais realizada, a saber, o “eu zen” (a concepção do bem), ou a boa vida. Esta ambiguidade constitutiva se exprime na tensão entre ofício e trabalho, entre o esforço e a pena que nele são investidos assim como no produto do trabalho, uma obra. De uma parte, o trabalho comporta a significação passiva do esforço, da dor e do fardo, especialmente o trabalho manual. De outra parte, ele se reporta ao esforço voluntário, ativo e intencional. Essa ambiguidade e a depreciação do trabalho predominavam desde, na Antiguidade e na Idade Média.

Weber (2004) sustenta que esse processo histórico é regido por uma série difusa de elementos não racionais, racionais e irracionais justapostos e que a realidade é fragmentada e desconexa. As racionalizações são tentativas de dar sentido e orientação a essa não racionalidade, de forma que o racionalismo, como o processo histórico, é uma contradição em si mesmo e nenhum elemento unívoco, incluindo o materialismo histórico, é suficiente para explicar como a evolução social acontece. O processo de racionalização é universal. Pode se dar em qualquer esfera (não só a econômica, como pregam os marxistas), em intensidade variável e de modo diverso. Origina-se em uma constelação de fatores. A racionalização religiosa, por exemplo, é totalmente diferente na cultura chinesa, na hindu, na do Oriente Médio e na cultura europeu-americana. A racionalização dá-se tanto na esfera "externa" (organização do mundo legal, política, econômica, da dominação, do conhecimento), como na "interna" (religiosa, ética, estética, erótica).

Os estudos de Weber (2004), acerca das peculiaridades da civilização ocidental, levaram-no a concluir que o processo de racionalização não conseguiu expurgar o aspecto irracional de nossa existência, mas antes consistiu na sua mais radical afirmação. A noção de condicionalidade em lugar da de causalidade é o centro daquilo que Hannah Arendt (2005) denominou "descoberta de Max Weber": a independência das ideias, a autonomia das causas em relação às ideologias que refletem simples relações de produção.

Weber (2004) foi buscar a origem da racionalização nos dois pilares da civilização ocidental: a religião e a ciência. Ele procurou demonstrar, contra o

materialismo histórico de Marx, que a religião não é uma ideologia, senão que a ética religiosa surgida durante a Reforma contribuiu para o aparecimento do espírito do capitalismo, como fenômeno que funda o modo de produção contemporâneo. A relação de causalidade entre a religião - o luteranismo e o calvinismo - e a vida material é indireta: isto é, que a religião não causa o capitalismo, senão que fornece as condições para que ele se estabeleça na forma que o conhecemos.

Para sustentar essa posição, Weber (2004) analisou a trajetória econômica e social que desemboca no capitalismo moderno. Partindo da constatação de que os protestantes eram maioria esmagadora nos momentos e nos lugares em que o capitalismo surgia e se estabelecia, e que auferem mais renda do que os católicos, verificou que tais fatores fizeram com que o seu nível médio de educação aumentasse, permitindo o trânsito acelerado da produção artesanal para a industrial. Esse trânsito se deu quando a ambição do lucro imediato foi substituída pela ambição da segurança da acumulação. O foco do móbil econômico se deslocou, então, para o reinvestimento e para a organização racional da produção, para a tecnificação dos negócios e do trabalho.

Historicamente, o processo de racionalização econômica levou à eliminação dos recursos (inclusive humanos) ineficientes. O propósito do esforço humano deixou de ser a simples produção e passou a ser o dever de trabalhar, conduzindo ao ascetismo da contenção e do consumo. Esse conjunto de resultantes, Weber (2004) chama de "espírito do capitalismo", um fenômeno cuja condição de possibilidade é dada pela "ética protestante."

Nos primórdios evolutivos do capitalismo, a conduta moral dominante implicava adquirir cada vez mais dinheiro como um fim em si, sem nenhuma intenção de obter mais utilidade nem outra felicidade do que a de supor ter sido tocado pela graça divina. Confrontando tal conduta com as prescrições religiosas protestantes, Weber (2004) deduziu que a noção da impenetrabilidade dos desígnios divinos e a lógica que a segue, haviam levado a um imperativo moral de produção e de comércio, a um "capitalismo ascético", só possível pela eticidade do "chamamento" de Deus.

A noção de vocação está presente tanto no calvinismo - que propõe o esforço humano como uma tarefa para toda a vida, dentro de um campo definido de trabalho - quanto no luteranismo, na ideia de que a eticidade está em servirmos a Deus, realizando as obras para as quais fomos chamados. Para Calvino, segundo Hans

(2005), o trabalho deveria formar uma barreira contra a indolência, contra a ociosidade da nobreza e contra a mendicância. O que ele pregava era uma exacerbação do preceito paulino de que quem não trabalha não deve comer, sendo necessário, portanto, "instruir", isso é, constranger as pessoas ao trabalho, fazer do trabalho um dever de cada um. Já Lutero acreditava que, sendo a profissão uma vocação, não se tem o direito de ignorar o chamado de Deus: deve-se laborar e orar, perseverando na profissão escolhida (HANS, 2005).

Para Hans (2005), a Reforma Luterana mudou radicalmente esta visão do trabalho, conduzindo ao pleno reconhecimento deste. Ao acusar a Igreja Católica e a hierarquia eclesiástica de ociosidade e luxúria, para o autor, Lutero restabeleceu a simetria luxuriante entre a vida contemplativa e a vida ativa. Sendo a profissão uma vocação, não se tem o direito de ignorar o chamado de Deus ou tentar outra coisa para ganhar vantagem pecuniária ou então para conseguir uma brilhante carreira. Este conceito mais rígido do trabalho profissional tem por consequência encorajar as pessoas a conservarem o trabalho que escolheram. Já o conceito de trabalho, de Calvino, é muito diferente. Embora ele compartilhe da correspondência que Lutero estabelece entre a vida contemplativa e a vida ativa, isto é, o trabalho enquanto dever cristão e a condenação de todas as formas de ociosidade, Calvino é muito mais radical, sendo necessário instruir as pessoas ou na verdade constranger as pessoas a trabalhar (HANS, 2005).

Apesar do elo estreito que estabelece entre trabalho, personalidade e modo de vida, Weber jamais propôs uma tipologia do trabalho comparável à tríade trabalho, ofício e profissão. Como resultado, o trabalho pode implicar somente um emprego, ou seja, um ofício definido como “a especificação, a especialização e a combinação das prestações que permitem a uma pessoa assegurar-se chances de abastecimentos e de ganhos” (WEBER, 2004, p.144). Este exige uma formação, qualificações e habilidades certificadas, ao passo que uma profissão concede, além disso, uma maior autonomia aos grupos profissionais, definindo sua identidade corporativa, sua posição social e seu prestígio (WEBER, 2004).

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Em uma visão alternativa às abordagens alinhadas em torno das teses de Claus Offe (1989) e André Gorz (2003), que apontam para o fim do trabalho, Castel

(1998), Santos (1999) e Bauman (2001, 2008) procuram enfatizar que, embora o emprego assalariado esteja diminuindo, isto não significa o fim do trabalho, como medida de seu valor social. Os autores analisam as transformações no trabalho sob o ângulo de suas implicações sociais, isso é, de seus efeitos sobre as relações de trabalho e sobre a organização social. Entendendo que nossas sociedades se estruturaram em torno do trabalho assalariado - forma típica assumida pelo trabalho no capitalismo - argumentam que o trabalho ainda se constitui em um dos vetores essenciais na estruturação das sociedades, o que os leva a refletir sobre aspectos e processos relacionados à precarização do trabalho, individualização das relações de trabalho, insegurança e vulnerabilidades, fragmentação da sociedade e integração social. Ainda dentro dessa visão, os autores destacam, nas relações de trabalho reestruturadas, a permanência de relações de subordinação do trabalho ao capital, muito mais do que a emergência de novas relações autônomas, de realização pessoal e de humanização do trabalho.

Bauman (2001) recorre ao Dicionário Oxford de inglês para apresentar o primeiro uso da palavra *trabalho* (labour) no sentido de *esforço físico dirigido a atender às necessidades materiais da comunidade*, registrado em 1776. Um século depois, veio a significar, além disso, “o corpo geral dos trabalhadores e operários” (p.161) que tomam parte na produção e, pouco mais tarde, também os sindicatos e outros corpos que ligavam os dois significados, mantiveram essa ligação e a reformulavam como questão política e instrumento de poder político. Para Bauman (2001) o uso inglês é notável por tornar clara a estrutura da trindade do trabalho: a proximidade (de fato, a convergência semântica ligada à identidade de destino) entre a significação atribuída ao trabalho (essa labuta física e mental), a autoconstituição dos que trabalham numa classe e a política fundada nessa autoconstituição – em outras palavras, a ligação entre definir a labuta física como principal fonte da riqueza e bem estar-estar da sociedade, e a autoafirmação do movimento trabalhista. “Ascenderam juntos e juntos caíram” (BAUMAN, 2001, p.161). Nessa afirmação, o autor expõe as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, no que diz respeito ao mundo do trabalho e são observadas no contexto contemporâneo como um novo tipo de relação social que não pode mais ser identificada pela condição de uma pretensa busca de estabilidade. Conforme comenta o autor,

Talvez o termo 'remendar' capte melhor a nova natureza do trabalho separado do grande projeto de missão universalmente partilhada da humanidade e do não menos grandioso projeto de uma vocação para toda a vida. [...] O trabalho não pode mais oferecer o eixo seguro em torno do qual envolver e fixar autodefinições, identidades e projetos de vida (BAUMAN, 2001, p.160).

Esta afirmação do autor nos indica algumas características do lugar do trabalho no contexto da contemporaneidade. O primeiro ponto a destacar é a sua incapacidade de ser uma das bases para constituição do que chamamos de eu. Ao perder a condição de traço identitário, o trabalho não consegue mais forjar-se enquanto elemento central no projeto de vida da maior parte da população, o que gera efeitos nos processos de formação humana colocados em movimento na sociedade atual (BAUMAN, 2001, 2008).

O segundo ponto, não menos importante, é a perda da centralidade. Conforme o autor nos mostra, a formação para o trabalho dá lugar à formação para o consumo. Assim, há uma submissão do primeiro ao segundo. O trabalho passa a ser condição para o consumo, perdendo o estatuto de fim em si. Como consequência, tem-se a perda do sentido do trabalho enquanto motor da ação humana para fins de desenvolvimento e aprendizagens de novos conhecimentos e habilidades. Ele fica subjulgado a uma nova esfera de produção, não de mercadorias mas sim, de bens de consumo. Como comenta Bauman (2008), parâmetros estabelecidos para o consumidor medem o glamour e o valor do trabalho. Para o autor, a sociedade atual, a líquida, é o momento em que a fluidez e a flexibilidade atuam de maneira predominante, deixando para trás a lógica e os preceitos de ordem e regulação da época anterior, a sólida, dando espaço ao incerto e materializando-se enquanto sociedade de consumo e do gozo imediato.

O terceiro ponto a destacar diz respeito ao termo *remendo*. A necessidade de remendar aponta para uma ruptura que não parece disposta a ser vencida. A quebra do sentido relacional do trabalho gera uma flexão no sentido interno do ato de trabalhar. Bauman (2001, 2008) aponta que o trabalho, assim como outras dimensões da sociedade de consumo, precisa ser prazeroso ao indivíduo, não sendo mais medido pelos seus efeitos vinculares, seja com as organizações de trabalho, seja pela relação com os outros trabalhadores, seja no papel do trabalho para a manutenção e/ou transformação da sociedade.

Para Bauman (2001, 2008), tem-se uma mudança no sentido político do trabalho que não mais está atrelado a uma definição de classe (como era possível observar até quase o final do século XX). O trabalhador passa a ser concebido em uma dimensão individual, desatrelado a uma esfera coletiva, seja ela a organização de trabalho (empresa), seja o papel social do trabalho no contexto societário (identidade de trabalhador).

Segundo Castel (1998), a nova questão social encontra-se associada ao questionamento da função integradora do trabalho na sociedade, ampliando vulnerabilidades fundadas no enfraquecimento das proteções, historicamente tecidas em torno do trabalho. Os problemas, logo, não se resumem à retração do crescimento nem ao fim do quase pleno emprego. Em decorrência, na análise das metamorfoses da questão social, não basta apenas considerar os que têm sido diretamente atingidos pelo desemprego ou por formas de precarização do trabalho, que se encontram às margens da sociedade salarial, mas há que considerar o conjunto da sociedade, pois, através das mutações no trabalho, está sendo posta em discussão a própria natureza dos laços e vínculos que constituem o centro das relações sociais e salariais.

Analisando o contexto de internacionalização do mercado em meio a exigências crescentes impostas pela concorrência e competitividade, Castel (1998) identifica que o trabalho vem sendo alvo de dois tipos de redução de custos face aos requisitos da flexibilização: de um lado trata-se de minimizar o preço da força de trabalho, de outro, de maximizar sua eficácia produtiva. Os desdobramentos dessa dinâmica da modernização incidem sobre a problemática do emprego através de três manifestações principais: o desemprego, a precarização do trabalho e a individualização.

A precarização do trabalho, por sua vez, continua sendo a característica mais importante da nova questão social, embora menos extraordinária. Isto porque, “ênfatisar essa precarização do trabalho, permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação” (CASTEL, 1998, p.516). A precarização compreende novas formas particulares de emprego, que se traduzem em uma infinidade de situações heterogêneas, manifestando a degradação da relação salarial. Em decorrência, inverte-se o movimento de outros períodos da sociedade industrial, quando situações particulares de emprego, próximas ao trabalho autônomo, e que

poderiam ser classificadas de pré-salariais, foram progressivamente absorvidas pela generalização da condição assalariada.

A precarização do trabalho é vista, então, como um processo central, comandado pelas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. É o fenômeno que suscita uma nova questão social, cujo núcleo seria novamente, tal qual o pauperismo foi na primeira metade do século XIX, a existência “de inúteis para o mundo e, em torno deles, de uma nebulosa de situações marcadas pela instabilidade e pela incerteza do amanhã, que atestam o crescimento de uma vulnerabilidade de massa” (CASTEL, 1998, p.593).

Enfocando as transformações econômicas e sociais em marcha desde o final do século XX, Boaventura Santos (1999) dá destaque, entre outros aspectos, às consequências da crise do contrato social da modernidade sobre as sociedades. Esse sociólogo português tem a peculiaridade de lançar um olhar sobre o tema a partir da realidade de uma nação situada na semiperiféria do capitalismo, como ele mesmo classifica seu país, ao contrário das discussões anteriores, que se reportam fundamentalmente aos países centrais do sistema capitalista. Desse modo, Santos (1999) alarga o espectro de contribuições para se pensar realidades como a de muitos países latino-americanos, também classificados como semiperiféricos.

Partindo do entendimento de que o contrato social é “a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental” (SANTOS, 1999, p.34), o autor passa a examinar a realidade das duas últimas décadas do século XX. Nesta, identifica que o paradigma social, político e cultural da modernidade vêm sendo alvo de muitas turbulências, apontando para uma “convulsão social e uma transição paradigmática” (ibid., p.34), a crise do contrato social. Vê, na crise da contratualização moderna, a predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os de inclusão, o que, segundo ele, aparece sob duas formas, aparentemente contraditórias: o *pós-contratualismo*, que implica exclusão, sem perspectiva de retorno, de grupos e interesses sociais até então incluídos no contrato social - de cidadão passa-se à condição similar à de servo - e o *pré-contratualismo*, que se refere ao bloqueamento de acesso à cidadania de grupos sociais antes candidatos - e com expectativas - a essa cidadania. Tais processos implicam, nos termos do autor, conviver com “a ansiedade permanente em relação ao presente e ao futuro, o desgoverno iminente das expectativas, o caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou de consciência” (SANTOS, 1999, p. 46).

Como passos para a operacionalização desse novo contrato, Santos (1999) assinala que, em uma fase inicial, há que passar pela neutralização da lógica da exclusão decorrente do pré-contratualismo e do pós-contratualismo, ao menos onde ela se mostrar mais incisiva. Nesta fase, ganha relevância o que o autor propõe ser a redescoberta democrática do trabalho. Esta dimensão é colocada pelo autor como condição básica para a reconstrução da economia na forma de sociabilidade democrática, contrapondo-se a redução do trabalho como fator de produção. Há algumas condições para que isso ocorra. Primeiramente, o trabalho deve ser democraticamente partilhado, o que implica, entre outros elementos, redistribuir em nível global o estoque de trabalho disponível e fixar direitos laborais mínimos, internacionalmente, criando um denominador comum de congruência entre cidadania e trabalho em nível global. Em segundo lugar, o autor aponta para o reconhecimento do polimorfismo do trabalho, o que só será feito de forma democrática na medida em que se criar um patamar mínimo de inclusão para as formas atípicas de trabalho - contrapostas ao trabalho regular, em tempo integral e por tempo indeterminado (assalariamento padrão), que preponderou no curto período do fordismo, marcadamente nos países centrais - as quais se encontram em franca expansão face aos requerimentos da flexibilização das relações de trabalho.

Tal proposição opõe-se à utilização que vem sendo feita das formas precárias de trabalho, nas quais o trabalho é transformado em mecanismo de segregação social e mesmo de exclusão, como baixos rendimentos e não legalização - para Santos (1999), *um ato de fascismo contratual*. O autor também coloca ênfase no trabalho, relativizando, porém, sua centralidade, que terá de ser compartilhada com outras esferas do social (notadamente os movimentos sociais). O ponto crucial, para ele, será a construção de um novo contrato social, muito mais inclusivo que o contrato da modernidade, pois deverá incorporar o polimorfismo do trabalho tanto quanto a natureza.

2.4 A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Conforme Mendes (2007), a Psicodinâmica do Trabalho é uma abordagem científica, de pesquisa e ação sobre o trabalho, surgida nos anos de 1980, na França, a partir dos estudos e pesquisas do médico do trabalho, psiquiatra e psicanalista, Christophe Dejours. O estudo encontra-se fundamentado na

psicanálise, na ergonomia e na sociologia do trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho é entendido como

[...] aquilo que implica o fato de trabalhar [...] isto é, um certo modo de engajamento da personalidade para responder a uma tarefa delimitada por pressões (materiais e sociais). [...] aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para poder atingir os objetivos que lhe são designados; ou ainda aquilo que ele deve acrescentar de si mesmo para enfrentar o que não funciona quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições (DEJOURS, 2004a, p. 28).

Para a Psicodinâmica do Trabalho, o sofrimento e as defesas no trabalho (individuais ou coletivas) desempenham um papel fundamental: o de articular a saúde e a patologia, logo não são tomadas como patológicas, mas como saídas possíveis na busca pela saúde. Nesta perspectiva, o saudável é tomado como o resultado "de um compromisso entre o sofrimento e as estratégias de defesas individuais e coletivas num movimento pela manutenção da saúde" (MENDES, 2007, p. 42). O trabalho é tomado, então, pela psicodinâmica do trabalho, como fonte de prazer e sofrimento.

Partindo da forma de organização do trabalho, a psicodinâmica busca analisar a dimensão sociopsíquica do trabalho, na tentativa de compreender as vivências subjetivas dos trabalhadores, ou seja, o prazer, o sofrimento, o processo saúde-doença e os mecanismos de defesa e de mediação do sofrimento. Dessa forma, a Psicodinâmica do Trabalho propõe-se a pesquisar as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação, oriundos das vivências subjetivas dos trabalhadores, entre as quais a dinâmica do reconhecimento (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Sobre a dinâmica do reconhecimento, Mendes (2007) comenta que se trata do "processo de valorização do esforço e do sofrimento investido para a realização do trabalho, que possibilita ao sujeito a construção de sua identidade, traduzida efetivamente por vivência de prazer e de realização de si mesmo" (p.44).

Dejours e Tonelli (2002) entendem o reconhecimento como "a forma específica de retribuição moral-simbólica dada ao ego, como compensação por sua contribuição à eficácia da organização do trabalho, isto é, pelo engajamento de sua subjetividade e inteligência" (p.55-56). Segundo o autor, o reconhecimento é uma retribuição de natureza simbólica esperada pelo indivíduo e, na ausência deste, o trabalhador tende a desmobilizar-se.

Para Dejours (2004b), o reconhecimento depende da realização de julgamentos sobre a qualidade do trabalho realizado, sobre o fazer e não sobre a pessoa, porém o autor ressalta que o reconhecimento pela qualidade do trabalho pode inscrever-se no nível da personalidade em termos de ganhos no registro da identidade. Dessa forma, o autor aponta que essa retribuição simbólica, ou seja, o reconhecimento, "pode ganhar sentido em relação às expectativas subjetivas e à realização de si mesmo" (p.73). Nesse sentido, Bendassolli e Soboll (2011) esclarecem que primeiro ocorre o reconhecimento do trabalho realizado, depois a retribuição identitária.

Sobre isso, Gernet e Dejours (2011, p.66-67) apontam que

[...] quem foi reconhecido pela contribuição que trouxe à organização por seu trabalho pode, eventualmente, voltar esse reconhecimento de seu saber-fazer para o registro de sua identidade. Graças ao reconhecimento, trabalhar não é apenas produzir bens ou serviços, é também se transformar em si mesmo.

Dejours (2013) diferencia duas formas de julgamento por onde perpassa a dinâmica do reconhecimento: o julgamento de utilidade (realizado pela hierarquia da organização) e o julgamento de beleza (realizado pelos pares). O julgamento de utilidade, que confere ao sujeito um estatuto no seio da organização de trabalho e na sociedade, refere-se à utilidade econômica, social ou técnica da contribuição de um sujeito à organização do trabalho e é proferido pelos superiores hierárquicos, mas endossado ou não pelos pares e ainda pode vir do cliente, do utilizador, do beneficiário da qualidade do serviço. Segundo o autor, esse julgamento é a condição de afiliação do sujeito na sociedade.

Dessa forma, a dinâmica do reconhecimento é um fator crucial para a estabilidade identitária e mental dos sujeitos, também viabilizada pela mobilização coletiva. Gernet e Dejours (2011) esclarecem que o reconhecimento do trabalho é uma forma de realização do "eu" no campo social. Assim, para Dejours (2013), a dinâmica do reconhecimento está diretamente ligada à construção da identidade, esta mediada pela atividade de trabalho. Para o autor, o reconhecimento implica o julgamento dos pares, que só é possível caso exista um coletivo ou uma comunidade de pares. Sendo assim, o coletivo aparece como elo e o ponto sensível da dinâmica intersubjetiva da identidade no trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho é crucial para que o indivíduo possa construir sua identidade no campo social.

3 O TRABALHO E AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO ENVELHECIMENTO

O envelhecimento não acontece repentinamente. Ao contrário, este processo acompanha os indivíduos ao longo de toda a vida. No entanto a chegada à terceira idade⁸ é socialmente marcada pela idade cronológica dos indivíduos, definida em 60 ou 65 anos, de acordo com o país. Estabelecer idades para definir as fases do curso de vida, na prática, serve ao propósito de separar os indivíduos para que eles cumpram suas respectivas funções sociais (TAVARES, 2015).

Para Debert (2017), o modo pelo qual a vida é periodizada e o tipo de sensibilidade investida na relação entre as diferentes faixas etárias é, na antropologia, uma dimensão central para a compreensão das formas de sociabilidade em diferentes contextos e em sociedades distintas. A análise das categorias e dos grupos de idade é parte importante das etnografias preocupadas em dar conta dos tipos de organização social, das formas de controle de recursos políticos e das representações sociais.

Falar da periodização da vida e das relações entre gerações é, ainda, do ponto de vista da antropologia, mostrar como um processo biológico é investido culturalmente, elaborado simbolicamente com rituais marcando fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam. Se em todas as sociedades é possível observar a presença de grade de idades nas quais seus membros estão inseridos, isto é explicado como fruto de uma necessidade da vida social, expressa em termos do processo de socialização. Assim como as várias capacidades físicas necessárias para o desempenho de determinadas atividades estão relacionadas a diferentes estágios de desenvolvimento biológico, pressupõe-se o aspecto cumulativo dos vários conhecimentos necessários ao preenchimento dos papéis sociais, cuja aquisição consome tempo e implica uma progressão etária.

No entanto, ao mesmo tempo em que a classificação etária – considerada uma construção social – contribui para qualificar um trabalhador idoso a desempenhar atividades profissionais que exijam experiência acumulada, ela o desqualifica quando são requeridas capacidades físicas consideradas incompatíveis

⁸ Segundo a Organização das Nações Unidas - ONU (1982), na Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, através da Resolução nº 39/125, estabeleceu-se a idade de 60 anos como início da terceira idade nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e de 65 anos, nos desenvolvidos.

com o indivíduo que alcançou a velhice. Embora não seja um fator explicativo dos comportamentos humanos, a classificação etária – juntamente com as representações sociais sobre a velhice transmitidas por gerações – cuida de assegurar a premissa da improdutividade do trabalhador que chega aos 60, 65 anos de idade, de forma que para a empresa empregadora é mais vantajoso substituí-lo por um trabalhador mais jovem (TAVARES, 2015).

Para Tavares (2015), a influência do trabalho permeia todas as fases da vida humana. Enquanto a primeira fase da vida é marcada pela dedicação ao aprendizado, na fase adulta predomina o trabalho – que se estende por mais ou menos cinquenta anos da vida de um indivíduo – e a velhice tem sido marcada pela aposentadoria. De acordo com essa divisão funcional tradicional do curso de vida, as escolhas que os indivíduos fazem, ainda na fase juvenil, começam a ser validadas quando ele entra no mercado de trabalho. Ao longo desta fase, o trabalho adquire importância singular, o indivíduo passa a ser reconhecido como um adulto, a ser valorizado pelo seu trabalho e desvalorizado pela perda deste trabalho. Nesse sentido, não é apenas o aumento da longevidade que impacta o mundo do trabalho. Reciprocamente, o trabalho também influencia a forma como os indivíduos envelhecem.

Embora o organismo humano comece a sofrer alterações mais acentuadas a partir dos 40 anos, importante destacarmos que é principalmente após os 65 anos que as mudanças orgânicas se tornam mais marcantes (GARCIA, 2007). Para o autor, a existência de diversos níveis e idades no processo de envelhecimento leva a admitir a necessidade de uma classificação para a chamada Terceira Idade. É importante que se promova uma divisão por faixas etárias, para que não se incorra no erro de agrupar idades distintas e que habitualmente não atuam no mercado de trabalho. Também é relevante considerar que a diferença etária neste grupo pode alcançar cerca de 30 anos (GARCIA, 2007).

De acordo com a experiência clínica deste autor, especialista em medicina do trabalho, e diante do que preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁹ – que

⁹ O Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde (OSM, 2015) recomenda mudanças profundas na maneira de formular políticas em saúde e prestar serviços de saúde às populações que estão envelhecendo. O relatório baseia suas recomendações na análise das mais recentes evidências a respeito do processo de envelhecimento, e observa que muitas percepções e suposições comuns sobre as pessoas mais velhas são baseadas em estereótipos ultrapassados. Como mostra a evidência, a perda das habilidades comumente associada ao envelhecimento na verdade está

trabalha com a concepção de idoso a partir dos 60 anos para países em desenvolvimento, Garcia (2007) sugere a seguinte classificação para os idosos, preservada a legislação de cada país:

- Pré-idoso, de 60 a 64 anos;
- Idoso de 65 a 74 anos;
- Idoso-maduro, de 75 a 84 anos;
- Muito-idoso, acima de 85 anos.

Além das diferenças relacionadas ao curso de vida de cada indivíduo, a relação entre idade e produtividade poderá também apresentar diferenças significativas dependendo das atividades a serem realizadas, bem como o ambiente, também pode influenciar o resultado desse tipo de observação. Para uma melhor compreensão da permanência do idoso no mercado de trabalho, é fundamental que se avalie quais as características do idoso que retorna ao trabalho; o que o leva a manter-se trabalhando após a aposentadoria e ainda em que tipos de atividade o idoso pode se inserir. Essa avaliação do idoso pode ser dimensionada de forma biointelectossocial ou biopsicossocial e classificada em três áreas principais conforme Garcia (2007):

- **Envelhecimento Biológico:** caracterizado por mudanças físicas que abrangem todo o organismo do indivíduo, alterando suas funções, causando, assim, o esgotamento múltiplo dos órgãos como: danos em células cerebrais provocando alterações cognitivas; alterações nos sentidos como deterioração da audição; perda da acuidade visual, olfato, paladar e o tato; alterações renais; diminuição da flexibilidade das fibras cardíacas, entre outros sintomas.

- **Envelhecimento Intelectual (Psicológico):** não tem idade definida para acontecer, é relacionado às mudanças temporais, à adaptabilidade às constantes transformações orgânicas de acordo com as características intelectuais e psicológicas individuais, traduzidas por alterações cognitivas na percepção, ação e reação (memória, atenção, percepção e criatividade).

apenas vagamente relacionada com a idade cronológica das pessoas. Não existe um idoso "típico". A diversidade das capacidades e necessidades de saúde dos adultos maiores não é aleatória, e sim advinda de eventos que ocorrem ao longo de todo o curso da vida e frequentemente são modificáveis, ressaltando a importância do enfoque de ciclo de vida para se entender o processo de envelhecimento. O envelhecimento saudável é mais que apenas a ausência de doença. Para a maioria dos adultos maiores, a manutenção da habilidade funcional é mais importante.

- **Envelhecimento Social:** marcado por alterações do papel social do indivíduo devido à aposentadoria; ao afastamento familiar; a perdas do convívio de amigos e entes amados e isolamento dos centros de ciência, das discussões políticas, do centro de atividades profissionais, como resultado das mudanças relacionadas ao aumento da idade.

Schneider e Irigaray (2008) também defendem que os conceitos da idade biológica, psicológica e social se entrelaçam na percepção que o sujeito tem sobre si e na forma, como ele encara o processo de envelhecimento. A idade biológica reflete as funcionalidades de cada indivíduo com o passar do tempo; a idade psicológica reflete como ele interpreta e vivencia esse processo e a idade social reflete o modo como a sociedade encara o papel das diversas faixas etárias.

Ao analisar a natureza do envelhecimento, Giddens (2012) baseia-se em estudos da gerontologia social, uma disciplina preocupada os aspectos sociais do envelhecimento. Para o autor, estudar o envelhecimento é um pouco como examinar um alvo móvel. À medida que as pessoas envelhecem, a própria sociedade muda simultaneamente, juntamente com o próprio significado de ser velho. Para pessoas que nasceram nas sociedades desenvolvidas no primeiro quarto do século XX, uma educação secundária era considerada mais que suficiente para a maioria dos empregos disponíveis e a maioria das pessoas não esperava viver muito além dos 50 anos – apenas ao custo de sofrer uma variedade de deficiências. Atualmente, essas mesmas pessoas encontram-se na faixa dos 70 e 80 anos, muitas são relativamente saudáveis, não se dispendo a se afastar do trabalho e da vida social, e em necessidade de mais escolarização do que jamais sonharam ser necessário.

Dessa forma, para Giddens (2012) o envelhecimento pode ser definido sociologicamente como a combinação de processos biológicos, psicológicos e sociais que afetam as pessoas à medida que envelhecem. Compara esses processos à metáfora de três “relógios” evolutivos diferentes, ainda que interrelacionados: primeiro, um relógio biológico, que se refere ao corpo físico; segundo, um relógio psicológico, que se refere à mente e às capacidades mentais e terceiro, um relógio social, que se refere a normas culturais, valores e expectativas para papéis relacionados com a idade, todos com uma grande faixa de variação em todos esses processos. Como se percebe, o significado da idade está mudando rapidamente, pois muitos mitos sobre o envelhecimento estão se desfazendo, devido aos avanços na nutrição e na saúde que possibilitam que as pessoas tenham vidas

mais longas e mais saudáveis. O envelhecimento humano é um processo individual, gradual e progressivo, sendo a longevidade parte desse processo, que inclui uma participação ativa para que possa ser desfrutada. Manter-se ativo é a chave para tirar proveito dessa conquista (GARCIA, 2007; GIDDENS, 2012; TAVARES, 2015).

Segundo Sá (2002), a manutenção de atividades físicas, de atividades intelectuais, a participação comunitária, incluindo-se aí a religiosidade e o amor, seja entre os familiares ou mesmo em novas conquistas, a adoção de uma dieta saudável e os cuidados básicos de higiene e de saúde são fatores essenciais para a projeção futura. O autor também comenta que existem outras situações decisivas para a conservação da empregabilidade e aproveitamento dos serviços dos trabalhadores idosos, além de condições macroeconômicas estáveis e determinadas condições específicas como: flexibilização da organização do trabalho; acesso às novas tecnologias; melhoria das condições de saúde e segurança ocupacionais e incentivos fiscais e financeiros deve prevalecer no mercado de trabalho para facilitar o prolongamento da vida dos trabalhadores mais velhos (SÁ, 2002).

Schneider e Irigaray (2008) consideram que os trabalhadores mais velhos sofrem desvantagens quando comparados aos mais jovens, pelo menos, no desempenho de atividades que exigem habilidades cognitivas e esforço físico, e que são menos produtivos em ambientes inovadores, pois têm mais dificuldades em fazer ajustes nesse tipo de ambiente. Por outro lado, os trabalhadores mais velhos levam vantagem em atividades que exigem habilidades verbais, capacidade de se comunicar ou experiência gerencial. Pesquisa realizada pelo IPEA em 2012 destaca:

Mesmo se acreditarmos que a produtividade individual cai com a idade, não é certo que ela cairá em termos agregados [...] Uma coisa é observar problemas de produtividade para trabalhadores que estão envelhecendo, mas isto não é suficiente para provar que mudanças plausíveis na proporção dos trabalhadores mais velhos vão transformar este problema individual em um problema macroeconômico significativo [...] Há um limite para o efeito total da demografia na produtividade em níveis agregados, que não seria de todo desprezível no curto prazo, mas dado que estas mudanças devem ocorrer em um período de tempo muito longo, elas serão facilmente esmagadas por outras fontes potenciais de crescimento da produtividade (IPEA, 2012, p.27).

Tavares (2015) aponta que a visão, que mistura informações imprecisas e possibilidades para que a suposta queda de produtividade dos trabalhadores mais velhos não cause problemas para a produção de bens e serviços, não é difundida o bastante e o que se pensa sobre esses trabalhadores é sumariamente construído

pelas representações sociais da velhice, culturalmente transmitidas de geração em geração. A autora ainda afirma que

a ciência pouco sabe sobre a produtividade e as expectativas dos trabalhadores com 60 anos de idade ou mais que permanecem ativos no mercado de trabalho nos dias e nas condições atuais, o que já é motivo mais do que suficiente para questionar e romper de vez com a anacrônica prática de expurgar trabalhadores mais velhos do mercado formal (TAVARES, 2015, p.38).

Para Debert (2017), a institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos. Na explicitação das razões que levaram à cronologização da vida, pesos distintos podem ser atribuídos a dimensões diversas. A padronização da infância, adolescência, idade adulta e velhice, pode ser pensada como resposta às mudanças estruturais na economia, devido, sobretudo, à transição de uma economia que tinha como base a unidade doméstica para outra, baseada no mercado de trabalho. Inversamente, a ênfase pode ser dada ao Estado Moderno que, no processo de transformação de questões que diziam respeito à esfera privada e familiar em problemas de ordem pública, seria, por excelência, a instituição que orienta o curso de vida, regulamentando todas as suas etapas, desde o momento do nascimento até a morte, passando pelo sistema complexo de etapas de escolarização, entrada no mercado de trabalho e aposentadoria (DEBERT, 2017).

Giddens (2005) considera que a própria ideia de ciclo de vida perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas às gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobria e revivia modos de vida das gerações predecessoras. Nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada, pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

Esse conceito mais transdisciplinar aponta que o idoso é um ser de seu espaço e de seu tempo. É o resultado do seu processo de desenvolvimento, do seu curso de vida. Atualmente, o envelhecimento vem repleto de múltiplas possibilidades, sendo encarado como mais uma etapa da vida, com importantes efeitos nas esferas psicológicas e social dos indivíduos. É a expressão das relações e interdependências. O aumento da longevidade vem contribuindo para a compreensão sobre o fenômeno, na medida em que proporciona um longo caminho de vida pós-aposentadoria, diferentemente do século passado.

3.1 O ESTIGMA DA VELHICE

Para Debert (2017), definir o envelhecimento da sociedade por parâmetros únicos e sem considerar outros fatores é inviável. Até a concepção de velhice por parte da sociedade é divergente. Muitos se enquadram a partir de critérios de idade, outros por valores morais e culturais, outros, por sua vez, consideraram seu lugar social, dentre outras variadas concepções a respeito. Desse modo, para Debert o estudo das idades não é homogêneo. A noção do envelhecimento é construída por meio de representações culturais e sociais do tempo, que é uma etapa normativa de cada fase da vida humana.

As construções sociais transmitidas através das gerações, no contexto de cada cultura, influenciam sobre nossa forma de pensar e agir, pois somos moldados socialmente e reproduzimos em nossas práticas as ideias que assimilamos em nossas vivências. Para Goffman (1988), a consciência que o indivíduo tem de si mesmo e do lugar que ocupa no mundo, chamado identidade, constrói-se através das vivências e experiências adquiridas dentro de um grupo. Em nossa sociedade, muitos grupos que fogem de uma pretensa “normalidade”, comparado aos modelos de “beleza” e “perfeição” são estigmatizados¹⁰, como as pessoas deficientes, as

¹⁰ Goffman (1988) define o indivíduo estigmatizado como aquele que tem uma característica diferente da que a sociedade prevê. Ser estigmatizado sempre tem consequências não benéficas para a vida do indivíduo. Sua identidade sofre deteriorações por não se incluir no que a sociedade institui como normal e natural, gerando um descrédito desse indivíduo perante a sociedade, reduzindo-o a uma pessoa estranha que não tem uma aceitação social completa. Goffman (2007) menciona que as pessoas ditas “normais” e estigmatizadas geralmente não possuem uma boa interação. A reação da comunidade normal é discriminar o estigmatizado, com base na ideia de que se trata de um ser inferior. Pelo ponto de vista do indivíduo estigmatizado, esta interação também justifica a opção de viver isolado ou em companhia de seus pares, para proteger-se e manter sua autoimagem quase que no anonimato.

obesas e os velhos. No caso da velhice, ela corresponde a um fenômeno construído diferenciadamente nos diversos contextos culturais. Nas culturas tradicionais, como entre os chineses, japoneses e indígenas, os velhos são valorizados e respeitados pelos seus saberes e experiências, sendo reconhecidos como guardiões da cultura (ALCÂNTARA, 2004).

Na sociedade ocidental um fator vigente está vinculado ao consumo e às concepções sobre beleza e juventude. Nesse sentido, o processo de envelhecimento, acompanhado por transformações físicas e psicológicas, é visto por parte da população como sinônimo de inatividade, doença, fraqueza e inutilidade, ou seja, estigmas – “atributos depreciativos que tornam o indivíduo que o possui em ‘desvantagem’ para com os demais” (GOFFMAN, 2007 p.85). Assim, os velhos acabam sendo vistos como uma classe à parte, principalmente aqueles que são pobres, que acabam sendo duplamente oprimidos, pela dependência social e pela velhice, por não terem suas vivências e saberes valorizados e reconhecidos socialmente, gerando um isolamento social (ALCÂNTARA, 2004).

Conforme Goffman (1988), os ambientes sociais oferecem o lugar apropriado para encontrar as categorias e exigências ao enquadramento das pessoas. O fato é posto da seguinte forma: quando uma pessoa é apresentada, logo encontramos um meio de categorizá-la. Tais pré-noções são transformadas em expectativas, que nem sempre os sujeitos estão aptos a preenchê-las em todas as situações. Faz-se toda uma análise num nível muitas vezes superficial dos indivíduos, tais como ocupação, local em que reside, raça, biotipo (que engloba o peso e altura) e claro, não menos importante, a idade. São exigências que precisam ser supridas em relação aos outros, que condicionam muitas vezes nossas percepções ou então, para usar termos de Goffman (1988, p.61), “atributos da nossa visibilidade”. Assim, construímos uma identidade social virtual, que não corresponde à imagem verdadeira, posto que a identidade efetiva do indivíduo seja a real.

Para Tavares (2015), a velhice foi tratada a partir da segunda metade do século XIX como uma etapa da vida tipicamente caracterizada pela decadência física e a ausência de papéis sociais, sendo a velhice constituída sobre os pilares da incapacidade adquirida pelo indivíduo com o avanço da idade cronológica. Essa visão foi responsável por uma grande coleção de percepções negativas associadas à velhice que resistiram aos tempos.

A velhice ainda é vista com maus olhos pela maioria das sociedades contemporâneas, principalmente as ocidentais. Uma rápida busca em um dicionário analógico lançado no ano de 1950, porém atualizado e ampliado em 2010, sugere que apesar de termos conquistado uma velhice com melhores condições de vida, a terminologia utilizada para fazer referência a esta fase do curso de vida ainda é essencialmente pejorativa. A velhice ainda é tida como sinônimo de caducidade, decrepitude, última estação, declínio da existência; ser velho é ser uma ruína do que foi, estar com um pé na cova, já estar chegando ao fim (TAVARES, 2015 p.25).

Seria essa uma visão especialmente pessimista ou preconceituosa acerca do envelhecimento. Segundo Tavares (2015), para tentar responder a esta questão, devemos considerar dois pontos. O primeiro é que os efeitos do envelhecimento podem variar de indivíduo para indivíduo em uma mesma família ou comunidade e, conseqüentemente, as percepções sobre a velhice também, podendo ser boas para determinado grupo e ruins para outros. O segundo ponto é que para falar sobre velhice é preciso abordar aspectos que extrapolam as questões biológicas, invadindo o campo social.

Guita Debert, pesquisadora, professora e autora da obra *A Reinvenção da Velhice*, afirma que a velhice não é uma categoria natural, mas uma categoria socialmente produzida e que, além das implicações relacionadas à diminuição progressiva da eficiência de funções orgânicas (aspecto biológico), outras variáveis, como a criação de um novo papel na sociedade para o indivíduo longevo (aspecto sociocultural) e a mudança psíquica percebida pela sociedade e pelo próprio indivíduo (aspecto psicológico), vieram com esta categoria inventada (DEBERT, 2017).

A pesquisadora acredita ainda que a velhice é uma invenção social que só conseguiu alcançar altos níveis de visibilidade através dos tempos graças ao crescimento quantitativo do contingente de indivíduos longevos no mundo inteiro. E com a visão de que a vida humana era impactada de forma sistêmica pelo envelhecimento da população, o caráter da velhice, que no passado era absolutamente privado, familiar e de responsabilidade individual, foi reconfigurado¹¹.

¹¹A Organização Pan-Americana de Saúde reconheceu a importância de variáveis que devem ser observadas em quaisquer ações de políticas públicas elaboradas para garantir os direitos dos idosos, como as de natureza: a) individual: biológica, genética e adaptabilidade; b) social: educação, direitos humanos e violência; c) do ambiente físico: moradia e prevenção de acidentes; d) econômico: seguridade social, trabalho, emprego e renda; e) comportamental: atividade física e alimentação; f) de saúde e serviço social: prevenção de doenças e promoção da saúde (2005).

A velhice então adquiriu caráter social e passou a ser observada sob a ótica da coletividade (DEBERT, 2017). Junto com a socialização, vieram também as tentativas de homogeneização das representações da velhice, o que resultou na criação de uma nova categoria cultural: “os idosos, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão” (ibid., p.52).

Para Rodrigues e Soares (2006, p.115), “a construção do significado da velhice é permeada por crenças, mitos, preconceitos, estereótipos que nesta sociedade expressam-se por meio de representações depreciativas do fenômeno do envelhecimento e do sujeito que envelhece, definindo o seu lugar social”. Essas depreciações sobre os sujeitos são entendidas pelos autores como uma

operação que consiste em hierarquizar as coisas do mundo sensível em grupos e gêneros cuja delimitação apresenta um caráter arbitrário e que se personifica na tentativa de dominação de determinado grupo sobre outro, sendo arbitrária porque não se fundamenta em nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual (RODRIGUES; SOARES, 2006, p.115).

Para Minayo e Firmo (2019), há duas formas de classificar o envelhecimento: o critério demográfico por faixa de idade, ou seja, a do velho-jovem que vai dos 60 a 79 anos, a chamada “terceira idade”; e a do velho-velho, de 80 anos ou mais, a “quarta idade”. O outro parâmetro é individual. Distingue as pessoas, com base na herança genética, personalidade e forma de levar a vida. Assim, encontram-se indivíduos relativamente jovens com dependências mais comuns aos mais idosos e pessoas de 80, 90, até 100 anos que permanecem saudáveis e autônomas.

O termo *Terceira Idade* surgiu na França, a partir de 1962, em virtude da introdução de uma política de integração social da velhice visando à transformação da imagem das pessoas envelhecidas. Até então, o tratamento da velhice era pautado na exclusão social, tendo o asilo como seu principal símbolo. A Terceira Idade é uma expressão que recentemente, e com muita rapidez, popularizou-se no vocabulário brasileiro. Seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais idade. Tal categoria não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. A invenção da Terceira Idade é compreendida como fruto crescente de socialização da gestão da velhice, durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, de uma

questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou numa questão pública (DEBERT, 2017).

Para Peixoto (2009), o aparecimento da expressão terceira idade denota o processamento de um recorte na representação da velhice para diferenciar um segmento da senilidade considerado ainda capacitado para uma vida ativa. A Terceira Idade passa a se propagar como uma expressão usada para designar uma fase da vida produtiva e, sobretudo, inserida no mercado de consumidores: uma figuração do idoso refuncionalizada e revitalizada em espaços sociais estreitamente ligados à produção e ao consumo. Enfim, diferentemente da velhice, a terceira idade se caracterizaria pelas realizações pessoais. As nomenclaturas utilizadas para delimitar distinções entre os mais velhos são importantes: a *velhice* e a *terceira idade*, os *velhos* e os *idosos*. Para o autor, o vocábulo *terceira idade* surgiu junto com instituições e agentes especializados no tratamento da velhice, que prescreviam a este grupo etário vigilância alimentar, exercícios físicos, necessidades culturais, sociais e psicológicas.

Debert (2017) esclarece que existe uma heterogeneidade entre os idosos, afastando hipóteses, elaboradas recentemente, que supõem que a experiência do envelhecimento desencadeia um processo de homogeneização dos sujeitos envelhecidos. Segundo a autora, as nomenclaturas servem para delimitar as diferenças entre dois públicos bastante distintos. O termo *velhice* serviria para designar um período da vida de retraimento frente à pobreza, à dependência e à passividade. Tal denominação retrata o ancião como doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Já o termo *terceira idade*, designa idosos ativos, inclusive sexualmente, aptos a desafios e novas experiências, com poder aquisitivo suficiente para driblarem os estigmas e os sinais estéticos do envelhecimento.

Portanto, as nomenclaturas utilizadas servem para o grupo que pretende a dominação de tentar universalizar sua visão de mundo, visto que, ao definir uma identidade, estabelece também a distribuição das posições e papéis sociais, exprimindo e impondo crenças comuns sobre o outro grupo, que geralmente é – ou passa a ser – mais vulnerável e marginalizado (RODRIGUES; SOARES, 2006).

De acordo com essa perspectiva, o imaginário social¹² sobre o idoso teria sido construído por um grupo de não idosos que, no intuito de estabelecerem-se numa posição mais elevada de uma hierarquia social, difundiram sobre si próprios uma autoimagem enaltecida enquanto simultaneamente atuavam em atribuir valores pejorativos à imagem dos idosos. E isso não quer dizer que tais termos não correspondiam à verdade na vida cotidiana do indivíduo longevo, sobretudo porque não existe uma verdade única sobre a velhice, mas sim, múltiplas verdades (MORAES, 2002). O problema é que certos termos e atributos a eles associados, foram responsáveis pela construção de uma identidade estigmatizada sobre os indivíduos longevos, o que, na prática, nunca favoreceu as pessoas idosas.

Para Tavares (2015), é por meio da prática e da ideologia¹³ da sociedade em relação ao indivíduo idoso que é condicionado a conformar-se com a imagem que a sociedade construiu para ele. Se de um lado, o velho era sinônimo de “antigo, ancião, caduco, decadente, aposentado”, hoje, o idoso passa a ser o “indivíduo longevo que ainda goza de condições físicas e mentais” (ibid., p.27). Por outro lado, para Debert (2017), é a simbologia dessas representações sociais que determina como a própria sociedade irá encarar o processo de envelhecimento e o valor que irá atribuir ao indivíduo idoso, inclusive dentro do próprio núcleo familiar.

Em se tratando das representações sociais da velhice, a consequência disso foi que a maioria das sociedades instituiu a juventude como um estilo de vida compulsório, um padrão a ser invariavelmente sustentado pelos indivíduos, independentemente dos efeitos naturais causados pela passagem do tempo, atribuindo a cada um a responsabilidade e o ônus por manter-se jovem ao longo de toda a vida (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Para se efetivarem ações a esse respeito, é necessário saber as reais necessidades dos idosos, compreender o que pensam sobre sua condição de

¹² Segundo Moraes (2002), o imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificam-se as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade.

¹³ Tavares (2015) refere-se à ideologia produzida pelo capitalismo, cuja função ideológica é desmobilizar as críticas ao capitalismo, através da sociedade do conhecimento. A ênfase atribuída ao conhecimento como determinante no desenvolvimento da sociedade revela o seu caráter ideológico na medida em que mascara as contradições imanentes à sociedade.

aposentados e sobre o trabalho em suas vidas, já que os desafios são muitos. Na crise social que se vivencia nos últimos anos, os mais jovens também estão sendo afetados com o desemprego e as chances dos mais velhos ficam menores no mercado de trabalho. Para os idosos que pretendem reingressar no mundo do trabalho, cabe dizer que a disputa é grande e as exigências no mercado são cada vez maiores. Em um sistema econômico como o do Brasil, que valoriza mais a juventude, o posto de trabalho para idosos é mais difícil, pois são vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, raramente levando-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos (RODRIGUES; SOARES, 2006).

A valorização do idoso em nosso meio social é um desafio que está requerendo respostas urgentes da sociedade. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de dezembro de 1993), “a assistência social tem por um dos objetivos, a proteção à família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice”, ou seja, respeitar a dignidade do cidadão é também combater qualquer tipo de preconceito ou exclusão e buscar estratégias de enfrentamento, para que a pessoa tenha condições de enfrentar com autonomia as dificuldades impostas pelo atual sistema socioeconômico do país, inclusive o idoso.

3.2 A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E O IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO

A presença continuada do trabalhador idoso no mercado de trabalho tem sido objeto de estudos¹⁴, em várias áreas como da gerontologia, da sociologia, da economia e da demografia. No Brasil, o processo de envelhecimento da população é um dos fenômenos mais significativos e instigantes da atualidade. Claramente visível, a partir dos anos 1990, em consequência das alterações na dinâmica demográfica, é um movimento em franca expansão, acompanhando o que já se observava em âmbito mundial. Nos países desenvolvidos, esse processo deu-se de forma gradual, ao longo de mais de um século. No Brasil, o processo de envelhecimento vem ocorrendo rapidamente, num ambiente socioeconômico pouco favorável à expansão de um sistema de proteção social para todos os grupos etários, em especial para os idosos (CAMARANO; PASINATO, 2007). Dessa forma, é importante analisar a tendência de crescimento da participação dos idosos no

¹⁴ Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento. Publicações/ Periódicos do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento (PROREXT/UFRGS, 2019).

grupo de trabalhadores brasileiros. Segundo dados da Federação do Comércio do Rio de Janeiro, 27% dos idosos voltam a trabalhar, no mercado formal de trabalho, após a aposentadoria (ARBACHE, 2011).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (2018), a população brasileira mantém a tendência de envelhecimento dos últimos anos e ganhou 6,8 milhões de idosos desde 2012, alcançando a marca de 32,2 milhões em 2018 (15,45% da População). Entre 2012 e 2018, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da Federação, sendo os estados com maior proporção de idosos o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, ambos com 18,6% de suas populações dentro do grupo de 60 anos e mais (IBGE- PNAD, 2018).

Em 2012, a população com 60 anos e mais era de 25,4 milhões. Os 6,8 milhões de novos idosos em seis anos correspondem a um crescimento de 26% desse grupo etário, que tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. As mulheres são maioria expressiva nesse grupo, representando - 56% dos idosos, enquanto os homens idosos representam - 44% do grupo (IBGE- PNAD, 2018).

No Brasil, seguindo uma tendência mundial, o número de idosos e a expectativa de vida da população brasileira têm aumentado. Em 2050, a expectativa de vida do brasileiro, ao nascer, será de 81,3 anos e os maiores de 65 anos serão 21,9% (IBGE, 2018). A população brasileira, seguindo essa trajetória de envelhecimento, continuará aumentando e até 2060, o percentual de pessoas com mais de 65 anos passará dos atuais 9,2% para 25,5%. Ou seja, um em cada quatro brasileiros será idoso. É o que aponta projeção pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística conforme demonstrado na Tabela 1 (IBGE, 2018).

Segundo a pesquisa, a fatia de pessoas com mais de 65 anos alcançará 17,4% da população em 2040, ultrapassando a barreira de 20% em 2050. Em 2010, estava em 7,3%. A pesquisa mostra que em 2040 o número de idosos com mais de 65 anos superará o de crianças de até 14 anos, o que acelerará a trajetória de envelhecimento da população. Atualmente, a população com até 14 anos representa 21,3% dos brasileiros e cairá para 14,7% até 2060, segundo o IBGE. Já a faixa entre 15 e 64 anos, que hoje responde por 69,4% da população, cairá para 59,8% em 2060 conforme mostra a Tabela 1 (IBGE, 2018).

Tabela 1 – Projeção da população brasileira em percentuais por ano e grupos de Idade

População por Grupos de Idade	2018	2020	2030	2040	2050	2060
População	208.409	211.756	224.868	231.920	232.933	228.286
0-14	21,3%	20,9%	19%	16,8%	15,4%	14,7%
15 - 64	69,4%	69,3%	67,5%	65,8%	62,7%	59,8%
+ 65	9,2%	9,8%	13,5%	17,4%	21,9%	25,5%

Fonte: IBGE – Estatísticas Sociais Projeções da População (2018).

O senso de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE revela que 5,8% da População Economicamente Ativa¹⁵ são idosos e que na População Economicamente Ativa Ocupada¹⁶ o percentual de idosos sobe para 6,2%. Já a População Economicamente Ativa Ocupada – Aposentados 51,75% são idosos, demonstrando uma forte presença de idosos aposentados no mercado de trabalho, conforme demonstra a Tabela 2 (IBGE, 2010). Nas regiões Nordeste e Sul, o número de aposentados trabalhando está acima da média nacional: 24,5% e 27,3%, respectivamente. Somando os aposentados que voltaram à ativa aos idosos que ainda não se aposentaram, a proporção dos que chegam aos 60 anos no mercado profissional atinge ao percentual de 30,9%, assim os 5,9 milhões de idosos trabalhadores do Brasil ocupavam 4,5% dos postos de trabalho do país (IBGE, 2010). No quesito vínculo empregatício, a maior parte dos trabalhadores idosos são autônomos (43,9%) e assalariados (31,4%,) sendo que, 9,8% desse percentual são empregados domésticos. De acordo com o IBGE (2010), a maior concentração de idosos está no setor de serviços, que emprega 52,8%, seguido do comércio com 22,3% e da indústria com 11,9%.

¹⁵ Para cálculo da População Economicamente Ativa – PEA é considerada a população ocupada mais a população desocupada (IBGE 2010).

¹⁶ São empregados, trabalhadores por conta própria, ou pessoas que exercem trabalho remunerado ou sem remuneração, ou que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados no momento da pesquisa (IBGE, 2010).

Tabela 2 - População Economicamente Ativa (PEA) e População Economicamente Ativa Ocupada (PO) por grupo de idade.

Grupo de Idade	População - PEA	PEA - Ocupada	PEA – Ocupada - Aposentados
Total	93.504.659	86.353.839	5.992.467
60 a 69 anos	4.152.096	4.054.941	2.072.199
70 anos ou mais	1.271.363	1.250.695	1.029.038
Total de idosos	5.423.459 (5,8%)	5.305.636 (6,2%)	3.101.237 (51,75%)

Fonte: Censo IBGE (2010).

Quanto aos cargos com responsabilidade de decisão, ocupados pelas pessoas idosas, os dados do IBGE (2010) apontavam que entre esses trabalhadores, 6,3% têm mais de 60 anos, ou seja, a questão da experiência pode ser valorizada nos cargos mais elevados, embora essa participação seja pequena. O próprio IBGE tem considerado a participação dos idosos no mercado de trabalho recrutando-os para trabalhar no Censo. Em todo o país, foram 2.678 recenseadores com mais de 60 anos para colher os dados do Censo 2010. Cinco selecionados tinham mais de 80 anos. Os recenseadores com mais de 80 anos participaram da coleta de dados em São Paulo e Goiânia. Em termos percentuais essa valorização é pequena, mas já aponta uma tendência de contratação de pessoas idosas (IBGE, 2010).

Para Kreling (2016), o processo de envelhecimento da população brasileira vem ocorrendo intensamente nos últimos anos, em consequência da dinâmica demográfica, a qual afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa¹⁷ (PEA). Com base em pesquisa¹⁸ realizada, Kreling observou o aumento da proporção de pessoas maduras, em especial aquelas com 60 anos e mais, enquanto reduziu a proporção de jovens com até 24 anos. Com a população idosa aumentando sua participação na força de trabalho e, mediante o

¹⁷ População Economicamente Ativa – PEA - conceito elaborado para designar a população que está inserida no mercado de trabalho ou que, de certa forma, está procurando se inserir nele para exercer algum tipo de atividade remunerada (FEE, 2015).

¹⁸ Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – A População Idosa no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre – Setembro 2015 – Fundação de Economia e Estatística (FEE).

envelhecimento da população associado ao aumento da expectativa de vida, esse segmento deverá permanecer por mais tempo trabalhando.

Conforme a pesquisa publicada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2015), do total do contingente de idosos do período de 2011 a 2014, 15,9% participavam no mercado de trabalho e 84,1% encontravam-se na condição de inatividade. Dentre aqueles que estavam inseridos na força de trabalho, praticamente a totalidade estava engajada na condição de ocupada (98,2% da PEA), sendo a condição de desemprego residual para essa população. Dentre os Idosos que participavam da PEA na condição de ocupados, 48,4% já eram aposentados e/ou pensionistas no período de 2011 a 2014. Na análise das diferentes formas de inserção da população idosa na ocupação, no mesmo período, chama atenção a elevada proporção de trabalhadores autônomos - 24,9% das mulheres e 34,0% dos homens.

Considerando o nível de escolaridade da população com 60 anos e mais, observa-se que os idosos ocupados apresentam um nível mais elevado do que os inativos. De fato, os idosos ocupados, para ambos os sexos, apresentaram, no período 2011-14, acima de oito anos médios de estudo, enquanto os inativos aposentados e/ou pensionistas tinham, em média, 6,7 anos de estudo e 6,2 anos de estudo entre os que não tinham esses benefícios (FEE, 2015). Nesse sentido, pode-se presumir que os idosos ocupados são mais qualificados, portanto detêm melhores condições de permanência e/ou de reingresso no mercado de trabalho do que os idosos inativos.

De acordo com a mesma pesquisa, na Região Metropolitana de Porto Alegre, os dados apresentados demonstraram um envelhecimento acelerado, destacando a maior longevidade da população feminina em relação à masculina. O envelhecimento da população, por sua vez, afetou profundamente a composição etária da População Economicamente Ativa, com aumento significativo da participação dos segmentos mais maduros e redução da participação dos mais jovens, elevando a idade média do trabalhador. Tal participação pode estar relacionada, de um lado, à necessidade do idoso aumentar sua renda para assim poder contribuir no orçamento familiar e de outro, ao aumento da longevidade que, conjugado às melhores condições de saúde, permite às pessoas com 60 anos e mais exercer, com relativa facilidade, uma atividade econômica (FEE, 2015).

Ainda conforme os dados da Pesquisa, o envelhecimento da população observado nas últimas décadas trouxe uma nova conformação à pirâmide etária da Região Metropolitana de Porto Alegre, revelando um expressivo aumento daqueles com 60 anos e mais, enquanto o número de indivíduos com menos de 15 anos apresentou forte redução. A pesquisa também evidenciou para os idosos ocupados, rendimentos superiores, quando comparados com o total dos trabalhadores, e, no caso de eles serem aposentados e/ou pensionistas, detendo duas fontes de renda, seus rendimentos eram quase o dobro do valor auferido pelo total de ocupados (FEE, 2015).

Wajnman (2004) afirma que é inevitável o aumento de pessoas com mais de 60 anos na População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. A expectativa é de que em 2020, pelo menos, 13% da PEA seja formada por pessoas que estão na terceira idade. Muitos idosos permanecem no mercado de trabalho ou retornam a ele após a aposentadoria por vários motivos, entre eles: necessidade de uma renda adicional, ocupação do tempo ocioso, gosto pelo trabalho desenvolvido. Nesse caso, é fundamental observar a carga horária de trabalho dessas pessoas, considerando a idade, o tipo de atividade desenvolvida e as condições de saúde. O que se observa é que para os homens na faixa etária entre 65 e 69 anos, a jornada semanal de trabalho é de 40 horas e após os 80 anos, os idosos que trabalham, fazem em média 32 horas por semana (DIEESE, 2009).

Para Brito (2008) a transição demográfica é um processo social, portanto não se trata de uma simples combinação de variáveis demográficas. Como é produto de processos históricos socialmente construídos, característicos de determinado tempo e espaço, os resultados dos indicadores demográficos podem possuir diferenciais entre lugares próximos, como países e regiões, até mesmo entre grupos sociais em uma mesma região. Também é importante reconhecer que a idade cronológica não é um marcador preciso para as mudanças que acompanham o envelhecimento, visto que existem diferenças significativas relacionadas ao estado de saúde, participação e níveis de independência entre pessoas que possuem a mesma idade.

No que concerne às políticas públicas relacionadas ao envelhecimento, o Artigo 26 do Estatuto do Idoso (2003) prevê que as pessoas com mais de sessenta anos têm direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. No parágrafo II do Artigo 28, há menção explícita quanto ao preparo do idoso para sua aposentadoria, mas sem delinear o programa a

ser seguido ou a que se destina esse preparo, se para trabalhar ou para desfrutar os prazeres do ócio previstos para a aposentadoria. O Estatuto do Idoso, apesar de fazer menção ao trabalho do idoso, vedando a discriminação e incentivando a profissionalização, ainda carece de regulamentação específica de seus artigos.

É ainda assegurado pela Constituição (1988) que o poder público deve criar programas de profissionalização para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas. E ainda, devem ser oferecidos programas de preparação para a aposentadoria, com antecedência mínima de um ano, por meio de estímulo a novos projetos e esclarecimentos sociais e de cidadania, conforme o Artigo 28 do Estatuto do Idoso (2003).

No Brasil, o idoso ao se aposentar não necessita afastar-se do trabalho para a manutenção integral do recebimento do benefício pecuniário, mas neste caso voltará a contribuir para a Previdência Social e não terá nenhum outro benefício. A aposentadoria não é o marco final do desempenho laboral de uma pessoa. Mesmo após a aposentadoria, é comum o idoso procurar uma nova ocupação profissional, até mesmo como empreendedor. O idoso pode prosseguir em suas atividades funcionais, ou mesmo retornar ao seu trabalho anterior, ou trabalhar em outra atividade e em ambiente diferente.

Moreira (2000) considera que a permanência do idoso no trabalho pode ser discutida por dois ângulos: o trabalho pode ser benéfico quando propicia autoestima, satisfação, sensação de produtividade, além da remuneração; por outro lado, pode ser prejudicial, quando a razão para manter-se trabalhando é a necessidade de renda, sem qualquer outra motivação, além de condições inadequadas de trabalho. Dessa forma, o trabalho tanto pode ser fonte de aumento da qualidade de vida, como pode ser um agravante da qualidade de vida, conforme as condições e a natureza do trabalho. Amarilho (2005) argumenta que as potencialidades mentais dos indivíduos da terceira idade já comprovadas, merecem, portanto, ser entendidas como sinônimo da força produtiva de que os idosos são detentores e que, entre os principais motivos para o idoso permanecer trabalhando, está a necessidade de uma remuneração extra ou a vontade de permanecer ativo, sentindo-se útil e reconhecido pela sociedade.

3.3 TRABALHO E APOSENTADORIA: MÚLTIPLOS OLHARES

As diferentes formas pelas quais os sujeitos idosos percebem o trabalho e a aposentadoria podem ser ressaltados pela história de vida de cada um. Os processos de envelhecimento e de aposentadoria ocorrem de maneiras diversas, apresentando múltiplas interfaces, que estão relacionadas às mudanças na vida social e no mundo do trabalho; à reorganização da vida familiar que se presencia na sociedade contemporânea; ao convívio dentro e fora do trabalho; à rotina laborativa; aos papéis sociais desempenhados; ao status do sujeito; ao modo de ser de cada um; aos projetos de vida e a outros fatores de ordem, biológica, psicológica e sociocultural.

A aposentadoria dificulta ainda mais esse processo, uma vez que o entendimento que se tem sobre ela é de afastamento do trabalho. Essa ideia tem origens históricas e culturais, visto que há algumas décadas atrás, quem se aposentava, não precisava continuar trabalhando, pois a renda da aposentadoria bastava para o seu sustento, o que hoje não acontece. O idoso sempre enfrentou preconceitos por ser idoso, e também por estar aposentado (FRANÇA; SOARES, 2009).

Enquanto a primeira fase da vida é marcada pela dedicação ao aprendizado, na fase adulta predomina o trabalho – que se estende por mais ou menos cinquenta anos da vida de um indivíduo – e a velhice tem sido marcada pela aposentadoria. A aposentadoria viria para decretar oficialmente o estatuto da velhice: “socialmente pode-se inferir que a pessoa é definida como idosa a partir do momento em que deixa o mercado de trabalho, isto é, quando se aposenta e deixa de ser economicamente ativa” (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p.6).

De acordo com a divisão funcional tradicional do curso de vida, as escolhas que os indivíduos fazem, ainda na fase juvenil, começam a ser colocadas em xeque quando ele entra no mercado de trabalho. Ao longo dessa fase, o trabalho adquire importância singular, o indivíduo passa a ser reconhecido como um adulto, a ser valorizado pelo seu trabalho e desvalorizado pela perda deste trabalho (CECÍLIO, 2017).

Para Zanelli, Silva e Soares (2010), a aposentadoria é o rompimento ou o início da desvinculação com o mundo do trabalho, gerando sentimentos ambíguos. França e Soares (2009) afirmam que a percepção e vivência da aposentadoria não

se apresentam de forma homogênea. Esse processo pode estar ligado a um resgate da identidade pessoal e novas possibilidades de ação. Hoje o aumento da longevidade trouxe como um de seus efeitos a necessidade da reinserção do idoso no mercado de trabalho. O que outrora era o afastamento para o repouso da aposentadoria, hoje é a necessidade de permanecer atuante.

Conforme França e Soares (2009), a sociedade é contraditória. Por um lado considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho; por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil. Com o aumento da longevidade, as pessoas querem continuar a ser ativas e fazer parte do processo produtivo. Também o idoso aposentado necessita, muitas vezes, voltar a trabalhar ou permanecer trabalhando por questões financeiras, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar. Desta forma, o trabalho para os idosos, além de constituir uma fonte de renda, muitas vezes como complemento essencial à aposentadoria, pode ser também uma forma de se manter útil, de ocupar-se, uma questão de dignidade. Portanto deve-se compreender que o envelhecimento não significa improdutividade e dependência e que o trabalho pode sim, ser um elemento relevante para gerar qualidade de vida e reconhecimento social.

Para Cecílio (2017), são diversos os significados de aposentadoria conforme o sentido do trabalho na vida de cada trabalhador e as vantagens ou desvantagens decorrentes da vida profissional. Segundo o autor, os trabalhadores dos grupos socioeconômicos mais privilegiados chegam à aposentadoria, tendo o trabalho como fonte de realização profissional e de estabilidade financeira. Para eles, aposentar-se não é sentir-se velho. Já para os trabalhadores menos qualificados e desfavorecidos economicamente e socioculturalmente, aposentar-se é o início do fim. Também para os que não puderam ter na profissão um encontro consigo mesmos, poder sair do trabalho obrigatório significa a liberdade.

As razões que levam o aposentado a continuar ou não a trabalhar são muito complexas. Busca-se entender, então, os motivos e as repercussões dessa opção no cotidiano dos indivíduos. Os aspectos econômicos da vida dos aposentados devem ser levados em conta, uma vez que quanto menor a renda tanto maior será a

sua preocupação em relação à aposentadoria. Aposentados com problemas econômicos, no momento que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Por outro lado, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, tendo o aposentado dificuldade de desvincular-se do mesmo. Desta forma, o trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana, sendo fundamental na vida social. É o homem, na sua relação com a natureza, modificando-a para atender às suas necessidades (CECÍLIO, 2017).

Para Bitercourt et al (2011), embora a aposentadoria, em seu aspecto legal, seja atrelada ao recebimento de gratificação financeira pelos anos trabalhados e contribuições feitas anteriormente, no Brasil ela também simboliza a desvalorização da pessoa, por não abarcar as necessidades de sobrevivência de muitos aposentados. Este, certamente, é um dos motivos que leva o sujeito a, quando possível, adiar a decisão pela aposentadoria ou a retornar ao mercado de trabalho depois de já aposentado.

Nesse sentido, o trabalho pode ser fonte de satisfação ou de apenas uma obrigação financeira, porém, apenas quando associado às condições negativas de desenvolvimento pessoal e do ambiente em que o profissional se encontra, é que se torna desgastante. Para os idosos a aposentadoria não é observada como direito conquistado e sim, como o momento da mudança de papel social. As pessoas relacionam aposentadoria à velhice, ao envelhecimento e desenvolvem o medo da desocupação, do ócio, dos problemas financeiros. Associam também aposentadoria à solidão, à velhice e à morte. A ausência do trabalho, muitas vezes, é o que dá concretude ao envelhecimento/velhice. Atrelado à aposentadoria temos o risco do isolamento, pois antes da morte física, o idoso vive a morte social (BITERCOURT et al, 2011).

Cecílio (2017) considera a aposentadoria como o fim de um tempo de trabalho regular e, normalmente, o termo está associado à idade. Entretanto ser jovem ou velho para o trabalho não diz respeito apenas a uma avaliação da capacidade física, mental ou psicológica; depende também de contextos demográfico, histórico, sociocultural, econômico e político nos quais o trabalhador está inserido.

O ser humano cresce preparando-se para o trabalho e necessita dele, não só por uma questão de sustentabilidade como também de crescimento pessoal. Para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade

capitalista em que o homem sem trabalho é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente. O trabalho representa um valor significativo para as pessoas, o que dificulta o afastamento para o gozo da aposentadoria. Esse fato pode ser muito mais estressante para o homem que, em geral, concentra mais sua vida no trabalho externo do que a mulher, que compartilha o trabalho externo com o cuidado da casa e dos filhos. Ainda nesse sentido, o impacto da aposentadoria para as mulheres é menor do que para os homens (BULLA; KAEFER, 2003).

O trabalho também é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, daí o aposentado ter dificuldade de desvincular-se do mesmo. O trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana, visto que horários, atividades e relacionamentos pessoais são determinados conforme as exigências do trabalho, embora fundamentais para a vida social. As atividades exercidas, ao longo da vida, servem de ponto de referência para as pessoas, sendo difícil desarticularem-se dessas referências (ZANELLI; SILVA; SOARES, 2010).

O esclarecimento e o debate sobre as questões ligadas ao trabalho e à aposentadoria podem contribuir para se viver melhor o processo de envelhecimento e de aposentadoria, pois a longevidade é possível para um número cada vez maior de pessoas. O esclarecimento resulta em entendimento maior em relação ao trabalho e às situações socioeconômicas que estão intimamente ligadas ao desengajamento do trabalho, considerando-se que a aposentadoria representa ainda afastamento do trabalho. Essa ideia tem origens históricas e culturais, uma vez que, há algumas décadas atrás, quem se aposentava, não precisava continuar trabalhando, pois a renda da aposentadoria bastava para o sustento do aposentado, o que hoje não acontece (CECÍLIO, 2017).

Segundo Sennett (2000), o trabalho tem dupla influência sobre a decisão de o indivíduo aposentar-se. Enquanto instituição, ele oferece um ambiente estruturante, um ponto de referência, através do qual o sujeito se torna parte de um grupo social, encontrando sua identidade social, seu status, ou seja, seu engajamento social. Enquanto valor econômico, ele é o principal meio de independência da maioria dos que exercem uma profissão e que, muitas vezes, evitam a aposentadoria para não perderem renda, como meio de sobrevivência, ou para satisfazerem as necessidades fora do trabalho. Para Marx (1982), quando o trabalho se torna algo exterior ao indivíduo, deixando de ser a expressão da individualidade do homem e

não mais satisfazendo as suas necessidades, mas se tornando apenas uma fonte econômica e um meio de sobrevivência, o trabalho pode ser também fonte de alienação.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS IDOSOS

A institucionalização da aposentadoria surgiu como uma resposta do modo de produção industrial às primeiras gerações de operários que começaram a envelhecer. A velhice foi atrelada à invalidez e incapacidade para o trabalho, sendo a aposentadoria o meio de resolver a questão de rentabilidade de grande quantidade de trabalhadores, além de considerada o principal problema social da época (SILVA, 2008). No Brasil, foram criadas em 1923 com a Lei Eloy Chaves, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (Caps), por categoria profissional ou empresa. Dessa forma, os sistemas de aposentadoria podem ser considerados, como a primeira política pública (ou direito) socialmente abrangente destinada à população idosa ao longo da história do capitalismo (RAMOS, 2001).

Em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), que uniformizou as contribuições e os planos de previdência dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Com essa lei, a previdência, além de garantir benefícios à população urbana, também estendeu a proteção aos empregadores e aos trabalhadores autônomos. Já em 1966, através do Decreto-Lei 72/1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) instituindo, assim, a efetiva uniformização dos sistemas previdenciários (CHIEZA; ZIMMERMANN, 2014).

Para Chieza e Zimmermann (2014), a partir da Constituição Federal de 1988, iniciou-se um novo marco jurídico que contextualizou as políticas sociais contemporâneas, com papel de destaque à Previdência Social. Este marco jurídico evidencia-se no Artigo 194 da Carta Magna que introduziu o conceito de Seguridade Social como um “conjunto integrado de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). A proteção social deixou, assim, de ser concebida do ponto de vista trabalhista e assistencialista, adquirindo uma conotação de direito do cidadão.

Do ponto de vista formal, a Constituição Brasileira de 1988 criou as condições para implantar políticas públicas em duas frentes: a proteção social (previdência,

saúde e assistência) e a promoção social (educação, trabalho e renda, desenvolvimento agrário e cultura). A divisão dos gastos entre estas duas frentes, associada à alteração do padrão demográfico brasileiro resultante do aumento da expectativa de vida e da queda da natalidade, gerou crescimento dos gastos públicos voltados a essas políticas, em especial os gastos da previdência. Também se sabe que os direitos sociais e trabalhistas, dentre os quais a aposentadoria, foram sendo incorporados ao Estado em virtude das pressões exercidas pelos movimentos de trabalhadores. O fato de agregar essa função, gerou para o Estado um aumento orçamentário por assumir funções destinadas ao bem-estar da sociedade (CHIEZA; ZIMMERMANN, 2014).

Para Sorj (2001), a tradição sociológica do século XX, influenciada pelo marxismo, especialmente após a Segunda Guerra, enfatizou a importância dos movimentos sociais e dos partidos apoiados pelas classes populares como principal fator de consolidação da cidadania e de criação de um Estado de bem-estar social. Essa perspectiva, sem dúvida, representa aspectos fundamentais do processo histórico, porém deixa na sombra outros componentes igualmente constitutivos da formação do Estado moderno. Entre esses componentes, devem ser incluídos padrões culturais ligados historicamente a determinadas estruturas sociais (no caso brasileiro, por exemplo, circunstâncias históricas da colonização que até hoje influenciam nossa cultura). Essas estruturas de longa duração transformam-se e são capazes de se rearticularem, renovando novas realidades sociais, entre as quais, o avanço de políticas mais liberais. Isso gera um processo de diminuição do Estado social em consequência da reestruturação produtiva, da automação, da flexibilização dos direitos trabalhistas e do desemprego estrutural, que contribuíram para desmobilizar e enfraquecer os movimentos operário e sindical de épocas anteriores, deixando livre o caminho para o Estado minimizar os custos com o social.

Para Guillemard (2007), o envelhecimento de nossa sociedade não é uma catástrofe, e não deve ser encarado de modo fatalista. Segundo a autora, não se deve esquecer de que a vida mais longa e a menor morbidade são, acima de tudo, evidências de progresso social. Para a autora, enfrentar o desafio do envelhecimento demográfico significa que devemos administrar agora uma força de trabalho que vem envelhecendo. Essa será a questão central das décadas vindouras. Para lidarmos com ela, precisamos reverter as profundas tendências, hoje em curso por toda a parte, de encurtamento da vida profissional. Isso só pode

ser feito desenvolvendo políticas públicas efetivas de empregos e bem-estar social, de modo que se mantenha a empregabilidade dos assalariados mais idosos, estimulando as empresas a ajustarem paralelamente suas políticas de pessoal. O caminho é longo e difícil, todavia constitui um dos principais desafios que se impõem às sociedades conforme estas adentram o terceiro milênio.

Guillemard (2007) defende uma análise da situação que leve em conta mudanças no modo como se administram o tempo e as idades ao longo do curso de vida. Os debates sobre o envelhecimento demográfico, até o presente, têm focado basicamente suas implicações econômicas. Na Europa, a expansão da saída precoce do mercado de trabalho, teve consequências sociais e econômicas danosas, que levaram as autoridades públicas a reagirem, através de três medidas: a reforma dos fundos à terceira idade e o aumento da idade de aposentadoria; a substituição da aposentadoria precoce por esquemas de aposentadoria parcial e a implementação de políticas empregatícias ativas para manter trabalhadores mais idosos em seus empregos.

A Alemanha, entre 2001 e 2012, aumentou gradualmente para 65 anos a idade de aposentadoria de homens e mulheres, mesmo daqueles homens que contribuíram para o Fundo da Terceira Idade durante 35 anos ou mais e que poderiam se aposentar assim que chegassem aos 63 – já em 2002 eles sofreram uma redução de 18% em suas aposentadorias ao se aposentarem com esta idade. Na França, embora a idade de aposentadoria não tenha aumentado desde sua fixação em 60 anos em 1982, o período de contribuição necessário para a aposentadoria integral vem aumentando seis meses por ano desde 1994: de 37 anos e meio para quarenta anos. A Itália possui um sistema previdenciário mais propenso à aposentadoria precoce da Europa. Os trabalhadores italianos podem se aposentar após 35 anos de trabalho assim que atingirem os 52 anos ou, independentemente da idade, acumularem 36 anos de contribuições para o Fundo da Terceira Idade. Na Espanha, o Pacto de Toledo, em fevereiro de 1995, procurou aumentar a viabilidade financeira do sistema previdenciário, elevando a idade de aposentadoria. O pacto recomendava que se penalizasse a aposentadoria precoce e que se oferecessem incentivos aos assalariados em envelhecimento que continuassem trabalhando, reduzindo-se suas contribuições para a seguridade social (GUILLEMARD, 2007).

Seguindo essa tendência mundial, no Brasil em 2019, através da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, passaram a vigorar as novas regras para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União. Entre as principais mudanças, está a idade mínima e o tempo de contribuição. A regra geral de aposentadoria passa a exigir, das mulheres, pelo menos 62 anos de idade e 15 anos de contribuição. No caso dos homens, 65 anos de idade e 20 anos de contribuição. O tempo de contribuição mínimo permanecerá em 15 anos somente para os homens que estiverem filiados ao RGPS antes de a emenda constitucional entrar em vigor. Ao atingirem a idade e o tempo de contribuição mínima, os trabalhadores do RGPS poderão se aposentar com 60% da média de todas as contribuições previdenciárias efetuadas desde julho de 1994. A cada ano a mais de contribuição, além do mínimo exigido, serão acrescidos dois pontos percentuais aos 60%. Assim, para ter direito à aposentadoria no valor de 100% da média de contribuições, as mulheres deverão contribuir por 35 anos e os homens, por 40 anos. A Nova Previdência também traz regras de transição para quem já está no mercado de trabalho, e é possível escolher a forma mais vantajosa de aposentadoria. No Regime Geral de Previdência Social, haverá cinco regras de transição: quatro, por tempo de contribuição e uma, por idade.

As formas de respostas contemporâneas à problemática social do envelhecimento, mediante reforma das políticas de seguridade social que mantém o Estado na proteção social, conforme Areosa (2008), introduzem modificações substanciais na cobertura dos benefícios aos segurados, gerando alterações no formato da proteção social.

Para Areosa (2008), um dos grandes desafios da proteção social é o sistema de seguridade brasileira no tocante à qualidade de vida dos idosos. A qualidade de vida dos idosos passou a ser entendida como indicadora de resultados de políticas sociais, considerando que os cuidados com a saúde dos indivíduos idosos, a proteção contra a violência e a garantia de outros direitos básicos somam para uma melhor qualidade de vida da população idosa. Porém a identificação de diferentes entraves para os idosos, como preconceitos, desigualdades e direitos, ressalta a importância de desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades dos idosos, para assim superar esses problemas sociais.

A legislação brasileira tenta estimular o empoderamento das políticas públicas, protegendo os idosos da negligência e da violência, garantindo o acesso à saúde e à busca por uma melhor qualidade de vida, incentivando a convivência dessas pessoas com a sociedade em geral. Isso ocorre através de um avanço de políticas públicas sociais para os idosos no Brasil, conforme se apresenta no Quadro 1, entre as quais a Política Nacional do Idoso, uma iniciativa do Estado para criar as condições que permitam autonomia das pessoas idosas e sua interação na sociedade. O grande desafio é proporcionar a esses idosos a garantia dos seus direitos, por meio da ação do poder público, cuja função é desenvolver e aprimorar políticas já existentes para que se possibilite aos idosos gozar de qualidade de vida (AREOSA, 2008).

Quadro 1 - Ações de Proteção Social aos Idosos e Aposentados

(continua)

Ano	Ações de Proteção Social aos Idosos e Aposentados
1923	Lei Eloy Chaves, cria as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPS) (BRASIL, 1923).
1960	Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) LEI Nº 3.807 (BRASIL, 1960).
1966	Decreto-Lei 72 cria o Instituto de Previdência Social (INPS) (BRASIL, 1966).
1974	Por meio da Lei nº 6.179, foi criada a Renda Mensal Vitalícia aos aposentados, através do então Instituto Nacional de Previdência Social – INPS (BRASIL, 1974).
1977	Foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Lei nº 6.439 integrando: o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, a Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS, para unificar a assistência previdenciária (BRASIL, 1977).
1982	Foi realizada a I Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (ONU), em Viena, que traçou as diretrizes do Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento, publicado em Nova York em 1983. Esse Plano de Ação almejou sensibilizar os governos e sociedades do mundo todo para a necessidade de direcionar políticas públicas voltadas para os idosos, bem como alertar para o desenvolvimento de estudos futuros sobre os aspectos do envelhecimento (ONU, 1982).
1988	Foi promulgada a Constituição Cidadã – Constituição Federal, que destacou no texto constitucional a referência ao idoso. Essa foi, de fato, a primeira vez em que uma constituição brasileira assegurou ao idoso o direito à vida e à cidadania: a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida. - § 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. - § 2º Aos maiores de 65 anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL -CF, art. 230, 1988).

1993	<p style="text-align: right;">(continuação)</p> <p>Foi aprovada a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS – Lei 8.742/93, que regulamenta o capítulo II da Seguridade Social da Constituição Federal, garantindo à Assistência Social o status de política pública de seguridade social, direito ao cidadão e dever do Estado. A LOAS inverte a cultura tradicional dos programas vindos da esfera federal e estadual como pacotes, e possibilita o reconhecimento de contextos multivariados, por vezes universais, de riscos à saúde do cidadão idoso. Cita o benefício de prestação continuada, BPC previsto no art. 20, que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993).</p>
1994	<p>Foi aprovada a Lei Nº 8.842/1994 que estabelece a Política Nacional do Idoso (PNI) e cria o Conselho Nacional do Idoso. Esta Lei tem por finalidade assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade, de modo a exercer sua cidadania. Estipula o limite de 60 anos e mais de idade para uma pessoa ser considerada idosa. Como parte das estratégias e diretrizes dessa política, destaca-se a descentralização de suas ações envolvendo estados e municípios, em parceria com entidades governamentais e não governamentais. A Lei em discussão rege-se por determinados princípios, tais como: assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, com a família, a sociedade e o Estado os responsáveis em garantir sua participação na comunidade, defender sua dignidade, bem-estar e direito à vida. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade de forma geral e o idoso não deve sofrer discriminação de nenhuma natureza, bem como deve ser o principal agente e o destinatário das transformações indicadas por essa política. E, por fim, cabe aos poderes públicos e à sociedade em geral a aplicação dessa lei, considerando as diferenças econômicas e sociais, além das regionais (BRASIL, 1994).</p>
1999	<p>Foi implantada a Política Nacional da Saúde do Idoso pela Portaria 1.395/99 do Ministério da Saúde (MS) que estabelece as diretrizes essenciais que norteiam a definição ou a redefinição dos programas, planos, projetos e atividades do setor na atenção integral às pessoas em processo de envelhecimento e à população idosa. Essas diretrizes são: a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de doenças, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde dos idosos, à reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e o apoio aos estudos e pesquisas. E ainda, tem a finalidade de assegurar aos idosos sua permanência no meio e na sociedade em que vivem, desempenhando suas atividades de modo independente (BRASIL, 1999).</p>
2002	<p>Foi realizada a II Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em Madrid – Plano Internacional do Envelhecimento – que teve o objetivo de servir de orientação às medidas normativas sobre o envelhecimento no século XXI. O Plano foi fundamentado em três princípios básicos: 1) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento, na força de trabalho e na erradicação da pobreza; 2) promoção da saúde e bem-estar na velhice; e 3) criação de um ambiente propício e favorável ao envelhecimento (BRASIL, 2003).</p>
2003	<p>No Brasil, entra em vigor a Lei nº 10.741, que aprova o Estatuto do Idoso destinado a regular os direitos assegurados aos idosos. Esse é um dos principais instrumentos de direito do idoso. Sua aprovação representou um passo importante da legislação brasileira no contexto de sua adequação às orientações do Plano de Madri (BRASIL, 2003).</p>

	(conclusão)
2006	Foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: foram aprovadas diversas deliberações, divididas em eixos temáticos, que visou garantir e ampliar os direitos da pessoa idosa e construir a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI (BRASIL, 2006).
2007	A partir da Conferência Regional Intergovernamental sobre Envelhecimento da América Latina e Caribe, foram elaboradas as estratégias regionais para implantar as metas e objetivos com base em uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos. Foi recomendado aos países que, de acordo com suas realidades nacionais, propiciassem condições que favorecessem um envelhecimento individual e coletivo com segurança e dignidade. Na área da saúde, a meta geral foi oferecer acesso aos serviços de saúde integrais e adequados à necessidade do idoso, de forma a garantir melhor qualidade de vida com manutenção da funcionalidade e da autonomia (BRASIL, 2007).
2010	Aprovada a Lei nº 12.213 que Institui o Fundo Nacional do Idoso (BRASIL, 2010).
2017	Aprovada a LEI Nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que altera o Estatuto do Idoso e estabelece prioridades às pessoas com mais de 80 anos (BRASIL, 2017).
2019	Através do Decreto nº 9.921 de 18 de Julho de 2019 consolida-se atos normativos que trata do direito ao Envelhecimento Ativo saudável e regulamenta a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (BRASIL, 2019).
2019	Emenda Constitucional 103, que trata da reforma da Previdência, exigindo idade mínima para aposentadoria de 65 anos para os homens e 62 anos para mulheres (BRASIL, 2019).

Fonte: Elaborada pelo pesquisador (2019).

4 OS DILEMAS DA APOSENTADORIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A aposentadoria assim como a intensificação do envelhecimento da população apontam a relevância do tema e destacam que a aposentadoria traz em si uma série de ambiguidades. Usa-se o termo aposentadoria para referir-se a dois processos distintos: I) a aposentadoria legal, ou seja, como direito adquirido à pensão, após determinado período de contribuição previdenciária, independentemente da saída do mercado de trabalho; II) aposentadoria concreta, ou seja, o rompimento com determinada carreira laboral e/ou a saída do mundo do trabalho remunerado, geralmente depois de adquirida aquela de base legal. Ambos os momentos podem ou não coincidir na trajetória laboral. Além disso, a aposentadoria, via Seguridade Social, não mais representa necessariamente o desligamento da esfera do trabalho, pois como as pessoas estão vivendo mais tempo, e com saúde, há maiores chances de que não queiram sair do mundo produtivo por não conseguirem se desvincular do trabalho, ainda que a aposentadoria lhe conceda uma boa renda. Por outro lado, para uma parte considerável de trabalhadores, é o valor recebido de aposentadoria que faz com que o indivíduo siga trabalhando formal ou informalmente (SOARES; COSTA, 2011).

Para Debert (2017), as mudanças no campo da aposentadoria provocam um profundo impacto na imagem da velhice em geral. Segundo a autora, a forma como esta etapa da vida é tratada pela sociedade, ao dar uma idade inicial legalmente marcada de 60 anos para o idoso, atribuindo-lhe direitos específicos e buscando novas nomenclaturas para escapar das conotações negativas, tem uma forte relação com a instituição da aposentadoria. Conforme a autora, não só a velhice mas todas as categorias de idade que hoje nos parecem claramente definidas, foram construídas social e historicamente de acordo com a necessidade e os interesses dos grupos de poder. Tanto que, hoje no Brasil, pela nova legislação previdenciária, o idoso só pode se aposentar aos 65 anos.

Debert (2017) aponta que as três principais subdivisões do ciclo da vida humana: a infância, a fase adulta e a velhice – às quais se acrescentam hoje outras categorias classificatórias, como a pré-adolescência, adolescência e a meia idade, entre outras – foram sendo definidas e delimitadas na medida em que o advento da sociedade capitalista empreenderia um processo de racionalização da vida social, resultando no surgimento da idade cronológica como instrumento de controle preciso

das etapas da vida humana, extremamente necessário numa sociedade definida por Max Weber (2005) em um modelo racional-legal de organização.

A noção de velhice, por sua vez, sempre existiu nas várias sociedades ao longo da história. Contudo não havia no período anterior ao advento da modernidade e, essencialmente, da idade cronológica, uma ideia clara e precisa de quando se iniciava a velhice e nem da definição de quem era velho. Mesmo porque a expectativa de vida raramente ultrapassava os 35 anos, dada a grande mortalidade infantil e a precariedade dos serviços sanitários e de saúde. Somente com o surgimento das ciências médicas e farmacológicas e com a melhoria do saneamento básico, ocorridas a partir do século XIX na Europa, que a expectativa de vida passa a aumentar, assim como aumenta o número de pessoas que chegam à velhice (DEBERT, 2017).

Para Barreto e Ferreira (2011), na sociedade contemporânea em que não há emprego para todos, a discussão sobre a aposentadoria e o envelhecimento faz-se ainda mais evidente, ressaltando que, apesar da aposentadoria ser um direito do trabalhador individual, também se transformou em uma medida de gerenciamento do mercado de trabalho, prevalecendo o paradigma da produtividade do mundo organizacional. Além disso, alia-se, em certa medida, a valores como juventude e dinamismo, fazendo com que os funcionários que possuem idade mais avançada deixem de ser interessantes para as empresas.

Beauvoir (1990) observa que o discurso desse posicionamento de mercado é o de que não há lugar - no ambiente empresarial - para o velho e para a inatividade, e que este só interessa enquanto rende. Entretanto, esses mesmos indivíduos mais velhos, são reconhecidos como parte de um mercado consumidor potencial. Aqui fica evidente o potencial ambíguo de *aposentadoria*. No discurso empresarial, trabalhadores velhos são considerados um fardo para a empresa, de quem esta se quer livrar, e a aposentadoria, mais cedo possível, é uma forma de realizar isso. Aqui se apela à imagem negativa da velhice, vinculando a idade avançada à improdutividade, à falta de atualização e ao obsoleto. Por outro lado, o discurso gerontológico (e cada vez mais também o midiático) aponta para as potencialidades da velhice. Termos como a *velhice ativa* e a *velhice produtiva* dominam hoje os

discursos sobre o envelhecimento, ambos fortemente inspirados na Teoria da Atividade¹⁹.

Para França e Soares (2009), as contradições que envolvem a aposentadoria ficam mais fortes ainda em um país que é repleto de desigualdades sociais, como o Brasil. A forma como o sujeito aposentando e aposentado vive a aposentadoria irá depender de seu envolvimento com o seu trabalho e do significado a que lhe atribui, da sua história de vida e de como deseja viver seus próximos anos, suas expectativas e suas limitações. Aliás, as contradições da aposentadoria resultam dos diferentes significados que a mesma já recebeu durante sua história advinda do meio rural, em que a retirada aos *aposentos* significava a passagem e, com isso, a perda do controle e do poder sobre decisões importantes na vida profissional e, muitas vezes, também na organização familiar.

Para Camarano, Kanso e Fernandes (2012), embora no Brasil as pessoas com 60 anos ou mais sejam consideradas idosas, nem todos os indivíduos nesta faixa etária podem ser considerados incapazes para o trabalho. É um segmento etário muito heterogêneo. Supõe-se também que a transição de uma situação de atividade para a de inatividade seja gradual, o que torna difícil estabelecer um divisor de águas entre o período laboral e o não laboral. Entre os fatores para permanência no mercado de trabalho de idosos após sua aposentadoria estão: o complemento de renda, o custo de oportunidade elevado pela saída precoce da atividade econômica, boas condições de saúde e autonomia. Estas são algumas razões que explicam a permanência do aposentado no mercado de trabalho.

Já a saída do mundo do trabalho, passa a ser uma marca relevante na vida dos idosos, com fortes implicações não só para sua organização temporal da vida, mas também para sua autoimagem e suas relações sociais. Reorganizar a vida, após a saída do mundo do trabalho, envolve questionamentos, enfrentamentos, exige processos de aprendizagem, de adaptação a um novo estilo de vida e enseja certa contradição: por um lado desejada; por outro, temida (DEBERT, 2017).

¹⁹ A Teoria da Atividade defende que o desenvolvimento do homem se dá pela necessidade de uma relação com o meio em que está inserido com a satisfação de alguma necessidade pessoal; dessa forma, o desenvolvimento das funções psíquicas decorrerá de um processo de apropriação de algum saber, transformando a atividade externa em atividade interna. Segundo essa teoria, a aprendizagem é uma atividade humana movida por um objetivo, a qual concebe três pontos de relevância: acontece em um meio social; através de uma atividade mediada nas relações entre os sujeitos; e é uma atividade entre o sujeito e o objeto de aprendizagem (DUARTE, 1998).

Para Soares e Costa (2011), com o aumento da expectativa de vida, os idosos têm possibilidade de viverem de 20 a 30 anos após a aposentadoria via Seguridade Social, o que pode representar um terço da vida. Sendo assim, a aposentadoria pode funcionar como um momento de diferenciação e de adoção de novos papéis sociais. Não seria apenas um momento de adaptação, porém de desenvolvimento, pois tem chegado para as pessoas ainda saudáveis, portanto em condições de continuarem trabalhando e buscarem outras atividades profissionais. Esta ideia altera um discurso que foi forte em décadas passadas, ou seja, o da aposentadoria como momento de afastamento, de desligamento do trabalho e consequente rompimento com uma série de vínculos sociais.

Reconhece-se também que a saída precoce pode resultar em uma desintegração social, especialmente para a população masculina. Participar do mercado de trabalho significa participação social. A saída precoce pode acarretar depressão, alcoolismo e até suicídio. Em outras palavras, pode resultar em outros tipos de incapacidade e demandar outras políticas públicas. Todos esses fatores apontam para a dificuldade em se definir a idade em que a perda da capacidade de trabalhar ocorre. Essa dificuldade é reforçada se considerar as enormes diversidades regionais e sociais da nossa sociedade (CAMARANO; KANSO; FERNANDES, 2012).

Camarano (2014) destaca outro aspecto a se considerar, que é o direito legal à aposentadoria por tempo de serviço, que permite uma aposentadoria precoce²⁰, ou seja, antes de atingidas as idades mínimas para homem e mulher, o que resulta em que o aposentado tenha condições físicas e/ou mentais de seguir trabalhando por mais tempo após ter se aposentado, contribuindo para que o período após a aposentadoria legal seja vivido de formas diferenciadas. Contudo, cabe salientar, trabalhadores que estejam aposentados (seja pelo tempo suficiente de contribuição ou aposentadoria antecipada) podem desejar ou precisar seguir no mercado de trabalho. Nesse aspecto, Camarano destaca que o nível de participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho entre 1992 e 2012, é considerado alto, se comparado a outros países, sobretudo os europeus. Uma das explicações é a

²⁰ Aposentadoria precoce refere-se ao trabalhador do setor privado que aceitou pagar o pedágio do fator previdenciário, ou seja, a redução de sua renda em decorrência de uma aposentadoria considerada precoce pela legislação. Essa situação atua como causa e consequência da decisão de se aposentar ainda em condições aptas para o trabalho. O custo de oportunidade tem um peso relevante, uma vez que a aposentadoria formal não significa saída efetiva do mercado (IPEA, 2012).

redução do estoque de mão-de-obra disponível, devido à tendência acelerada de diminuição da população em idade ativa, que terá seu ápice em 2040. Outros aspectos são a necessidade de complemento de renda, a aposentadoria precoce, a boa condição de saúde e a preferência pela manutenção da sociabilidade no ambiente laboral.

Para França e Soares (2009), os aposentados via Seguridade Social podem e devem seguir no mercado de trabalho se tiverem saúde e desejo de investir em sua atualização. A aposentadoria pode representar uma mudança profissional para um trabalho mais prazeroso ou mesmo reafirmar o desejo de seguir na mesma atividade. As autoras consideram, contudo, que é importante trabalharem em horário reduzido para disporem de tempo para outras atividades. A aposentadoria, legalmente falando, não representa necessariamente a saída do mercado de trabalho, uma vez que muitos desejam ou precisam exercer atividades remuneradas, sendo a saída do mundo do trabalho uma decisão complexa e difícil, pois envolve muitos fatores a serem considerados pelos trabalhadores.

Barreto e Ferreira (2011), afirmam que não há uma forma consensual de lidar com a aposentadoria. Algumas pessoas tendem a inventar ou apoderar-se de metáforas que possam tornar a passagem mais leve: *férias* para aqueles que antecipam a liberdade; uma *sentença* para aquelas que não a desejavam, mas não conseguiram escapar dela; pode também ser considerada como uma nova *adolescência*, na qual dominam os medos e expectativas de uma fase ainda desconhecida de vida ou, também, de um *começar tudo de novo*. Tudo isso demonstra que o processo de saída do trabalho e de adaptação à nova condição de aposentado é um processo complexo no qual uma série de fatores intervêm: pessoais, sociais e culturais, podendo gerar resultados totalmente inesperados, como não saber o que fazer com o tempo livre ou até mesmo a morte do aposentado. Além da diversidade de elementos que enseja o fim da vida laboral, a temática da aposentadoria está relacionada a um assunto ainda incômodo ao ser humano: o envelhecimento. Tornar-se velho pode representar uma fonte de angústia para o sujeito que se depara constantemente com sua finitude, sendo algo que deve ser evitado e silenciado (BEAUVOIR, 1990).

Costa, Barbosa e Vilas Boas (2012) acrescentam que a aposentadoria pode ser compreendida sob a ótica dos ganhos (vantagens) e perdas (desvantagens). Os ganhos ou vantagens estariam prioritariamente relacionados ao tempo, como:

liberdade do trabalho, mais tempo para os relacionamentos, novo começo, mais tempo para atividades culturais e de lazer, resgate da identidade pessoal e a possibilidade de uma ocupação prazerosa, visando a uma redefinição de identidade. Já as desvantagens, estariam ligadas tanto aos aspectos emocionais quanto tangíveis do trabalho, aos salários e benefícios (diminuição de renda e desemprego), à perda da identidade profissional, ao exercício de um trabalho sem prazer (nos casos de retorno ao trabalho por necessidade financeira), à desatualização, à diminuição dos contatos sociais e à baixa autoestima.

5 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para tratar do conceito de Representação Social, é preciso compreender a passagem do século XIX ao XX. O século XIX foi a época dos ideais revolucionários e dos movimentos operários. Foi também o tempo de novos valores, ideias e concepções de mundo. Do ponto de vista intelectual, foram reconstruídas teorias, entre essas, a da representação. Etimologicamente, representação provém da forma latina *repraesentare* – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, mesmo uma ideia, por intermédio da presença de um objeto. Jovchelovitch (1998) afirma que a noção de representação era sinônima de “cópia”, de “espelho do mundo”. Representar era copiar ou reproduzir o social. Essa ideia influenciou, por longo tempo, as ciências sociais e a psicologia, dando a ilusão da coincidência perfeita entre o psíquico e o mundo real (JOVCHELOVITCH, 1998).

As representações sociais (RS), segundo definição clássica apresentada por Jodelet (2005), são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São, conseqüentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias — mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Desse modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação por onde circulam.

Sendo formas de conhecimento, as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social que faz contraponto com as demais correntes da Filosofia, da História, da Sociologia e da Psicologia Cognitiva que se debruçam sobre a questão do conhecimento. Logo, faz-se necessário discutir tanto aquilo que é compartilhado pelas demais disciplinas – e que faz das representações sociais um campo transdisciplinar – quanto a contribuição específica da Sociologia (JODELET, 2005).

É, pois, na transdisciplinariedade que estão as raízes da Teoria das Representações Sociais, especialmente nos autores Durkheim e Levi-Bruhl, no

conceito de representação coletiva, usado como base para elaborar teorias sobre religião, magia e pensamento místico. Além desses autores, também contribuíram à Teoria das Representações Sociais, Saussure, com a Teoria da Linguagem; Piaget, com a Teoria das Representações Sociais Infantis e Vigotski, com a Teoria do Desenvolvimento Cultural (MOSCOVICI, 2001).

Os estudos de Moscovici organizaram-se a partir de diferentes fenômenos sociais. “Para Moscovici, a realidade é socialmente construída e o saber é uma construção do sujeito, mas não desligada da sua inscrição social”. E é importante ressaltar que a expressão “representações sociais” engloba as reflexões de Durkheim (JOVCHELOVITCH, 1998, p.71). Embora Moscovici (2001) tenha se inspirado nessas reflexões, suas perspectivas teóricas são distintas, já que seu interesse recaiu sobre as representações da sociedade atual, do solo político, científico e humano, que de alguma forma não tiveram tempo suficiente para permitir a sedimentação que as tornasse imutáveis.

O pensamento de Moscovici difere do entendimento de Durkheim no sentido de que acredita que as relações entre sociedade e cultura são interdependentes, contraditórias e não estáticas, como defendia Durkheim. Corroborando esse entendimento, Guareschi (1995, p.65), menciona que “enquanto Durkheim vê as Representações Sociais como formas estáveis de compreensão coletiva, Moscovici esteve mais interessado em explorar a variação e a diversidade das ideias coletivas nas sociedades modernas”.

Na concepção de Durkheim, o indivíduo sofre pressão das representações dominantes na sociedade. É a sociedade que pensa ou exprime os sentimentos individuais. As representações não são, assim, necessariamente conscientes pelos indivíduos. Elas conservam a marca da realidade social onde nascem, mas também possuem vida independente, reproduzem-se e misturam-se, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social. Possuímos a liberdade da imaginação e o desejo de dar sentido aos fatos e às coisas, no entanto há conceitos sem percepções, percepções sem conceitos, palavras sem conteúdo e conteúdos sem palavras. É daí que resultam as representações sociais (MOSCOVICI, 2001).

Para Jovchelovitch (1998), Moscovici emprestou de Durkheim o conceito de Representações Coletivas e o mudou para Representações Sociais. Já de Freud, Moscovici tomou a ideia de que os processos inconscientes determinam a produção dos saberes sociais.

Jodelet (2005), que igualmente discute e analisa a construção de representações sociais, demonstra que estas representações estão entre nós e que os efeitos simbólicos do cotidiano, em que se manifestam os saberes e as práticas dos sujeitos, demandam uma compreensão de que o registro simbólico expressa não apenas um saber sobre a realidade, mas também sobre as identidades, as tradições e as culturas que dão forma a um modo de viver. Para Jodelet, entre os ideais que norteiam a busca pela mudança, e a realidade dura da prática, há uma lacuna não pensada.

Um dos objetivos primordiais das representações sociais é tornar familiar algo até então desconhecido, possibilitando a classificação, categorização e nomeação de ideias e acontecimentos inéditos, com os quais não se havia ainda deparado. Tal processo permite a compreensão, manipulação e interiorização do novo, juntando-o a valores, ideias e teorias já assimiladas, preexistentes e aceitas pela sociedade. É possível encontrar o hiato entre o que se sabe e o que existe, a diferença que separa a proliferação do imaginário e o rigor do simbólico. Dessa forma, a representação social é uma modalidade de conhecimento e uma interpretação do real, determinada pela estrutura da sociedade em que ela se desenvolve (MOSCOVICI, 2001).

Essas representações são partilhadas pelas pessoas, influenciando-as. As representações significam a circulação de todos os sistemas de classificações, todas as imagens e todas as descrições, mesmo as científicas. Para compreender o fenômeno de algumas Representações Sociais, é preciso perguntar: por que criamos essas representações? A resposta é que a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar. Moscovici considera que os universos consensuais são universos familiares nos quais as pessoas querem ficar, pois não há conflito. Neste universo, tudo o que é dito ou feito confirma as crenças e as interpretações adquiridas. Em geral, a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização em que os objetos, pessoas e acontecimentos são compreendidos previamente. O não familiar são as ideias ou as ações que nos perturbam e nos causam tensão. Essa tensão entre o familiar e o não familiar é sempre estabelecida em nossos universos consensuais, em favor do primeiro. No entanto o que nos é incomum, não familiar, é assimilado e pode modificar nossas crenças. Esse é o processo de rerepresentar o novo (MOSCOVICI, 2001).

Para Moscovici (2001, p.34), as representações apresentam duas funções:

a) Elas 'convencionalizam' os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as põem como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. b) Representações são 'prescritivas', isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.

Portanto, as representações sociais expressam os significados de diversas questões relacionadas à realidade vivenciada por um determinado grupo de pessoas. São ideias, conceitos, concepções, valores, princípios e imagens com os quais pensamos e atribuímos significado à realidade, às circunstâncias que geram as condições de existência de cada indivíduo ou grupo humano. As nossas práticas, as nossas atitudes cotidianas são orientadas pelas representações que formamos em nossas mentes sobre quem somos, o que devemos fazer e como devemos interagir com as outras pessoas.

Encontram-se muitas discussões e análises sobre Representação Social, sua gênese, sua estruturação, sua dinâmica e possibilidade de mudança, inclusive várias proposições que têm como objetivo tentar sintetizar, descrever e algumas vezes compreender as Representações Sociais (GUARESCHI, 1995). Salienta-se que as representações sociais são dinâmicas, mudando de tempos em tempos, pois há a liberdade da qual se vale a linguagem para projetá-las em um espaço simbólico e arrastá-las para associações diversas. Desse modo, a representação social é apenas uma dentre outras variedades de construtos do senso comum, juntamente com ideologias, atitudes, *nexus*, imagens sociais, dentre outros.

Assim sendo, considera-se que o campo de estudo do pensamento social estruturou-se de modo mais decisivo, pelo menos no que diz respeito a sua participação na psicologia social francesa, a partir das pesquisas iniciais de Moscovici e da proposição da Teoria das Representações Sociais. Na Teoria das Representações Sociais, no entanto, o termo representação social designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria que os

explicam. Ou seja, o conjunto de fenômenos pode ser adotado como teoria, categoria explicativa ou analítica ou como conceito (SÁ, 1995).

A Teoria das Representações Sociais “questiona ao invés de adaptar-se e [...] busca o novo, lá mesmo onde o peso hegemônico do tradicional impõe as suas contradições” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1995, p.17). A teoria conduz um novo olhar aos objetos a que se propõe compreender, traz à tona elementos importantes para compreensão das construções sociais, além de preencher lacunas abertas pela chamada crise dos paradigmas (DOMINGOS SOBRINHO, 1998), contribuindo ainda para a formulação de novas hipóteses, sobre os vários problemas presentes na sociedade contemporânea.

Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais é uma opção para descrição e explicação dos fenômenos sociais, pois reproduzem pensamentos e comportamentos comuns a um grupo de indivíduos. Salienta-se que as representações sociais são dinâmicas, mudando de tempos em tempos, pois há a liberdade da qual se vale a linguagem para projetá-la em um espaço simbólico e arrastá-la para associações diversas. Segundo Moscovici (2001), *A Teoria das Representações Sociais* explica e determina comportamentos, visto que

(...) define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos (...) elas possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta (...) é alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado (MOSCOVICI, 2001, p.26/27).

Importante explicitar que o conhecimento consolida-se no tempo, porém não estagnado, mutável, em que novos conhecimentos vão sendo gerados; o desconhecido torna-se familiar, em um sistema de trocas possibilitado pela linguagem, no “mundo da conversação”, manifestando formas de pensar permeadas pelo universo sociocultural e histórico desses sujeitos, “enriquecendo a tessitura do que é, para cada um de nós, a realidade” (MOSCOVICI, 2001, p.51).

Moscovici (2001) sugere que seu interesse não é em determinar uma teoria “forte e fechada”, mas uma perspectiva para poder “ler” os mais diversos fenômenos e objetos do mundo social. Ele organiza os pressupostos básicos de sua teoria ao redor da complexidade do mundo social e propositadamente abandona o

“microscópio”, pois não lhe interessam as células e os genes, mas os seres humanos no contexto mais amplo das relações sociais.

Para Jovchelovitch (1998), a Teoria das Representações Sociais é uma teoria sobre a produção dos saberes sociais. Saber, aqui se refere a qualquer saber, mas a teoria está especialmente dirigida aos saberes que se produzem no cotidiano e que pertencem ao mundo vivido. Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais é uma opção para descrição e explicação dos fenômenos sociais, visto que reproduzem pensamentos e comportamentos comuns a um grupo de indivíduos.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo apresenta um delineamento qualitativo descritivo. O método qualitativo é abrangente, possibilitando uma análise mais aprofundada sobre o objeto em estudo, com uma variedade de perspectivas. Possibilita também uma maior proximidade com o objeto de pesquisa. Para Flick (2009, p.22-25) “a pesquisa qualitativa leva em consideração que os pontos de vista e as práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas e contextos sociais a eles relacionados.” Ao permitir uma análise mais subjetiva, este método conduz a um olhar específico sobre os entrevistados. Nesse sentido, o autor ainda destaca que no processo de pesquisa está incluída a subjetividade do pesquisador e dos participantes da pesquisa.

Creswell (2014) define a abordagem qualitativa como sendo um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. É uma abordagem da pesquisa que deve começar com pressupostos, uma lente teórica e interpretativa do estudo dos problemas de pesquisa.

A afirmação do autor colabora para a identificação das motivações que levam à utilização da pesquisa qualitativa por muitas investigações originadas nas Ciências Sociais, considerando o interesse destas no estabelecimento de um maior diálogo com o objeto de estudo e com a população investigada. Nesse sentido, Sampieri, Collado e Lucio (2013) também reforçam que a pesquisa qualitativa busca entender e aprofundar os fenômenos, a partir do ponto de vista dos participantes e num ambiente natural, considerando-se o contexto.

Para Sampieri, Collado e Lucio (2013), na pesquisa qualitativa, a entrevista é vista como um momento de conversa e de troca de informações entre pesquisador e um ou mais participantes. Os mesmos autores detalham que na entrevista semiestruturada há um roteiro pré-determinado de assuntos ou perguntas, entretanto o pesquisador pode acrescentar outros questionamentos ao entrevistado, para precisar conceitos ou obter mais informações do participante.

Flick (2009) reforça a importância dessa etapa de esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa e da forma de participação dos entrevistados, a fim de que estes possam ter a informação necessária para a tomada de decisão quanto à participação no projeto evitando-se, dessa forma, prejuízos aos mesmos. Essa

participação deve ser voluntária, prevendo-se o bem-estar, a dignidade e a preservação dos direitos dos participantes. Além disso, o pesquisador reforça a importância de que sejam adotados cuidados para que a pessoa não seja identificada.

A opção, neste estudo, pelo método qualitativo leva em conta o interesse por uma aproximação direta com os participantes da pesquisa, na tentativa de compreender melhor sua inserção no mercado de trabalho, considerando-se tanto os fatores internos ao indivíduo quanto os externos. Este método também permite ao entrevistado maior liberdade na revelação de seu ponto de vista e ao pesquisador, a possibilidade de ouvir atentamente essas manifestações, na tentativa de uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo e sobre a população investigada.

Os sujeitos do estudo qualitativo são pessoas de determinados grupos sociais, em que as opiniões ou representações sociais funcionam justamente porque a coletividade, falando na primeira pessoa do singular, ilustra o funcionamento dessas representações, englobando depoimentos sintetizados e analisados, redigidos na primeira pessoa do singular e expressando o pensamento coletivo por meio do discurso dos sujeitos. Dessa forma, ao se colher vários depoimentos percebem-se elementos comuns que delineiam o discurso coletivo, que são as Representações Sociais, que caracterizam um determinado grupo (LAFÈVRE; LAVÈFRE, 2010).

Para Lefèvre & Lefèvre (2014), o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um método de resgate da Representação Social (RS) obtidas de pesquisas empíricas. Este método caracteriza-se pelo fato de buscar reconstituir as representações sociais, preservando a dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva. O diferencial da metodologia do DSC é que a cada categoria estão associados os conteúdos das opiniões de sentido semelhantes, presentes em diferentes depoimentos, de modo a formar com tais conteúdos um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo.

Lefèvre, Levèvre e Marques (2009), consideram as representações sociais esquemas sociocognitivos que as pessoas utilizam para emitirem, no seu cotidiano, juízos ou opiniões. Tais esquemas são acessíveis através de depoimentos individuais. Os discursos individuais são agrupados, por semelhança semântica, em discursos-síntese, redigidos na primeira pessoa do singular, de modo a configurar

um sujeito coletivo portador de uma opinião social. O processamento das respostas, que culmina na produção dos discursos do sujeito coletivo, supõe uma postura rigorosamente descritiva: a análise detalhada, a seleção do conteúdo relevante de cada resposta, a busca e a nomeação das ideias centrais e ancoragens presentes nos conteúdos das respostas e, finalmente, a edição dos Discursos do Sujeito Coletivo. Para Lefèvre, Lefèvre e Marques (2009, p.1194),

(...) estes conteúdos de mesmo sentido, reunidos num único discurso, por estarem redigidos na primeira pessoa do singular, buscam produzir no leitor um efeito de 'coletividade falando'; além disso, dão lugar a um acréscimo de densidade semântica nas representações sociais, fazendo com que uma ideia ou posicionamento dos depoentes apareça de modo 'encorpado', desenvolvido, enriquecido e desdobrado.

Para elaborar os discursos-sínteses faz-se necessário se alicerçar na semelhança de sentidos, independentemente do nível de compartilhamento de determinado sentido. "De fato, nas pesquisas com o DSC, o pensamento é coletado por entrevistas individuais com questões abertas, o que faz com que o pensamento, como comportamento discursivo e fato social individualmente internalizado, possa se expressar" (Lefèvre; Lefèvre, 2005, p.21).

As representações sociais sobre o assunto pesquisado são constituídas pelo conjunto dos discursos do sujeito coletivo relativos aos temas pesquisados. Os discursos contêm o conjunto das Expressões-Chave dos depoimentos, que possuem Ideias Centrais e/ou Ancoragens com características semelhantes. Esta técnica busca expressar uma determinada opinião ou posicionamento sobre um tema, levando em consideração o aspecto social e cultural.

Pautado na consideração de que o pensamento individual se expressa conforme um processo de internalização anteriormente ocorrido e socialmente construído, Lefèvre e Lefèvre (2005) sugerem quatro operações para produzir DSC: (1) Expressões-Chave (ECH), (2) Ideias Centrais (IC), (3) Ancoragens (AC), e (4) Discursos do Sujeito Coletivo (DSC), propriamente dito e explicado brevemente no Quadro 2.

Quadro 2 - Etapas do Discurso do Sujeito Coletivo

Etapas	Processo
Expressões-Chave ECH	Fragmentos discursivos que carregam a essência do conteúdo do discurso.
Ideias Centrais - IC	Fórmulas artificiais que descrevem os sentidos presentes nos depoimentos de cada resposta e nos conjuntos de respostas de diferentes indivíduos, que apresentam sentido semelhante ou complementar.
Ancoragens - AC	Fórmulas sintéticas que descrevem as ideologias explícitas no material verbal das respostas individuais ou das agrupadas.
Discurso do Sujeito Coletivo - DSC	Reunião das ECH presentes nos depoimentos, que têm IC e/ou AC de sentido semelhante ou complementar, escrito na primeira pessoa do singular para representar o pensamento de uma coletividade.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Lefèvre e Lefèvre (2005, p.22).

As Ideias Centrais descrevem, de maneira mais sintética e precisa, os sentidos presentes nas Expressões-Chave e também no conjunto de discursos de diferentes sujeitos, que possuem semelhança de sentido, possuindo uma função discriminadora e classificatória, permitindo identificar e distinguir os vários sentidos ou posicionamentos contidos nos depoimentos. Já as Ancoragens, são expressões sintéticas que descrevem as ideologias, os valores e as crenças presentes nos depoimentos individuais ou agrupados, configurados como afirmações genéricas enquadradas em circunstâncias particulares. Na técnica do Discurso do Sujeito Coletivo considera-se a existência das Ancoragens apenas quando existem marcas explícitas das afirmações genéricas nos depoimentos (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012).

O Discurso do Sujeito Coletivo - DCS viabiliza o surgimento de novas possibilidades de interação, no que se refere às Representações Sociais como objeto de pesquisa empírica, entre particular e coletivo, teórico e empírico, síntese e análise, qualitativo e quantitativo. Dessa forma, justifica-se a inclusão do Discurso do Sujeito Coletivo no conjunto de reflexões e abordagens destinadas a atender temáticas complexas nas mais variadas áreas do conhecimento (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010).

6.1 POPULAÇÃO INVESTIGADA

Para Moreira (2001), na busca de uma amostra adequada aos objetivos de uma pesquisa qualitativa, é necessário perguntar: quem selecionar? e quantos selecionar? Isso é, qual o tamanho do grupo desses sujeitos e quem são esses sujeitos. Nos estudos qualitativos, a questão *quantos?* parece de importância relativamente secundária em relação à questão *quem?*, embora, na prática, representem estratégias inseparáveis. Afinal, o que há de mais significativo nas amostras intencionais ou propositais não se encontra na quantidade final de seus elementos, mas na maneira como se concebe a representatividade desses elementos e na qualidade das informações obtidas dele. No entanto é necessário problematizar por que, embora possa parecer um procedimento decorrente de uma constatação facilmente atingível, muitas vezes a averiguação de saturação amostral²¹ pode ser feita de maneira acrítica ou excessivamente subjetivista.

Conforme Pires (2008), o conceito de saturação amostral, amplamente utilizado em pesquisas qualitativas, vem sendo invariavelmente citado em estudos metodológicos que contemplam o tópico amostragem intencionais. O conceito encontra respaldo científico no pressuposto da constituição social do sujeito que, na Teoria das Representações Sociais, reflete-se no conceito de determinação social das representações individuais e, na Análise do Discurso, no conceito de determinação histórica e social das formações discursivas e da fala. A amostragem por saturação é uma ferramenta conceitual de inequívoca aplicabilidade prática, podendo, a partir de sucessivas análises paralelas à coleta de dados, nortear sua finalização.

Em Rojas (2004), compreende-se saturação amostral, como sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica. Na expressão do autor, trata-se de uma confiança empírica de que a categoria está saturada, levando-se em consideração uma combinação dos seguintes critérios: os limites empíricos dos dados, a

²¹ Saturação Amostral é uma ferramenta conceitual frequentemente empregada nos relatórios de investigações qualitativas em diferentes áreas. É usada para estabelecer ou fechar o tamanho final de uma amostra em estudo, interrompendo a captação de novos componentes (PIRES, 2008).

integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem uma determinada densidade) e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados. Para Fontanella, Ricas e Turato (2008), o ponto de saturação da amostra também depende da homogeneidade da população estudada.

Para Pires (2008), o fechamento amostral por saturação é operacionalmente entendido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. Dessa forma, as informações fornecidas pelos novos participantes da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estão sendo coletados.

Para participar da pesquisa, foram convidados integrantes inseridos nas redes sociais do pesquisador que atendessem aos requisitos básicos: possuir 60 anos ou mais, já estar aposentado e continuar com alguma atividade remunerada além de sua aposentadoria. Retornaram 27 contatos e foram realizadas 22 entrevistas, no período entre 24 de abril a 19 de junho de 2019, quando percebida pelo pesquisador a saturação amostral.

Observou-se que até a entrevista 15 foram agregados novos conteúdos às anteriores, porém, a partir da entrevista 16, já não se acrescentou tanto, considerando o conjunto de informações obtidas nas entrevistas já realizadas. Daí por diante, os acréscimos ou não existiram ou foram considerados pequenos. Diante disso, houve indícios de uma possibilidade de que a saturação tenha ocorrido com as 18 primeiras entrevistas, o que pode ser constatado com a realização de mais quatro entrevistas. Ressalta-se que nenhum dos discursos foi igual a outro, no entanto todos apresentaram elementos comuns com algum outro discurso. No início, os acréscimos aos anteriores foram evidentes. Posteriormente, os acréscimos vão se rareando até se tornarem redundantes a partir da entrevista 18. Após mais quatro entrevistas, confirmou-se a repetição.

Como procedimento nas pesquisas do Discurso do Sujeito Coletivo, as entrevistas realizadas foram individuais com questões abertas, resgatando o pensamento, enquanto comportamento discursivo e fato social internalizado individualmente, podendo ser divulgado, preservando a sua característica qualitativa (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2014).

De acordo com o referencial teórico escolhido e com os objetivos da pesquisa, as entrevistas individuais foram semiestruturadas como instrumento para a coleta de dados. Este tipo de entrevista, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o entrevistado alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Teve-se a preocupação de centrar os depoimentos nas questões propostas pelo estudo e, ao mesmo tempo, desencadear um discurso livre, através dos aportes do próprio entrevistado. A entrevista foi dividida em quatro momentos:

1º - Da pessoa (dados biográficos): idade, escolaridade e sexo;

2º - Do mundo do trabalho (visões enquanto trabalhador): o que entende por trabalho e mercado de trabalho, qual a importância do trabalho em sua vida, oportunidades de trabalho, motivação para o trabalho, expectativa de renda, inserção social e perspectivas futuras.

3º - Do ingresso na aposentadoria (visões como aposentado): como e por que se aposentou, com que idade, trabalho, lazer e família, por que retornou ao trabalho, a vida social.

4º - Do Idoso (percepção como idoso): entendimento por idoso.

As entrevistas foram gravadas com a prévia autorização escrita dos participantes e o local da entrevista foi agendado previamente conforme a conveniência dos entrevistados. A transcrição das entrevistas, materialidade da fala dos entrevistados, constituiu-se fonte referencial para a análise.

Após a finalização da etapa de entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo dos dados, que se iniciou na escuta atenta pelo pesquisador das gravações e posterior transcrição das mesmas. Estas manifestações dos participantes foram categorizadas, levando-se em conta as questões norteadoras da entrevista semiestruturada, elaboradas a partir dos objetivos do presente estudo.

As entrevistas foram analisadas de acordo com o método do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC, que é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos/entrevistas, com fundamento na teoria da Representação Social - RS e em seus pressupostos sociológicos.

Na técnica do DSC, os depoimentos coletados foram metodologicamente tratados através do DSCsoft²² (software desenvolvido com base na teoria do DSC) com o objetivo de obter o pensamento coletivo. A técnica consiste basicamente em analisar o material verbal coletado em pesquisas que têm depoimentos como sua matéria-prima, extraíndo-se de cada um destes depoimentos as Ideias Centrais ou Ancoragens e as suas correspondentes Expressões-Chave; com as Ideias Centrais/Ancoragens e Expressões-Chave semelhantes compõe-se um ou vários discursos síntese que são os Discursos do Sujeito Coletivo.

Essa metodologia tem como matéria-prima depoimentos e “visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso” (LEFÈVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p.70). Para os autores, o Discurso do Sujeito Coletivo - DSC tem nos depoimentos a matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-sínteses escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se essa coletividade fosse o emissor de um discurso. A proposta, que se estabelece, consiste essencialmente em analisar os depoimentos coletados e, posteriormente, interconectá-los com a fundamentação teórica desenvolvida.

²² O **DSCsoft** é um software projetado para a desenvolvimento de pesquisas quali-quantitativas através do método do **Discurso do Sujeito Coletivo, o DSC**. Com o programa é possível criar um cadastro com as respostas coletadas, classificá-las e, posteriormente, agrupá-las para a construção do Discurso final, além de fornecer diversos resultados quali-quantitativos a partir das respostas e dos perfis dos entrevistados, fornecendo mecanismos que facilitaram o trabalho de organização, categorização das respostas e análise dos resultados da pesquisa: www.tolteca.com.br.

7 OS IDOSOS CONTEMPORÂNEOS: UM SENTIDO PARA VIDA ATIVA

Com apoio da revisão bibliográfica realizada e, de acordo com as entrevistas (semiestruturadas), este estudo procurou traduzir o universo das Representações Sociais de Idosos Aposentados que continuam ativos no mercado de trabalho.

Respeitando o arcabouço científico que toda tese exige, o objetivo do presente capítulo é, através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), identificar as Representações Sociais de Idosos, aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho. Para Lefèvre e Lefèvre (2014), o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um método de resgate da Representação Social (RS) obtidas de pesquisas empíricas, caracterizado pelo fato de buscar reconstituir tais representações, preservando a sua dimensão individual articulada com a sua dimensão coletiva.

O processo de apropriação e de construção de uma representação social implica em uma conversação por meio da qual o indivíduo ou grupo se aproxima e interioriza os temas e objetos de seu mundo, busca diversos indícios, comunica-os e verifica-os para, posteriormente, opinar sobre o objeto em questão. O objetivo, ao final desse processo, é estar informado e permanecer no círculo social a que se pertence (MOSCOVICI, 2001). Diante disso, pode-se definir que as representações sociais, como um conhecimento elaborado e compartilhado por um determinado grupo, caracterizam-se como a significação de um determinado objeto ou fato. Essa significação é estabelecida, portanto, por um conjunto de conhecimentos e crenças que surgem principalmente da comunicação entre indivíduos e entre grupos, e direcionam a ação dos sujeitos no meio social, além de atribuir significado à realidade cotidiana vivenciada por estes (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2001).

A partir dessa definição, pode-se conceber que a representação social é estruturada pelo social, influencia o pensamento das pessoas e, conseqüentemente, dita a forma como elas se relacionam com o mundo. Portanto seu estudo permite a aproximação com esses processos, com a elaboração e construção do conhecimento do senso comum e, por fim, com a construção da realidade social.

A seguir, no Quadro 3, apresentamos o perfil da população investigada:

Quadro 3 – Perfil da População Investigada

Entrevistados	Idade	S	GI	HTS	IA	% ART	Atividade Atual	AFF
ENTR 01	64	M	Superior	30 h	57	20	Representante Comercial autônomo	Filha
ENTR 02	67	M	Superior	40 h	60	50	Contador formal*	Filhos
ENTR 03	74	M	Superior	40 h	53	50	Contador formal	Filhos
ENTR 04	71	M	Técnico	40 h	50	50	Gerente formal	Não
ENTR 05	61	M	Técnico	20 h	55	50	Paisagista autônomo	Filho
ENTR 06	65	M	Ensino Médio	30 h	65	20	Empreendedor autônomo	Não
ENTR 07	67	M	Superior	40 h	58	30	Advogado autônomo	Filha
ENTR 08	62	F	Técnico	50 h	60	50	Artesã autônoma	Não
ENTR 09	67	F	Técnico	40 h	42	40	Agente de Turismo formal	Irmã
ENTR 10	63	M	Superior	60 h	52	30	Docente formal	Filhos
ENTR 11	73	M	Ensino Médio	40 h	60	30	Representante Comercial autônomo	Filho
ENTR 12	66	F	Superior	60 h	61	20	Empreendedora autônoma	Filho
ENTR 13	62	F	Ensino Médio	40 h	59	25	Administrativo formal	Filho
ENTR 14	65	M	Ensino Médio	20 h	53	70	Artesão autônomo	Não
ENTR 15	64	F	Ensino Médio	20 h	47	80	Artesã autônoma	Mãe
ENTR 16	70	M	Superior	20 h	65	30	Jornalista autônomo	Não
ENTR 17	63	F	Superior	30 h	48	30	Docente formal	Sim
ENTR 18	62	M	Técnico	40 h	54	70	Administrativo autônomo	Filhos
ENTR 19	71	M	Ensino Médio	50 h	65	25	Administrativo autônomo	Não
ENTR 20	72	F	Superior	40 h	52	30	Docente Formal	Sim
ENTR 21	61	F	Superior	60 h	44	30	Docente Formal	Sim
ENTR 22	77	F	Superior	20 h	61	50	Docente Formal	Sim

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

*formal: entende-se por “formal” quem tem vínculo empregatício.

Legenda:

S – Sexo GI – Grau de Instrução HTS – Horas de trabalho semanal

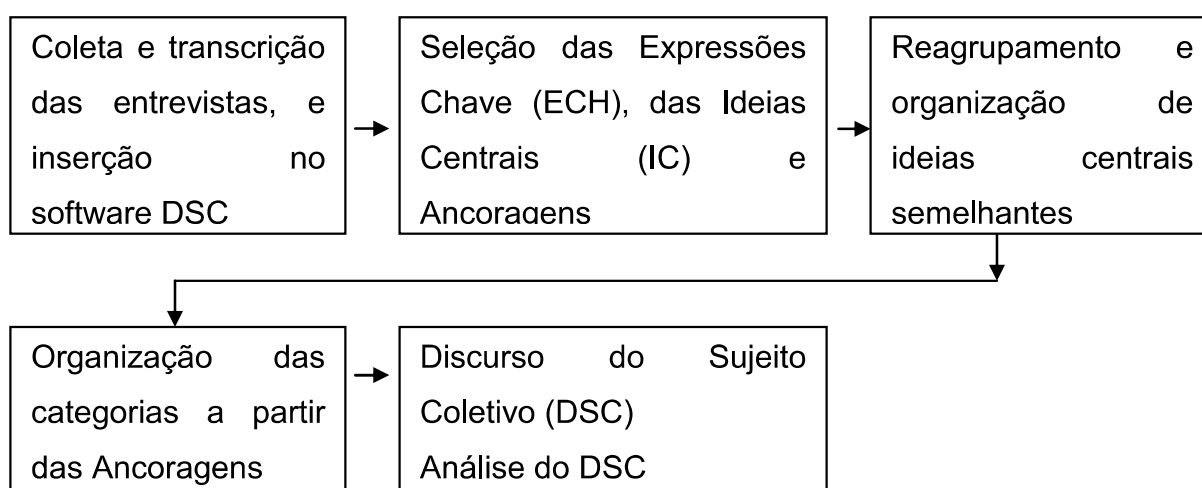
IA – Idade de Aposentadoria % ART – Percentual da aposentadoria na renda total

AFF – Ajuda Financeiramente algum familiar

7.1 AS NARRATIVAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

O método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi utilizado para compor um discurso, finito e temporal, que contemporizou o sentido comum das falas dos sujeitos entrevistados. O resultado final não é uma narrativa comumente vista, ou seja, um texto coeso com início e fim. Trata-se antes de uma compilação das Expressões-Chave (ECH) e Ideias Centrais (IC), que foram agrupadas por perguntas e posteriormente por categorias, conforme mostra a Figura 1 que segue.

Figura 1 – Procedimentos de Análise da Pesquisa



Fonte: elaborado pelo pesquisador (2019).

Para ajudar na compreensão do trabalho, apresentam-se a seguir, no Quadro 4, as questões centrais feitas aos sujeitos da pesquisa e, após, as primeiras organizações, utilizando como base as ancoragens, suas categorias.

A ancoragem, por sua vez, é o processo de classificar novas informações ajustando-as às estruturas de conhecimento pré-existent e constitutivas da memória coletiva. De certo modo, o DSC incorpora esses conceitos. A objetivação é visualizada nos sentidos que se depreendem de um corpus, por meio da identificação das expressões-chave e a subsequente nomeação da ideia central. A ancoragem no DSC, no entanto, assume o sentido de princípios, hipóteses e teorias que dão sustentação às expressões-chave (fragmentos de corpus dotados de sentido) que se agrupam em ideias centrais (LEFEVRE; LEFEVRE, 2014).

Quadro 4 – Questões e Categorias

Questões	Categorias
O que você entende por idoso?	A idade não é o mais importante
Você se sente idoso?	Percepção que o sujeito tem sobre si
O que você entende por aposentadoria?	Novas possibilidades de ação
Para você, qual o sentido de continuar trabalhando após se aposentar?	Engajamento social
O que você entende por trabalho?	Emancipação do sujeito
Qual o significado do trabalho em sua vida?	Sobrevivência material e social

Fonte: elaborado pelo pesquisador (2019).

A formulação do DSC em relação às questões elaboradas tem como referência as categorias identificadas conforme Quadro 4. Tais categorias originaram-se das respostas dadas e o resultado que segue, entrelaça os demais discursos, pois inicia o esclarecimento de um conjunto de ideias que vão ajudar a elucidar a tríade idoso-aposentado-trabalho que permeia todo o estudo.

DSC 01- O QUE VOCÊ ENTENDE POR IDOSO? CATEGORIA: A IDADE NÃO É O MAIS IMPORTANTE

Uma pessoa Idosa é uma pessoa com idade avançada, com dificuldade de locomoção, uma pessoa com algum problema, algum tipo de senilidade. Pessoa incapacitada para qualquer trabalho. Uma pessoa que por qualquer motivo esteja afastada do mercado de trabalho, improdutiva.

Eu acho que Idoso não tem nada a ver com idade. Eu acho que o Idoso tem a ver com a capacidade física e intelectual. Quem não tem mais condições de caminhar, de trabalhar, esse eu considero idoso.

Eu acho que Idoso é a mentalidade, não o estado físico da pessoa, porque tem pessoas novas que estão debilitadas, e tem Idosos em plena atividade, em forma física, e estão bem. Uma pessoa Idosa mesmo, que a lei é a partir de 60 anos, para mim é a partir dos 80 anos, porque as pessoas na minha faixa etária ainda estão em plena atividade, trabalhando, participando de hidroginástica, caminhada, é muita pouca gente que se entrega.

Eu entendo por Idoso uma pessoa que está sem condições de trabalhar no futuro e que simplesmente coloca na cabeça dela que ela é idosa. No meu conceito de idoso hoje, a idade de sessenta anos teria que passar, no meu conceito, para uma fase mais ou menos de noventa. É o que pensa a minha família. A minha família que teve alguns que atingiram

noventa anos, falava exatamente assim. Quando a gente começa a ficar velho, a gente começa a sentir a idade, mas isso é falado na minha família para pessoas que têm noventa anos. Para mim, idoso é uma concepção de cabeça da pessoa ou um estado bem mais adiantado do que o fator hoje considerado sessenta anos. Para teres uma ideia, eu trabalho em três turnos durante o dia, de manhã, de tarde e de noite. Eu não sinto que eu tenha sessenta e três anos, considerando esses três turnos.

Idoso, se Deus quiser, todos nós um dia vamos chegar a ser Idoso. Muitos partem antes. Mas, para mim, Idoso é a mesma coisa que se tivesse cinquenta anos eu não tivesse chegado na idade de Idoso ainda. Eu acredito que setenta, setenta e cinco anos já é Idoso. Para mim, não faz diferença nenhuma ser Idoso.

Hoje em dia, é muito relativo o Idoso, porque antes uma pessoa com cinquenta anos já dava para ser considerada Idosa. Hoje em dia, as pessoas com a minha idade e até mais estão ativas. Idosa é a pessoa que já não tem mais uma ambição, não tem mais um objetivo de vida, não busca mais nada, fica em casa esperando as coisas acontecerem.

Isso é uma coisa que meio que colocaram rótulo, não é? Acima de sessenta anos, que já é Idoso. Uma pessoa Idosa, na minha concepção, eu acho que é uma pessoa acima de noventa anos, vamos dizer, que daí já é uma pessoa, de repente, com mais limitações e também não depende muito da idade, porque tudo depende do estilo de vida. Para mim, eu acho que Idoso mesmo seria isso.

É a pessoa que já passou do tempo. Já é hora de descansar. A maioria se aposenta e vai trabalhar, porque o valor da pensão é muito pouco. Eu acho que é isso. Também um pouco para ter a cabeça e a corpo em funcionamento, porque se o pessoal se aposentasse, se jogasse em cima do sofá e não fizesse mais nada, vai morrer fácil. Com o Idoso trabalhando e fazendo alguma coisa ele vai ocupar a mente e o corpo dele. É isso que eu penso.

Eu acho que na cabeça da gente a gente não se acha Idoso. A gente está ativo ainda, mas o corpo em si vai sentindo algumas coisas que você não pode fazer e há uns anos você fazia, mas eu acho que a gente não pode se entregar. O Idoso mesmo que eu imagino é quando você chegar no final e você não pode fazer mais nada. Para mim, esse seria o Idoso. Eu não me sinto ainda nem perto disso, porque eu acho que tem muito tempo pela frente ainda.

Idoso eu acho que é uma pessoa que já aproveitou bastante, viveu bastante, trabalhou bastante e agora está aposentado, a maioria está, e também não pode ficar parado, porque a pessoa tem que se movimentar, fazer alguma coisa, usar a cabeça para não parar. Não pode ficar parado, tem que se exercitar em todos os sentidos.

Quando eu era guri, Idoso era uma pessoa que se chamava velho. Não se usava Idoso. Idoso é uma palavra dos últimos tempos. Se falava os velhos. Hoje também se usa, mas quando eu era guri e adolescente, se falava os velhos. Os velhos eram pessoas que já tinham cinquenta anos. Era uma coisa impressionante. Sessenta, então, era um acontecimento. Sessenta anos vivo. Modernamente, ainda bem, eu vivo essa fase, de que a longevidade tem aumentado muito no Brasil. Está em torno de setenta e dois anos, por aí. O idoso hoje é diferente. As pessoas notam que é uma vida ativa, não é aquilo de ficar em casa e esperar o tempo passar para morrer. Existem grupos de Idosos. Eu conheço alguns Idosos que tem uma identificação com o meu jeito. Eu continuo trabalhando porque eu tenho amor pelo meu trabalho. Se eu não trabalhar, eu vou passar a viver solidão, vou me estressar, vou entrar em depressão.

É uma faixa de idade estabelecida por uma conveniência. Foram estabelecidas como infância; puberdade, alguns consideram ou não; adolescência; um adolescente adulto; agora entra a questão do adulto e, depois disso, então, uma fase onde é estabelecido que a partir dos 60, 65 anos existe uma mudança. Eu acho que é um declínio de vida que acaba

acontecendo por N fatores físicos, talvez até emocionais, que estabelecem essa fase de idoso ou terceira idade, como você queira dizer. Essa classificação hoje de 60 anos o idoso para países em desenvolvimento e 65 para países desenvolvidos é uma classificação que as pessoas criam, assim como outras, e elas vão transformando com o passar do tempo. Até porque a longevidade das pessoas está começando a ter uma característica de maior tempo. Então, eu acredito que a classificação ainda vai mudar. De concordar ou não concordar, para mim tanto faz. Eu vou seguir minha vida. Não consigo te dizer isso.

O idoso, eu creio, que às vezes é confundido com uma pessoa senil, talvez, mas na verdade o idoso ele pode ser tão útil, ou muito mais útil, do que uma pessoa que não é idosa, um jovem, uma pessoa madura. Porque ele carrega em si uma experiência de vida, se ele tem uma vida laboral que foi frutífera. Idoso para mim, hoje em dia, é uma coisa relativa, depende da cabeça da pessoa e não mais do corpo.

Idoso para mim é a partir dos 85 anos. À minha parte, eu me sinto ainda apto para o trabalho com 71 anos. Eu continuo ainda no meu comércio e estou aposentado já há seis anos. Eu acho que o idoso está se preocupando muito, ultimamente, com a atividade física, para se manter ativo.

Eu entendo que idoso é aquele que desistiu de viver, é aquele se entrega a inanição, aquele que não tem objetivos na vida, aquele que é incapaz de se adaptar a coisas novas. Por exemplo, ao novo horário do café. Isso para mim é idoso. Quando começa: “não, o café tem que ser às seis horas. Não pode ser nem cinco e meia nem às seis e meia”. Está velho. Começa por aí.

Idoso para mim é uma pessoa que talvez não tenha mais condições de trabalho, talvez 75, 80 anos, a gente sempre vai empurrando mais. Existem diferentes tipos de idosos para mim, mas de todos os modos tem a ver com a questão da idade. Não podemos pensar assim, que uma pessoa de 30 anos seja idosa, mas a gente pode duvidar alguém de 60 anos já pode ser considerado idoso? Por exemplo. O problema são os limites. É uma questão da passagem do tempo. Só que dependendo do tipo de pessoa, do tipo de sociedade que ela vive alguém pode ser considerado idoso com mais ou menos idade.

Eu, pessoalmente, acho que ser idoso é mais uma questão de posicionamento frente à vida, do que propriamente idade. Eu me considero idosa, por exemplo, mas eu não me vejo semelhante a outras pessoas da minha idade. Eu vejo pessoas com 77 anos e que eu espero aos 90 não estar parecida. Então, não existe uma definição que eu considere que seja única. Vai depender de contexto, vai depender de posição perante a vida, perante o trabalho. Só que a gente não está vácuo. Cada um de nós está dentro de um determinado ambiente, que influência a maneira como a gente se comporta e como a gente vive, pensa e se posiciona. Eu tenho pessoas que são mais jovens do que eu, que quando eu olho parecem mais velhas, mais idosas do que eu.

Idoso é uma questão de estado de espírito, de mentalidade. A idade não é o mais importante. É uma pessoa experiente, com maturidade e que poderá contribuir em muito com as gerações jovens.

Olha acho que é uma pessoa considerada com acima de 60 anos. É a pessoa que para no tempo. Porque se a cabeça ta funcionando bem não tem idade que seja determinante para dizer se é idoso ou não.

O DSC formulado a partir das narrativas que resultou na categoria – a idade não é o mais importante – é uma referência direta à compreensão de Giddens (2005, 2012), Garcia (2007) e Sá (2002) sobre as dimensões do envelhecimento

apresentadas no Capítulo 3, uma vez que o idoso é um ser de seu espaço e de seu tempo. É o resultado do seu processo de desenvolvimento, do seu curso de vida. A análise parte, portanto, do princípio de que o ciclo de vida perde sentido na modernidade, uma vez que as conexões entre vida pessoal e troca entre gerações se quebram. Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a continuidade estavam estreitamente vinculadas às gerações. O ciclo de vida tinha forte conotação de renovação, pois cada geração redescobria e revivia modos de vida das gerações passadas.

Para Giddens (2005), nos contextos modernos, o conceito de geração só faz sentido em oposição ao tempo padronizado. As práticas de uma geração só são repetidas se forem reflexivamente justificadas. O curso da vida se transforma em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada, pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade de confrontar e resolver essas fases de crise. Em um depoimento, um sujeito entrevistado (ENTR 12) descreve o idoso como “é a pessoa que já não tem mais uma ambição, não tem mais um objetivo de vida, não busca mais nada, fica em casa esperando as coisas acontecerem.” Já, um outro depoimento (ENTR 16), diz que “o Idoso hoje é diferente. As pessoas notam que ser idoso é ter uma vida ativa, não é aquilo de ficar em casa e esperar o tempo passar para morrer.”

Para Rodrigues e Soares (2006), em se tratando das representações sociais da velhice, a consequência disso foi que a maioria das sociedades instituiu a juventude como um estilo de vida compulsório, um padrão a ser invariavelmente sustentado pelos indivíduos, independentemente dos efeitos naturais causados pela passagem do tempo, atribuindo a cada um a responsabilidade e o ônus por manter-se jovem ao longo de toda a vida. O depoimento (ENTR 14) diz:

Eu acho que na cabeça da gente a gente não se acha idoso. A gente está ativo ainda, mas o corpo em si vai sentindo algumas coisas que você não pode fazer que há uns anos você fazia, mas eu acho que a gente não pode se entregar. O idoso mesmo que eu imagino é quando você chegar no final e você não pode fazer mais nada . Para mim, esse seria o idoso.

Segundo Tavares (2015), os efeitos do envelhecimento podem variar de indivíduo para indivíduo em uma mesma família ou comunidade e, conseqüentemente, as percepções sobre a velhice também. Outro aspecto é que

para falar sobre velhice é preciso abordar aspectos que extrapolam as questões biológicas, invadindo o campo social e intelectual. Isso se reflete nesta categoria do Discurso do Sujeito Coletivo – a idade não é o mais importante – pois todos os sujeitos da pesquisa não consideram a idade como critério para definir o idoso mas sim, aspectos intelectuais e sociais. Dessa forma, conforme Garcia (2007) e Tavares (2015), o envelhecimento humano é um processo individual, gradual e progressivo, sendo a longevidade parte desse processo, que inclui uma participação ativa da vida social.

Para Sá (2002), o envelhecimento é um conceito mais transdisciplinar que aponta o idoso como um ser de seu espaço e de seu tempo. É o resultado do seu processo de desenvolvimento, do seu curso de vida. O envelhecimento vem repleto de múltiplas possibilidades, sendo encarado como mais uma etapa da vida, com importantes efeitos nas esferas psicológica e social dos indivíduos. É a expressão das relações e interdependências.

Giddens (2012) acrescenta que o envelhecimento pode ser definido sociologicamente como a combinação de processos biológicos, psicológicos e sociais que afetam as pessoas à medida que envelhecem. Compara esses processos à metáfora de três “relógios” evolutivos diferentes, ainda que interrelacionados: primeiro, um relógio biológico, que se refere ao corpo físico; segundo, um relógio psicológico, que se refere à mente e às capacidades mentais e terceiro, um relógio social, que se refere a normas culturais, valores e expectativas para papéis relacionados com a idade, todos com uma grande faixa de variação em todos esses processos. Como se percebe, o significado da idade está mudando rapidamente, visto que muitos mitos sobre o envelhecimento estão se desfazendo, devido aos avanços na nutrição e na saúde que possibilitam que as pessoas tenham vidas mais longas e mais saudáveis. O envelhecimento humano é um processo individual, gradual e progressivo, sendo a longevidade parte desse processo, que inclui uma participação ativa para que esta possa ser desfrutada. Manter-se ativo é a chave para tirar proveito dessa conquista (GARCIA, 2007; GIDDENS, 2012; TAVARES, 2015).

A partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais, percebe-se que a visão sobre a velhice começa a ser alterada, pois o idoso incapaz, inútil e sem utilidade, passa a ser uma visão do passado. “Gradualmente, a visão de idosos

como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade” (CAMARANO, 2014, p. 57-58).

Ao se pensar num novo ator social, o idoso alcança esta representação a partir do momento em que se encontra como um idoso ativo. Dessa maneira, “a palavra ativo refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (BRASIL, 2005, p.13). É importante entender que o envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (BRASIL, 2005).

O envelhecimento ativo, hoje, revela-se como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o indivíduo idoso, visando à integração social, por meio da inserção em diferentes espaços, além do reconhecimento político deste segmento. Os idosos ativos, enquanto atores sociais representam uma das mais importantes forças sociais que começam a se organizar nesta década (CAMARANO, 2014).

Para a efetivação dos idosos, como novos atores sociais, percebe-se que qualquer esforço no sentido de promover o envelhecimento ativo resultará em efetiva melhoria da qualidade de vida de todos. Neste sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, por meio da autoafirmação, como também pela elevação da autoestima, ao sentir-se novamente útil. A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, atividade e na plena participação das pessoas idosas, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença.

Pensar um envelhecimento ativo, em que cada vez mais idosos apresentam condições de expressar os seus desejos, como também suas dúvidas e críticas tornam a sociedade como uma grande construção coletiva e democrática. Segundo Beauvoir (1990 p. 49), “o idoso tem necessidade de estar integrado à sociedade”. Assim, não é a idade que determina as condições ou possibilidades de estar integrado ao contexto social, mas sim, as boas condições de saúde do indivíduo longo, permitem ao idoso contemporâneo continuar integrado à sociedade através do trabalho.

DSC 02- VOCÊ SE SENTE IDOSO? CATEGORIA: PERCEPÇÃO QUE O SUJEITO TEM SOBRE SI

Não. Só na experiência, do contrário me sinto bem jovem.

Olha vai aparecendo uns problemas de saúde que o idoso vai tendo, mas a cabeça continua funcionando muito bem, eu mesmo com minha idade continuo trabalhando porque não me vejo parado. Continuo com atividades laborais e com atividades na sociedade como sou Rotariano a mais de 40 anos.

Não. Não aceito a velhice, e não me sinto como Idoso. Sempre fui uma pessoa vaidosa, ativa, ativa ainda estou não tenho problemas de saúde, mas o envelhecimento abala a gente bastante, profundamente, e principalmente emocionalmente. É muito triste envelhecer, isso é verdade, aceitar a velhice.

Não. Eu estou com a minha vida plenamente ativa, a minha esposa atual tem vinte e dois anos a menos do que eu. Eu tenho alguns filhos do primeiro casamento e filhos do segundo casamento. Tenho trabalhado três turnos por dia e tenho ainda feito algumas atividades físicas. Na parte da manhã, antes do primeiro serviço. Então eu me considero uma pessoa com experiência. Simplesmente, uma pessoa com experiência. Não compactuo em nada que é referente a dizer assim "Isso é coisa que uma pessoa de idade, uma pessoa Idosa, uma pessoa velha faria".

Não. Eu acho que ser Idoso é uma questão de saúde, estar debilitado. Graças a Deus minha saúde é boa.

Eu ainda me sinto apto, como se eu tivesse, não vou dizer que 50 anos, mas minha mente funciona muito bem. Faço cálculos de cabeça, enquanto minha funcionária de 25 anos usa a calculadora.

Ainda não caiu a ficha de Idosa. A minha cabeça ainda não é muito de uma pessoa Idosa. Eu não me sinto Idosa ainda, mas eu acho que é uma idade em que a gente, de repente, consegue aproveitar coisas que antes não conseguia. Eu ainda não entrei no clima mesmo de Idoso.

Não me sinto Idoso. Enquanto você estiver ainda ativo para tudo eu acho que você não pode se considerar idoso.

Não me sinto idosa. Sinto que já tem coisas que com cinquenta anos eu fazia e que hoje eu vou fazer e eu demoro mais tempo, sou mais lenta já, mas tudo que eu fazia eu continuo fazendo. Não deixei de fazer absolutamente nada.

Eu me enquadro perfeitamente dentro do perfil do grupo de Idosos que não aceita a condição de parar de fazer o que gosta por causa da idade. Eu me sinto saudável, embora eu tenha câncer de próstata que está sendo monitorado e há quase cinco anos não deu mais sinal de vida. Então eu me sinto saudável, me sinto apto, me sinto lúcido e competente.

Não. Eu tenho um pique de vida muito forte e eu sei que tenho 63 anos, mas não me sinto assim. Tenho muita saúde, uma vida de felicidade, com desafios constantes, sou muito criativa e isso eu acho que dá um poder nas pessoas imenso. Então, eu me considero uma pessoa que está em uma fase adulta mais séria, diferente.

Não me sinto idoso. As dores às vezes são de idoso, mas eu não me sinto idoso.

Eu não me sinto idosa, e eu acho que isso às vezes até é um problema. Porque eu acho que eu estou apta a fazer todas as coisas que eu fazia quando tinha 40, 50 anos, e nem sempre meu físico corresponde a isso. Entretanto, em termos de acuidade mental, de prontidão, quanto a isso, eu não tenho problemas, porque eu aceito que eu não lembre todos os nomes das pessoas. Porque sempre foi um defeito, eu sempre me lembro das pessoas, do rosto, onde as conheci, eu consigo situar meus alunos na sala de aula, embora tenha passado muito tempo, mas o nome sempre foi uma dificuldade. Então, hoje não se lembrar dos nomes, para mim, é a

continuidade de alguma coisa que eu já tinha antes como problema, quando era mais jovem. Mas eu me dou conta que eu já sou idosa, por exemplo, se eu quero passar por cima de um muro meio alto, não consigo.

Cada vez que eu me olho no espelho não dá para deixar de pensar que eu sou uma idosa. O que eu vejo? Uma pessoa de cabelos brancos, rugas no rosto, enfim, que já não tem a mesma vivacidade de outros anos atrás. Mas eu fico pensando: “não posso ser idosa”. Porque eu não sei se tenho uma ideia de idosa muito antiga, mas eu não me sinto idosa na realidade. Eu tenho condições de fazer coisas novas, pensar coisas novas, fazer planos. Eu acho que a diferença está aí um pouco. Eu acho que para a gente viver plenamente, e não em uma postura assim de estar indo para o final, é tu ter um planejamento para o futuro. Eu acho que isso é essencial. E eu tenho muitos planejamentos para o futuro. Então, eu sei que eu não teria condições de competir com alguém bem jovem, em termos de vivacidade, de energia, mas eu acho de posicionamento na vida e de planos eu acho que eu tenho condições de competir.

Nessa categoria, Percepção que o sujeito tem sobre si, o DSC formulado a partir das narrativas, relaciona-se ao que Schneider e Irigaray (2008), Camarano, Kanso e Fernandes (2012) e Camarano (2014) defendem: no que diz respeito aos conceitos da idade biológica, psicológica e social, estes se entrelaçam na percepção que o sujeito tem sobre si e na forma como ele encara o processo de envelhecimento. A idade biológica reflete as funcionalidades de cada indivíduo com o passar do tempo; a idade psicológica, reflete como ele interpreta e vivencia esse processo e a idade social, reflete o modo como a sociedade encara o papel das diversas faixas etárias. No DSC ficou evidente que a população investigada não se considera idosa, devido à forma que vivencia esse processo, ou seja, ao se manterem ativos, socialmente, a idade biológica e social fica minimizada. Aqui cabe ressaltar que na pesquisa alguns entrevistados se veem idosos (aspecto biológico), mas não se sentem idosos. O depoimento de alguns entrevistados mostra essas evidências:

ENTR 01 – Me sinto bem jovem, idoso só na experiência.

ENTR 13 – Ainda não caiu a ficha de idosa.

ENTR 14 – Enquanto você estiver ainda ativo para tudo eu acho que você não pode se considerar idoso.

ENTR 18 – Não me sinto idoso, as dores às vezes são de idoso, mas eu não me sinto idoso, a cabeça ainda é boa.

ENTR 22 – Cada vez que eu me vejo no espelho não dá para deixar de pensar que eu sou uma idosa. O que eu vejo? Uma pessoa de cabelos brancos, com rugas no rosto, mas eu fico pensando: não posso ser idosa. Porque eu não sei se tenho uma ideia de idosa muito antiga, mas eu não me sinto idosa na realidade. Eu tenho condições de fazer coisas novas, pensar coisas novas, fazer planos para o futuro.

Para Debert (2017), definir o envelhecimento da sociedade por parâmetros únicos e sem considerar outros fatores é inviável. Até a concepção de velhice por parte da sociedade é divergente. Muitos se enquadram a partir de critérios de idade, outros por valores morais e culturais, outros, por sua vez, consideram seu lugar social, dentre outras variadas concepções a respeito. Desse modo, para a autora o estudo das idades não é homogêneo. A noção do envelhecimento é construída por meio de representações culturais e sociais do tempo, que é uma etapa normativa de cada fase da vida humana.

Para Camarano, Kanso e Fernandes (2012), embora no Brasil as pessoas com 60 anos ou mais sejam consideradas idosas, nem todos os indivíduos nesta faixa etária podem ser considerados incapazes para o trabalho. É um segmento etário muito heterogêneo. Supõe-se também que a transição de uma situação de atividade para a de inatividade seja gradual, o que torna difícil estabelecer um divisor de águas entre o período laboral e o não laboral. Os autores reconhecem também que a saída precoce do mercado de trabalho pode resultar em uma desintegração social, especialmente para a população masculina, podendo acarretar depressão, alcoolismo e até suicídio. Participar do mercado de trabalho significa participação social. Todos esses fatores apontam para a dificuldade em se definir a idade em que a perda da capacidade de trabalhar ocorre. No DSC esses aspectos ficam evidentes, ao mostrar que, enquanto os sujeitos entrevistados trabalham e têm participação social, não se sentem idosos.

Conforme pesquisa do IBGE-PNAD (2018), entre os fatores identificados para a permanência ou retorno ao mercado de trabalho de idosos após sua aposentadoria, estão o custo de oportunidade elevado pela saída precoce da atividade econômica (custo econômico e social pela aposentadoria precoce), boas condições de saúde, autonomia e o complemento de renda. A pesquisa também identifica que uma maior escolaridade leva a uma participação mais elevada nas atividades econômicas por parte das pessoas com idades mais avançadas, refletindo em um dos fatores que explicam a volta do aposentado ao mercado de trabalho que, conforme a pesquisa, já representa aproximadamente um terço dos aposentados.

Camarano (2014) mostra que nos últimos anos, o perfil demográfico se alterou e a maior inserção de idoso em espaços públicos não se refere apenas ao aumento desta população. No decorrer das últimas décadas, o comportamento dos

idosos vem se alterando, tornam-se cada vez mais participantes, devido ao desejo de se tornarem cada vez mais úteis e de viverem intensamente. Essas alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico. Dessa forma, a constituição do indivíduo idoso ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade, consolidando uma percepção dignificante que o sujeito tem sobre si.

O DSC também identificou na percepção dos entrevistados sobre não se sentirem idosos, a forma ativa de vida, como a menção de fatores determinantes, entre eles: a prática de atividades físicas, a alimentação saudável, o convívio com amigos e a inclusão social, o ato de trabalhar, o exercício da memória e o não isolamento.

Observa-se, nos relatos, que alguns idosos se percebem idosos, considerando basicamente o fator cronológico, ou seja, uma pessoa com 60 anos ou mais independentemente de seu estado biopsicossocial. O termo idoso pode até dar a noção imediata da presença de algumas características biológicas, de modo que o indivíduo poderia ser considerado velho pelos sinais de senilidade e diminuição gradual da capacidade funcional, que é progressiva e aumenta com a idade. No entanto, o conceito de idade é multidimensional e, assim como o processo de envelhecimento, possui outras dimensões e significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica (DEBERT, 2017).

Todavia outros idosos dessa mesma pesquisa não se percebem assim, inferindo que não há uma idade universalmente aceita como limiar da velhice. Ressalta-se que algumas condições como a classe econômica e, em especial o nível cultural, parecem influenciar essas percepções, pois foram justamente os idosos com maior escolaridade que, apesar de terem idade mais avançada, não se consideravam idosos.

Neste caso específico, ter um projeto de vida constitui um diferencial, pois implicitamente este existe para aqueles que ainda se encontram em plena atividade laboral e social e que se reconhecem em condições para isso, visto que suas vidas não são marcadas por limitações e incapacidades físicas ou mentais, como por

exemplo, o entrevistado (ENTR 01) que ainda é profissionalmente ativo e responsável pelos negócios da família.

Depender financeiramente de outros ou não ter a segurança de uma renda fixa, traz mal-estar para os idosos e a percepção de que sua vida poderia ser melhor. A renda, portanto, constitui fator relacionado à manutenção da autonomia do idoso, ou seja, a possibilidade de tomar decisões relacionadas com a própria vida, conseqüentemente, um fator imprescindível a ser considerado no planejamento de ações de promoção de qualidade de vida aos idosos.

Nesse contexto, a percepção de ser e estar apto ao trabalho, por exemplo, dá aos indivíduos com mais de 60 anos a sensação de não serem idosos e isso, por sua vez, permite que eles se sintam capazes de contribuir, de gerar renda e de serem úteis à sociedade: “Não me acho velha, com 66 anos ainda pretendo trabalhar muito” (ENTR 12). “Particularmente, não me acho velho, não paro de trabalhar, de me mexer” (ENTR 16, 70 anos).

Essa visão de utilidade e de poder gerar renda difere bastante do que se observava até o século XIX, quando a pessoa idosa era vista como incapaz de se autossustentar, advindo daí a noção de velhice aliada à incapacidade de produzir e trabalhar. Os relatos relacionados à questão do trabalho mostram que definir a velhice apenas a partir de uma visão biológica é tratar a população idosa de forma homogênea, sem considerar a complexidade do contexto em que os idosos estão inseridos. Ressalta-se que é no contexto histórico e social que se construiu a visão, ou significado, que as pessoas tinham dos idosos: incapaz e inabilitado para determinadas atividades. Contudo, o que se observa na atualidade, é o trabalho como promotor da qualidade de vida das pessoas, o que pode ser percebido quando os idosos definem a velhice como algo relacionado tanto à capacidade física quanto intelectual do ser humano, ou seja, aquele que deixa de pensar, de produzir e de fazer algo pelo outro e por si, torna-se velho.

DSC 03 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR APOSENTADORIA? CATEGORIA: NOVAS POSSIBILIDADES DE AÇÃO

É um direito adquirido. Aposentadoria não é inatividade.

É o resultado de um tempo de trabalho em que se contribui e a partir dali se começa a receber sem a necessidade de continuar no trabalho.

Hoje a gente vê pela atual conjuntura que o aposentado pode nem pensar em parar e não ter mais nenhuma atividade lucrativa porque o valor

da aposentadoria é muito baixo. Não dar para ter uma ideia de parar. Veja um amigo economista que está com 61 anos já aposentado e está procurando emprego. Tem uma filha que estuda medicina e precisa trabalhar para ajudar os estudos da filha. Faz um mês que está desempregado. Agora está distribuindo currículo a procura de um novo emprego. O benefício previdenciário é aquém do que teria direito. Continuar contribuindo para a previdência, no limite, sem direito algum, é espoliação e apropriação indébita.

O que eu entendo por aposentadoria é o seguinte. Você trabalhou já por uns trinta e oito anos, trinta ou quarenta anos, você tem um tempo de ter um lazer para você, para você passear, para fazer alguma coisa, mas, muitas vezes, sob o valor que a pessoa se aposenta não dá para fazer isso, não tem crédito para fazer isso. Isso te obriga a trabalhar e fazer outra coisa. No meu exemplo, era para eu estar com um valor acima da média. Tive que entrar no processo de advogado, esperar até o advogado ganhar a causa para poder me aposentar. Aposentadoria pela legislação é receber um valor pelo tempo de contribuição e idade, mas um valor sempre baixo que não atende suas necessidades. A maioria do povo brasileiro que está aposentado se aposentou por salário mínimo. Ninguém vive com isso. Gasta muito mais em remédio do que com lazer.

A aposentadoria seria aquilo que a pessoa ganhasse após o término da sua vida útil. Pode ser um pecúlio ou patrimônio próprio, alguma coisa assim, relacionada com um valor para receber após um tempo de contribuição. Mas a questão de pecúlio, eu paguei x para receber x. Aliás, até, infelizmente, aqui você paga x e recebe meio x, mas tudo bem recebe. Nesse momento, na minha acepção, a pessoa que resolver não fazer nada, viver disso aí, ela entra em letargia. Tenho muitos amigos que se aposentaram e logo tiveram problemas. O próprio corpo humano para de se movimentar, não pode ficar parado.

A aposentadoria é um benefício que a gente recebe depois de um tempo de trabalho, de não ter mais condições de trabalhar plenamente. Eu considero isso uma contribuição, porque a aposentadoria hoje em dia é muito defasada. Cada vez diminui mais. Então eu considero isso uma contribuição e não um meio de sobreviver.

Uma renda para parar de trabalhar, mas hoje em dia, o que eu vejo é que 80% das pessoas aposentadas continuam trabalhando porque têm necessidade. Então, aquele valor que tu estava acostumado vai fazer falta, ou tu corta e vai reduzindo teu padrão de vida ou se endivida e é obrigado a voltar a ter um trabalho para pagar suas dívidas.

Eu entendo por aposentadoria uma forma digna de você poder viver com a sua família saindo do mercado de trabalho e podendo usufruir da vida em si. Eu tenho uma perspectiva de poder viajar, você tem uma perspectiva de manter os bens que você adquiriu durante a vida. Esse é o conceito, para mim, de aposentadoria. A aposentadoria, para mim, mudou desde que eu comecei a trabalhar até agora. Todo mundo que se aposentar agora vai ter que continuar a trabalhar para ver se consegue manter o padrão de vida.

Eu acho que é uma segurança para o futuro. Quando não puder mais trabalhar, para ter algum ganho. É uma coisa que muitas vezes, muita gente morre antes de receber, antes de se aposentar. Tem alguns que nem chegam a se aposentar por várias razões, mas então eu acho que enquanto eu tiver saúde e tiver trabalho, a gente tem que trabalhar.

Aposentadoria eu entendo como um benefício que você tem após determinado tempo de trabalho para você usufruir, principalmente quando não tem mais condição de trabalhar. As pessoas quando se aposentam empobrecem. Nosso sistema está com muita deficiência. Precisa ser logo mexido nisso, porque eu se tivesse que parar hoje não conseguiria me manter. Nem digo ter um plano de saúde, porque não pagaria o meu plano de saúde. Eu acho que tem que ser mexido nisso, logo, porque a cada dia

mais tem mais Idoso e menos gente trabalhando. A roda não está girando como deveria ser.

A aposentadoria é um direito que a gente adquire com o tempo trabalhado. A gente usufrui depois dessa idade. Eu entendo que é uma coisa a mais para a gente, mas não dá para viver só com a aposentadoria, nem tanto pelo valor financeiro, mas até pela atividade da gente.

O que eu entendo por aposentadoria é você parar mesmo, você não fazer mais nada. Você parou se aposentou. Esse é o meu entendimento de aposentadoria. Eu já me aposentei faz doze anos e não parei de trabalhar. Então a aposentadoria que a gente vê, às vezes, algum comentário é você se aposentar e não fazer mais nada e viver do direito adquirido pelo tempo de contribuição, mas como esse valor é sempre muito baixo as pessoas são obrigadas a fazer outras coisas para complementar sua renda. Quando me aposentei pelo tempo de serviço, não saí do trabalho e continuei na mesma empresa, inclusive, nem saída de carteira de trabalho houve. O que eu penso da aposentadoria, que é como você me perguntou, para mim aposentar é parar mesmo. Outra coisa é receber um valor pelo tempo de contribuição, ou seja, um benefício financeiro, como um plano de previdência.

Eu acho que isso é uma coisa que quando você se aposenta, teria que ter uma determinação, uma lei, que você trabalhou tantos anos, a idade mínima é aquela ali, mas você não pode ter perda do seu salário. Se você contribuiu e você ganha o relativo a cinco salários mínimos, você se aposenta com cinco salários mínimos e fica com aquele valor. Não tem uma defasagem. Você trabalhou o teu tempo x, quarenta ou trinta anos, que muita gente, às vezes, fica além do tempo em que você pode se aposentar e você nem quer se aposentar. É para você ter mais uma liberdade. Você trabalhou a vida toda e aí você quer ter aquela liberdade para você quando quiser sair, quando quiser passear, porque enquanto você está trabalhando você não consegue fazer. Não é a hora em que você quer sair, é a hora em que você pode sair ou está de férias, ou tem umas horas para tirar a mais, algumas folgas. Você estando aposentado não, você faz a sua programação, mas é necessário ter uma renda mínima para sobreviver.

É uma oportunidade de que a pessoa pare de trabalhar, se quiser, é optativo, e que ela possa ser sustentada hoje pelo bloco maior, que são os trabalhadores jovens, assim como eu quando era jovem ajudava a pagar os aposentados da época, os antigos. Eu vejo que o aposentado cumpriu uma tarefa importante. Ele não está recebendo favor de quem quer que seja. Ele conquistou um direito de ter uma renda quando ele não pode mais competir no mercado de trabalho.

Isso é algo conveniado na nossa cultura, que estabelece que um determinado tempo de trabalho tu podes usufruir um recurso para sua vida. Eu, sinceramente, com relação a essa questão, como agora é um período que está com muita conversa sobre isso e tem tantos prós e contras, se estabeleceu em uma época essa aposentadoria no início do período industrial, onde essas questões, graças a Deus, foram olhadas para as pessoas, porque as pessoas acabavam não tendo condições de seguir a sua jornada de vida no trabalho e não tinham recurso. Eu considero algo importante e necessário, que as pessoas possam usufruir. Agora, os meios que se usam para isso, se ela é uma aposentadoria privada ou se vai ser algo conveniado em nível de governo ou outro recurso qualquer, isso é uma coisa a discutir.

Aposentadoria eu acho que é uma situação de conquista para o ser humano e é uma coisa que deveria ser educada. Educar a pessoa de berço para ela ter essa aposentadoria. Porque é uma coisa muito ampla. Você se aposenta do que e para quê? Você vai começar a receber do INPS, então, você está aposentado. Em geral, o INPS hoje, que deveria fazer uma complementação, manter a sua renda, ele não mantém a sua renda. Você necessariamente precisa ter outros recursos. Então, a aposentadoria hoje, ao meu juízo, é só um aviso que você está ficando idoso. Eu fiz um

planejamento uns 35 anos atrás, que eu vi que quando eu quisesse me aposentar eu deveria ter uma renda extra. E como é que eu poderia gerar? Ou comprando imóvel e ir investindo nesse tipo de coisa ou fazendo uma capitalização. Eu hoje recebo por uma fundação, eu capitalizei. É a sugestão que eu dou para as pessoas.

A aposentadoria é o seguinte, é uma coisa boa ser aposentado, mas não dá para depender só da aposentadoria. É sempre bom a pessoa ter mais um rendimento. Que nem eu estou fazendo, não posso me manter com a minha aposentadoria, então, eu continuo no meu comércio.

Aposentadoria eu acho que a gente tem que avaliar sobre dois aspectos. Um seria o aspecto financeiro, que intervém essa contribuição pelos longos anos trabalhados, e que evidentemente não dá o suficiente para as pessoas sobreviverem. Então, essa seria uma forma de aposentadoria. A outra aposentadoria seria abandonar o trabalho em nome de uma vida nova, voltada para o lazer, voltada para o prazer, para a busca das coisas que não foram realizadas enquanto estava em atividade profissional. Mas, eu prefiro a palavra do espanhol que é jubilado. Alguém que foi jubilado, ou seja, que chegou a um determinado momento de vida, que em vez de ir para os aposentos, vai gozar do jubilo que a vida dá.

Aposentadoria é uma condição para conseguir ter o básico que é exigido pela constituição federal. Eu acredito que é ter saúde, ter direito à saúde, ter direito à moradia, ter direito à alimentação. É ter o básico durante a vida, se contribuiu.

Então, a aposentadoria é uma coisa mais de garantir que, quando eu não puder trabalhar mais, eu tenha a solução financeira, que a falta de trabalho às vezes traz para quem tem a minha idade. Então, é mais nesse sentido que eu vejo.

O DSC formulado a partir das narrativas, que resultou na categoria Novas Possibilidades de Ação, é uma referência a França e Soares (2009), Zanelli, Silva e Soares (2010) e Soares e Costa (2011), que afirmam que a percepção e vivência da aposentadoria não se apresentam de forma homogênea, mas trata-se de um processo que pode estar ligado a um resgate da identidade pessoal e novas possibilidades de ação.

Soares e Costa (2011) usam o termo aposentadoria para referirem-se a dois processos distintos: a) a aposentadoria legal, ou seja, como direito adquirido à pensão, após determinado período de contribuição previdenciária, independentemente da saída do mercado de trabalho; b) aposentadoria concreta, ou seja, o rompimento com determinada carreira laboral e/ou saída do mundo do trabalho remunerado, depois de adquirida como base legal. Para os autores, a aposentadoria via Seguridade Social, não mais representa necessariamente o desligamento da esfera do trabalho, pois como as pessoas estão vivendo mais tempo, e com saúde, há maiores chances de que não queiram sair do mundo produtivo por não conseguirem se desvincular do trabalho. Além disso, para uma parte considerável de trabalhadores, os valores recebidos da aposentadoria são insuficientes para manter um padrão de vida, necessitando permanecerem no

mercado de trabalho, seja formal ou informalmente para assegurarem suas necessidades financeiras.

No caso da pesquisa realizada, todos os participantes possuem uma aposentadoria legal, por tempo de contribuição e/ou idade e todos permanecem atuando no mercado de trabalho e que, conforme depoimentos apresentados no DSC, indicamos a categoria novas possibilidades de ação, em uma referência ao processo de aposentadoria apresentado por França e Soares (2009). Ressalta-se que para os sujeitos entrevistados, o sentido da aposentadoria é receber um valor pelo tempo de contribuição e/ou idade por direito legal, mesmo que esse valor seja insuficiente para a manutenção do padrão de vida, pois os sujeitos da pesquisa se mantêm produtivos, com inserção social e possuem outros rendimentos que atendem suas necessidades financeiras. Nos depoimentos abaixo relatados, fica demonstrado que os sujeitos da pesquisa se aposentam trabalhando, ou seja, continuam recebendo um valor por seu trabalho, que é superior ao valor que passam a receber pela aposentadoria. Dessa forma, continuam com suas atividades e agregam o valor da aposentadoria que é menor como um complemento de renda.

ENTR 06 – Aposentadoria pela legislação é receber um valor pelo tempo de contribuição e idade, mas um valor sempre baixo que não atende suas necessidades, mas a aposentadoria além de ser pouco financeiramente, pelo menos me faz ficar ativo, continuar trabalhando, se me retirar para os aposentos, no outro dia eu estou morta.

ENTR 09 – Uma renda para parar de trabalhar, mas hoje em dia, o que eu vejo é que 80% das pessoas aposentadas continuam trabalhando porque têm necessidade, mas também ajuda para manter a mente ativa e não envelhecer.

ENTR 10 – Se você não está aposentado com um valor condizente, que você possa parar, aí fica meio difícil para pensar nesse termo aposentadoria.

ENT 15 – Aposentadoria é um complemento de renda que a gente tem, mas é melhor não parar, continuar com uma função, uma atividade, para não ficar velho, muitos botam na cabeça, sou aposentado, estou velho, não sirvo para mais nada.

ENTR 20 – Aposentadoria seria o aspecto financeiro, que intervém essa contribuição pelos longos anos trabalhados, e que evidentemente não dá o suficiente para as pessoas sobreviverem, é uma questão de sobrevivência, tanto financeira, quanto social, se parar vou ficar isolado e me sentir um inútil.

Fica evidente que para a população investigada a aposentadoria concreta, ou seja, a saída permanente do mundo do trabalho, não é cogitada em nenhum momento, não só pela necessidade financeira, mas também pelo desenvolvimento pessoal e reconhecimento social que o trabalho proporciona. A pesquisa evidência

esses aspectos, indicando a relevância dos aspectos econômicos da vida do aposentado, pois, no momento que se aposenta, sua renda da aposentadoria fica insuficiente para sua sobrevivência, também indica a dificuldade do aposentado para desvincular-se do mercado de trabalho, visto que o trabalho representa o papel regulador da organização de sua vida pessoal e social.

Conforme pesquisa da Fundação de Economia e Estatística – FEE (2015), a participação do idoso aposentado no mercado de trabalho está relacionada, de um lado, à necessidade do idoso aumentar sua renda para assim contribuir no orçamento familiar e de outro, ao aumento da longevidade que, conjugado às melhores condições de saúde, permite às pessoas com mais de 60 anos exercerem, com relativa facilidade, uma atividade econômica. Isso se evidencia na pesquisa em que 90% dos entrevistados ajudam financeiramente algum familiar, bem como demonstra que todos os pesquisados, exercem uma atividade econômica com relativa facilidade, independentemente da idade.

Embora a aposentadoria, em seu aspecto legal, seja atrelada ao recebimento de um valor financeiro pelas contribuições realizadas durante os anos trabalhados, ela também simboliza a desvalorização da pessoa, por não abarcar as necessidades de sobrevivência de muitos aposentados, além de relacionar a aposentadoria ao envelhecimento, causando ao aposentado o medo da desocupação, do ócio e dos problemas financeiros. Dessa forma, para Bitercourt et al (2011), a aposentadoria não é observada como um direito conquistado e sim, como um momento de mudança do papel social. Para os autores, os aposentados associam a aposentadoria à solidão, à velhice e à morte, pois atrelado à aposentadoria, temos o risco do isolamento, já que antes da morte física, o idoso vive a morte social.

As diferentes formas pelas quais os sujeitos idosos percebem o trabalho e a aposentadoria podem ser ressaltadas pela história de vida de cada um. Os processos de envelhecimento e de aposentadoria ocorrem de maneiras diversas, apresentando múltiplas interfaces, que estão relacionadas às mudanças na vida social e no mundo do trabalho; à reorganização da vida familiar que se presencia na sociedade contemporânea; ao convívio dentro e fora do trabalho; à rotina laborativa; aos papéis sociais desempenhados; ao status do sujeito; ao modo de ser de cada um; aos projetos de vida e a outros fatores de ordem biológica, psicológica e sociocultural. A aposentadoria dificulta ainda mais esses processos, uma vez que o entendimento que se tem sobre ela é de afastamento do trabalho. Essa ideia tem

origens históricas e culturais, visto que há algumas décadas atrás, quem se aposentava, não precisava continuar trabalhando, pois a renda da aposentadoria bastava para o seu sustento, o que hoje não acontece.

Para França e Soares (2009), a sociedade é contraditória. Por um lado considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho; por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo, portanto, inútil. O idoso sempre enfrentou preconceitos por ser idoso, também por estar aposentado. Os autores também afirmam que a percepção e vivência da aposentadoria não se apresentam de forma homogênea. Esse processo pode estar ligado a um resgate da identidade pessoal e novas possibilidades de ação. No caso da pesquisa realizada, demonstra exatamente isso, os participantes entendem a aposentadoria como um direito legal e ao mesmo tempo, como uma oportunidade de novas possibilidades de ação, assim atendem suas necessidades pessoais, mantendo-se produtivos e úteis à sociedade.

Para Cecílio (2017), são diversos os significados de aposentadoria conforme o sentido do trabalho na vida de cada trabalhador e as vantagens ou desvantagens decorrentes da vida profissional. Os trabalhadores dos grupos socioeconômicos mais privilegiados chegam à aposentadoria, tendo o trabalho como fonte de realização profissional e de estabilidade financeira. Para eles, aposentar-se não é sentir-se velho. Já para os trabalhadores menos qualificados e desfavorecidos economicamente e socioculturalmente, aposentar-se é o início do fim. Também para os que não puderam ter na profissão um encontro consigo mesmo, o fato de poder sair do trabalho obrigatório significa a liberdade e a possibilidade de novas conquistas.

As pessoas também relacionam aposentadoria à velhice, ao envelhecimento e desenvolvem o medo da desocupação, do ócio, dos problemas financeiros. Associam ainda aposentadoria à solidão, à velhice e à morte, aspectos relatados pelos entrevistados. A ausência do trabalho, muitas vezes, é o que dá concretude ao envelhecimento/velhice. Atrelado à aposentadoria, temos o risco do isolamento, pois antes da morte física, o idoso vive a morte social (BITERCOURT et al, 2011).

As razões que levam o aposentado a continuar ou não a trabalhar são muito complexas. Busca-se entender, então, os motivos e as repercussões dessa opção no cotidiano dos indivíduos. Os aspectos econômicos da vida dos aposentados

mostram-se presentes no DSC, pois quanto menor a renda, maior é a sua preocupação em relação à aposentadoria. Em geral, os sujeitos entrevistados, no momento em que se aposentaram, não tinham renda suficiente para manterem seu padrão de vida. Por outro lado, o DSC também mostrou que para os entrevistados, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, o que representa uma dificuldade de desvinculação. Dessa forma, conforme Cecílio (2017), o trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana, sendo fundamental na vida social.

DSC 04 - PARA VOCÊ, QUAL O SENTIDO DE CONTINUAR TRABALHANDO APÓS SE APOSENTAR? CATEGORIA: ENGAJAMENTO SOCIAL

Preciso me manter ativo e importante. Parar seria esperar a morte chegar. Preciso me manter útil.

Pela utilidade e permanência em atividade. Não é projeto, levantar e se perguntar: "que faço hoje?"

É aquele que falei principalmente financeiro. Também as pessoas com idade ainda jovem (mais de 60 anos) sentar para tomar chimarrão enferrujam. Fica muito tempo para pensar bobagem.

Para manter um padrão de vida melhor, pagar o seu carrinho como eu estou pagando a minha caminhonete e fazer manutenção da casa, senão cai. O valor que eles estão me pagando hoje é pouco e o meu trabalho ajuda nisso e me dá prazer.

Eu acho que é uma grande coisa, que a cabeça tem que funcionar. Se parou, é problemático. Eu tenho o exemplo de um cunhado meu. Ele trabalhou por quarenta e cinco anos em Porto Alegre e se aposentou. Está com depressão e Alzheimer depois de ter parado. Ele não assimilou a aposentadoria. Não viajava, não fez nada. Não tinha nada de perspectiva pós-aposentadoria, algum projeto ou plano. Se parar de trabalhar, parece que tudo fica pior.

Para mim, é vida.

Eu acho que isso é um incentivo que a gente tem, porque se você para de trabalhar, você fica inerte e eu acho que a vida perde a graça. Com o trabalho você fica ativo, tanto físico quanto mentalmente.

Na verdade, para mim, eu, antes de me aposentar, eu dizia "vou me aposentar, mas vou continuar trabalhando", porque sou uma pessoa hiperativa, não consigo ficar parada, então, eu gosto do meu trabalho, gosto do que estou fazendo, e gosto de trabalhar, então independente de se estou aposentado ou não, eu gosto de trabalhar ou não, mesmo estando aposentada, podendo ficar em casa, mas igual falei no começo, hoje, a defasagem do meu salário requer que eu continue trabalhando.

A primeira preocupação grande quando eu soube que ia ser atingido pela questão do fator previdenciário era o sentimento, como eu te disse no início, da pessoa que está produtiva. Ainda é uma fase, eu acho, se a pessoa começa a trabalhar com vinte anos e ela trabalhar trinta e cinco anos, até cinquenta e cinco. Eu acho que ainda cinquenta e cinco anos é uma fase boa de produção para a pessoa. O que determina pelo menos para mim e para alguns com quem eu tenho conversado, o fator de você parar de trabalhar ou não é exatamente você manter o seu padrão de vida. Se você reduzir e parar de trabalho, fatalmente, você vai ter que reduzir o seu padrão de vida.

Eu acho que dignifica a pessoa trabalhando, e outra que é como eu já disse, é um exercício que te dá mais saúde, estar sempre em movimento. Além da saúde para o corpo, eu acho que para a mente também, para o cérebro, porque trabalhando o seu cérebro não para. Você está sempre com algum projeto, alguma coisa para fazer. Eu, por exemplo, não paro nunca. Eu paro muito pouco. Tenho pouco tempo. Pode ver, já estão me ligando. Isso faz bem para a cabeça, rejuvenesce a gente. Eu, por exemplo, tenho setenta e três anos. Se eu pintasse o cabelo, ninguém ia creditar que eu tinha. Se eu estou trabalhando, a cabeça, é mais difícil e pegar um Alzheimer, um Parkinson, porque o cérebro tem que estar em função sempre, não pode atrofiar.

Eu não me vejo fazendo outra coisa a não ser trabalhando. Acho que se eu tivesse que parar hoje, eu me sentiria muito infeliz, porque a vida é dentro do trabalho. Eu abro a loja, fecho a loja, passo o dia inteiro aqui. Eu não saio nem no horário do meio dia.

Um dos sentidos é que a situação financeira pede mais um complemento, mas, além disso, também porque eu gosto do meu trabalho. Eu gosto de trabalhar. Eu não me vejo ainda em casa sem trabalhar. Não que a gente não trabalhe em casa, mas eu não me vejo fora do mercado de trabalho ainda.

O sentido é de manter um benefício, uma renda a mais para poder aproveitar um pouco a vida. Esse foi o meu sentido de continuar trabalhando e mexer, não parar com a cabeça, você se desenvolver, estar pensando no que você vai fazer, puxando o seu próprio corpo.

Uma porque é um complemento de renda para a gente e outra para a gente não ficar realmente parado. Você tem que conhecer outras pessoas. Você vai trabalhar fazer cursos. Você faz novas amizades, porque você estando em casa você fica só na volta de casa. Sai um pouco, passeia, mas não tem contato com outras pessoas como a gente ficando trabalhando.

Eu acho uma questão de sobrevivência, porque eu me sinto absolutamente incapaz de passar um dia sem ter o que fazer. Eu levanto de manhã e vou fazer o quê? Vou caminhar. Isso leva uma hora e meia ou duas. Depois, vou falar com os amigos no centro. Mais uma hora. E depois? Vou para casa olhar a tevê. Vou olhar jornal? Sim. Eu acho complicado a pessoa ficar um dia sem fazer nada. Eu acho complicado, agora dois dias, três dias, uma semana, um mês, um ano eu acho que eu ia morrer. Não estou querendo ser poético nem fazer figura de linguagem. Eu acho que eu ia morrer mesmo, de me sentir inútil. Será que eu estou excluído? Eu acho que eu ia sofrer muito com isso. Eu vejo idosos que sofrem muito, porque eles estão a cada dia caminhando menos, cada dia mais cabisbaixos, cada dia mais tristes cada dia mais lamentando. Eu acho que tem que ouvir os médicos, os psicólogos que lidam com os idosos, mas eu penso que a sensação de inutilidade deles é enorme.

É como se eu não tivesse me aposentado. Eu não tenho essa sensação. Eu continuei trabalhando, porque para mim o que eu faço é o que eu gosto. Então, eu tenho felicidade no que eu faço, isso me dá um impulso muito grande e eu não tenho essa diferenciação.

Eu não consigo imaginar, nunca parei de trabalhar. Para mim também foi um benefício financeiro necessário, naquele período. Hoje, claro, a aposentadoria contribui para que eu tenha alguns benefícios melhores de qualidade de vida, de investimento em viagem, ou de melhorar alguma coisa dentro da casa. Para outras pessoas pode ter outro sentido, principalmente quando a pessoa se recolhe se aposenta mesmo, não faz mais nada.

Me parece que é uma rotina que se estabelece, difícil de sair. A vida da gente é o contato com as pessoas, a gente só se torna humano exatamente por isso. Porque a gente, na medida em que vai se relacionando, vai se constituindo como sujeito. Então, para mim, isso não poderia ser cortado. Tem que dar continuidade. Tinha uma reflexão uma

época sobre o idoso, de que quando tu estavas aposentado, tu podias parar com tudo, descansar e não sei o quê. Isso é uma ilusão. Porque na medida em que tu achas isso, também tu te isolas, tu vais descansar. Vai descansar do quê? Tu não podes ficar descansado, tu tens que ficar é ativo. Isso que dá o fomento para a vida.

Me sinto útil, me sinto engajado. Porque socialmente, às vezes, tu não consegues ter uma participação dentro da sociedade, como se tu tivesse fazendo alguma coisa na sociedade e pela sociedade. Então, eu me sinto muito à vontade, eu me sinto muito bem. Eu gosto de ter o que fazer, porque a própria natureza da vida que a gente está levando, com os avanços de internet, de informação, te obriga a sair de casa, de certa forma. Mas ao mesmo tempo, as facilidades que esse próprio sistema da internet, que te fornece comida em casa, bebida em casa, uber que te leva e traz, tudo isso pode também ser uma coisa negativa na sua vida. Fazer com que tu fiques na tua área de conforto e não saia. Então, tu tens que lutar contra isso também. Sair da área de conforto e se manter ativo, fazer coisas para a sociedade.

Eu não consigo parar. Eu estou 40 anos no mesmo ofício, eu não posso me desligar de uma hora para outra. Eu prefiro que, gradualmente, a partir do ano que vem, eu possa reduzir um pouco o meu trabalho, mas só menos horas de serviço. Vou ficar ainda na ativa no mesmo ramo, só vou diminuir o horário. Parar depois de se aposentar a pessoa começa a ficar pensativa e começa só se preocupar com a idade. Por isso é melhor que a pessoa tenha alguma função, uma atividade, podia trabalhar e deixar de lado aquele pensamento que a pessoa está velha. Muitos botam na cabeça: “sou velho, estou aposentado”. Aí a pessoa, realmente, se ela pensa assim, envelhece mesmo.

Como eu dizia, para mim, trabalho é muito importante, faz parte da minha vida. Eu sempre entendi que eu tenho uma contribuição a dar. E ao mesmo tempo, eu acho que estando na ativa, convivendo com jovens, que são os alunos, a gente também, além de aprender, se conserva mais jovem, porque é desafiado a estar em contato com a compreensão do mundo que eles trazem o que nos obriga também a olhar para as coisas de uma forma inovada.

Eu gosto muito. Eu acho que eu sou movida a trabalho, não me vejo na vida sem trabalho. Acredito que isso faz muito bem para a pessoa, ter uma atividade. A gente brinca, até ter um sobrenome, tu pertences àquela empresa, tu estás naquela atividade.

Fazer o que eu gosto e o que eu quero fazer. Por exemplo, se eu ficasse só aposentada, a minha qualidade financeira é mais baixa, porque o INSS paga uma aposentadoria limitada. Mas trabalhar para mim vai muito além. Eu já trabalhei de graça, muitas vezes, diferentes vezes. Até com a crítica da minha família que eu não devia trabalhar tanto de graça. Mas para mim, trabalhar é mais do que dinheiro. O dinheiro é necessário porque a gente vive em uma sociedade capitalista, se a gente não tiver dinheiro a gente não sobrevive, então, é uma parte importante. Mas para mim, é fazer algo que eu veja que contribua para melhorar o mundo, e fazer algo que eu gosto. Se me retirar-me para os aposentos, no outro dia eu estou morta.

A categoria Engajamento Social foi formulada a partir das narrativas do DSC e com base em França e Soares (2009) e Sennett (2000), que comentam que a forma como o sujeito aposentado vive a aposentadoria irá depender de seu envolvimento com seu trabalho e do significado a que lhe atribui, da sua história de vida e de como deseja viver seus próximos anos, suas expectativas e suas limitações. Vejamos alguns depoimentos:

ENTR 02 – Preciso me manter ativo e útil, parar seria esperar a morte chegar.

ENTR 09 – Na verdade, para mim, eu antes de me aposentar já dizia vou me aposentar, mas vou continuar trabalhando, porque sou uma pessoa hiperativa, não consigo ficar parado, gosto do meu trabalho, não me vejo em casa sem fazer nada.

ENTR 12 – Eu não me vejo fazendo outra coisa a não ser trabalhando, Acho que se eu tivesse que parar hoje, eu me sentiria muito infeliz.

ENTR 16 – Eu acho uma questão de sobrevivência, porque além da necessidade financeira, eu me sinto absolutamente incapaz de passar um dia sem ter o que fazer.

ENTR 17 – A vida da gente é o contato com as pessoas, a gente só se torna humano exatamente por isso, porque a gente, na medida em que vai se relacionando, vai se constituindo como sujeito, então é como se eu não tivesse me aposentado, me sinto bem assim.

ENTR 20 – Tinha uma reflexão uma época sobre o idoso, de que quando tu estavas aposentado, tu podias parar com tudo, descansar e não sei o quê, isso é uma ilusão, porque na medida em que tu achas isso, também vai te isolar da sociedade, de tudo e perder o fomento da vida, hoje me sinto útil, me sinto engajado na sociedade, me sinto ativo e feliz com o que eu faço.

Os entrevistados caracterizam-se por indivíduos com autonomia, saúde e satisfação pelo trabalho realizado, que desejam permanecer em atividade por realização pessoal e engajamento social, além da necessária complementação de renda que o trabalho proporciona para atender as suas necessidades financeiras.

Para Beauvoir (1990), o processo de saída do trabalho e de adaptação à nova condição de aposentado é um processo complexo no qual uma série de fatores intervêm: pessoais, sociais e culturais, podendo gerar resultados totalmente inesperados, como não saber o que fazer com o tempo livre ou até mesmo a morte do aposentado. Além da diversidade de elementos que enseja o fim da vida laboral, a temática da aposentadoria está relacionada a um assunto ainda incômodo ao ser humano: o envelhecimento. Tornar-se velho pode representar uma fonte de angústia para o sujeito que se depara constantemente com sua finitude, sendo algo que deve ser evitado e silenciado. Supõe-se também que a transição de uma situação de atividade para a de inatividade seja gradual, o que torna difícil estabelecer um divisor de águas entre o período laboral e o não laboral.

Costa, Barbosa e Vilas Boas (2012) acrescentam que a aposentadoria pode ser compreendida sob a ótica dos ganhos (vantagens) e perdas (desvantagens). Os ganhos ou vantagens estariam prioritariamente relacionados ao tempo, como: liberdade do trabalho, mais tempo para os relacionamentos, novo começo, mais tempo para atividades culturais e de lazer, resgate da identidade pessoal e a possibilidade de uma ocupação prazerosa, visando a uma redefinição de identidade.

Já as desvantagens estariam ligadas tanto aos aspectos emocionais quanto tangíveis do trabalho, aos salários e benefícios (diminuição de renda e desemprego), à perda da identidade profissional, ao exercício de um trabalho sem prazer (nos casos de retorno ao trabalho por necessidade financeira), à desatualização, à diminuição dos contatos sociais e à baixa autoestima.

Na pesquisa, esses aspectos ficaram evidentes, quando os sujeitos participantes demonstraram gozar de boas condições de saúde e autonomia como sujeitos independentes, reconhecendo o trabalho como essencial para a longevidade de sua vida pessoal e social. Outro aspecto também evidenciado na pesquisa foi a necessidade de complementação de renda, pois na média da renda total dos aposentados, apenas 30% corresponde ao valor recebido pela aposentadoria, ou seja, 70% da renda é resultante de trabalho provenientes de outras fontes. Para Camarano (2014), outros aspectos que explicam a permanência do aposentado no mercado de trabalho é a aposentadoria precoce e a preferência pela manutenção da sociabilidade no ambiente laboral.

Conforme Sennett (2000), o trabalho tem dupla influência sobre a decisão de o indivíduo aposentar-se. Enquanto instituição, ele oferece um ambiente estruturante, um ponto de referência, através do qual o sujeito se torna parte de um grupo social, encontrando sua identidade social, seu status, ou seja, seu engajamento social. Enquanto valor econômico, ele é o principal meio de independência da maioria dos que exercem uma profissão em que, muitas vezes, o valor da aposentadoria não é suficiente como meio de sobrevivência, necessitando manter-se atuante no mercado de trabalho. Dessa forma, a compreensão da representação de aposentadoria para a vida da população investigada, está diretamente relacionada à compreensão do significado do trabalho.

Segundo Bulla e Kaefer (2003), o ser humano cresce preparando-se para o trabalho e necessita dele, não só por uma questão de sustentabilidade como também de crescimento pessoal. Para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade capitalista em que o homem sem trabalho é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente. Dessa forma, o trabalho representa um valor significativo para as pessoas, o que dificulta o afastamento para o gozo da aposentadoria. Já para Marx (1982), quando o trabalho se torna algo exterior ao indivíduo, deixando de ser a expressão da individualidade do homem e não mais satisfazendo as suas necessidades, mas se tornando apenas uma fonte

econômica e um meio de sobrevivência, o trabalho pode ser também fonte de alienação.

DSC 05 - O QUE VOCÊ ENTENDE POR TRABALHO? CATEGORIA: EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO

Atividade profissional aonde as pessoas desenvolvem suas habilidades e contribuem com o desenvolvimento do país, sendo um meio para desenvolver e aprimorar nossos anseios internos e externos.

Trabalho é o exercício de uma profissão. Então trabalho é fazer aquilo que a gente gosta e aquilo que a gente sabe fazer. Eu sempre tive a visão se não estou gostando de determinado trabalho procuro outro melhor.

O trabalho é muito importante, o lido continuar trabalhando e fazendo alguma coisa para ocupar a mente e o corpo dele. Se ele não fizer isso, ele vai ficar em cima de uma cama, à mercê de doenças.

Trabalho é uma coisa para você produzir para melhorar de vida, para ajudar o país, ajudar a cidade. O trabalho é isso, é trabalhar para ter alguma coisa.

Trabalho é uma atividade braçal ou intelectual prestada em favor de alguma coisa, nem que seja para mim, mas eu vou cobrar um honorário de alguém que vai reverter para mim. É uma troca.

O trabalho hoje está sendo considerado um meio de sobreviver. Em geral, o pessoal não leva o trabalho como um ofício, leva como um meio de sobrevivência.

Todas as atividades que tu faz, tem que dar prazer, tu tem que fazer uma coisa que tu gosta, em primeiro lugar, fazer bem feito e com vontade. Para te dar satisfação, porque senão, aquilo se torna um sacrifício, e não um trabalho.

Eu entendo por trabalho uma visão de você prestar um determinado serviço em troca daquilo que te é pedido. Eu dou uma visão bem capitalista do trabalho. Eu estou contratado para fazer uma determinada coisa. Enquanto eu estiver dando resultado para aquela coisa que eu estou fazendo, para quem eu estiver trabalhando, seja para uma instituição escolar ou para uma instituição de iniciativa privada, tem uma contrapartida.

Eu entendo o trabalho, um labor, uma execução de tarefas muito bem feitas que compensem o resultado do que você está ganhando em detrimento para quem está trabalhando. Eu entendo o trabalho assim. Também acho que o trabalho contribui nas relações sociais.

O trabalho vai ter a diferença que tem a capacidade humana de criar alguma coisa, de argumentar alguma coisa, de se relacionar em detrimento daquele que é feito mecanicamente. O que for capaz de ser feito mecanicamente, esse vai ser feito. Aí nós não teremos mais aqueles trabalhos realizados por pessoas. O computador, a máquina, tudo que estiver voltando para a execução do trabalho, vai ser executado por uma forma de execução. Só vai ficar fora exatamente quem não tem interação social.

Trabalho, eu acho que o ser humano tem que trabalhar. O trabalho faz parte do ser humano, porque eu acho que pessoas sem trabalho, não vou dizer que não é ninguém, mas não sei como me sentiria se eu não trabalhasse. Me deixa feliz fazer o que a gente gosta, principalmente. Graças a Deus eu faço o que eu gosto muito.

Trabalho é uma atividade que a gente faz, teoricamente, para se remunerar. Para mim, trabalho é um prazer, porque eu faço aquilo que eu gosto. Eu gosto de estar aqui na loja, eu gosto de atender as pessoas. Então esse trabalho, para mim, é uma atividade que você faz e te engrandece, te gratifica, porque você vai estar sendo útil, porque eu acho

que não deve ter nada pior do que a pessoa querer trabalhar e não conseguir emprego, não é? Ela ficar, além de sem dinheiro, a autoestima cair no pé. O trabalho contribui para tudo. Para a autoestima, para o ganho.

O trabalho eu acho que é uma forma de a gente ajudar também. Eu, no meu trabalho, trabalho na área financeira. Eu acho que eles precisam de mim no meu trabalho e eu me sinto bem trabalhando, eu gosto do meu trabalho. Como a nossa geração começou muito cedo, eu trabalho, que nem eu falei, além da remuneração, porque eu gosto de trabalhar. Eu acho que eu não me vejo sem o trabalho. Eu acho que se um dia eu tiver que sair daqui por algum motivo, eu vou procurar outro enquanto eu puder. Eu acho que o trabalho edifica a gente. Eu trabalho muito com pessoas mais jovens e eu me sinto, no fim, jovem que nem as pessoas. Para mim, é ótimo.

É você ter uma responsabilidade de alguma coisa que você tenha que apresentar durante o seu dia. Você levanta, vai fazer o seu trabalho, que é aquilo de que você gosta, pra você ter um benefício também, mas você estar envolvido em alguma coisa, não simplesmente levantar, tomar café e ficar sentado em uma cadeira.

Trabalho, para mim, é quando você tem um horário, mais ou menos. “Ah, eu vou trabalhar e eu quero continuar trabalhando, mas eu vou trabalhar três horas por dia, quatro horas por dia”. Esse horário é o determinado para o meu trabalho. O resto do que eu faço em casa, para mim, não é considerado como um trabalho, porque eu posso fazer a qualquer hora. O meu trabalho não, eu vou lá e me organizado para fazer aquilo igual. Hoje à tarde eu só vou trabalhar nas minhas encomendas. Para mim, isso é um trabalho. É uma responsabilidade que eu tenho que eu fiz um compromisso com uma pessoa. Eu trabalho com bonecas, vamos supor. A pessoa vai lá, me encomenda o meu trabalho. Eu tenho aquela minha obrigação de entregar. Eu dei um prazo de tal dia eu te entrego.

Trabalho é isso, eu tenho que resolver coisas e eu tenho que produzir coisas. Eu escrevo no Facebook, que as pessoas vão ler. Eu tenho programa na televisão, que as pessoas olham, a nossa tevê regional, a Vale TV. O meu trabalho vai ter uma repercussão. Eu tenho a rádio todos os dias. Eu tenho a tevê uma vez por semana. Eu tenho crônica no jornal. Há trinta e oito anos eu escrevo no jornal. Então eu não posso falar “Essa semana eu não vou fazer nada”. Não tem nem como fazer. Ainda bem que não.

O trabalho para mim é uma completude humana. A gente nasce em um determinado meio, se desenvolve ali e de alguma maneira, algumas questões revertem na tua vida para que tu tomes decisões, faça escolhas, por um determinado caminho. Trabalho para mim é a possibilidade de tu colocares os teus talentos à disposição de mais pessoas. A primeira coisa que precisa acontecer é tu te sentir satisfeito, tu te sentir feliz, tu poder lidar com aquilo. Que quando tu estás bem, com certeza tu farás bem para outra pessoa sem se importar com relação a isso. Tu não te preocupas: “para mim não tem nada de importante, não estou conseguindo realizar”. Não. Se tu fizeres bem feito, tu gostas daquilo que tu faz, é o que para mim é trabalho.

Trabalho é realização pessoal e poder levar o benefício para uma comunidade. Por uma questão econômica, dentro do Brasil, digo assim, eu acredito que as pessoas não conseguem encontrar realização no trabalho. Eu trabalho com adultos aqui. Eu muitas vezes converso com eles, se eles estão no lugar que eles gostariam de estar e muitos deles respondem que estão porque precisam trabalhar e esse recurso é importante para a manutenção da sua vida.

Então, na minha concepção, muitas pessoas ainda não encontraram no trabalho a sua realização. Também entendo que tem empresas que não tem uma postura respeitosa nos trabalhos de equipe, nas relações interpessoais. Então, eu não considero que as pessoas estejam realizadas, por N motivos, que principalmente pela subsistência não conseguem ir para o caminho que gostariam de trilhar na profissão.

O trabalho dignifica o homem, mas eu acho que trabalhar demais não é uma função do homem. Eu creio que nós somos seres espirituais, tendo uma experiência humana. Eu acredito que o trabalho é mais alguma coisa na vida da pessoa, mas não tudo. Eu acho que a espiritualidade também é importante, que o trabalho por si só não vai te fazer feliz. É isso que eu penso.

Todo mundo devia trabalhar. Para mim, eu sem trabalhar não poderia viver, praticamente. Eu acho importante o trabalho, é uma questão de sobrevivência financeira e social. Sem trabalho as pessoas não interagem e adoecem.

Trabalho é uma forma de envolvimento do ser humano, que dá a ele a consciência de que ele é produtivo, de que ele está inserido em uma sociedade com a qual ele pode contribuir, tanto para o desenvolvimento dela, quanto também para seu próprio crescimento pessoal. Então, trabalho, para mim, não é encargo, trabalho não é castigo, trabalho, para mim, não tem essa conotação de peso, mas, sim, de crescimento pessoal. Mas hoje creio que existe uma crise na relação trabalho e emprego.

O trabalho que é tão importante para a vida, nunca vai deixar de existir. O que está sendo precarizado não é o trabalho, mas o emprego, por isso que eu disse, as pessoas vão ter que ter competência, capacidade para buscar formas novas de inserção social. Os empregos, como nós tínhamos antes, essa garantia está desaparecendo. Eu acho que a tendência é se acentuar, essa precarização no trabalho. Eu me lembro que há uns 20 anos, em um discurso de abertura do ano letivo, padre Bonner, que então era reitor da universidade Unisinos, ele disse: “nós queremos alunos, mas nós vamos formá-los para quê? Porque nós estamos entrando em um período em que não haverá emprego para todos, em que as pessoas vão ter que se virar para conseguir um emprego, mas trabalho sempre haverá”. Eu penso que nós estamos vivendo, realmente, uma crise, que não é só a crise do desemprego, mas é uma crise cultural, em que o próprio emprego, no sentido que se estava acostumado, quer dizer, há um empresário que contrata funcionários, há universidades que contratam professores, penso que isso vai mudar radicalmente, porque cada vez mais a pessoa é desafiada a buscar ela própria sua afirmação no mercado. Então, exige-se uma autonomia, uma capacidade de inserção no âmbito do trabalho e a competência do sujeito de assumir variadas funções. O centramento em uma única função, evidentemente, vai contribuir para que haja um maior número de pessoas desempregadas. Então, a versatilidade, a autonomia, a capacidade de buscar uma inserção em nichos, às vezes ainda nem evidenciados, é que vai caracterizar esse momento.

Eu acho que trabalho, talvez, é o que eu faço que a gente faz com amor e tem um reconhecimento. Acho que emprego é aquela subordinação a muitos requisitos que o mercado exige. Eu percebo no atual momento que os direitos trabalhistas estão se perdendo, eu percebo também que a maioria das profissões daqui a cinco, dez anos nós não teremos grande parte dessas profissões. E aí nós vamos ter um exército de desempregados. E eu percebo que não vai ser possível manter essa relação ao direito do trabalhador. Porque tu vai ter muito mais gente batendo à porta, aí quem fica vai se sujeitar, muitas vezes, às normas do mercado. As pessoas vão ter que trabalhar como autônomas, grande parte. Mas eu vejo isso bastante complicado, porque é difícil desbravar um mercado, depende a área que tu estás. Eu acho que uma forma autônoma, se organizar em autônomos, que talvez vai ser o futuro. Então, eu acho cada vez mais complexo isso. O autônomo hoje, independente da sua formação, vai ter que ser uma pessoa flexível, criativa, inovadora para trabalhar no que tiver. É complicado. Eu fico com pena da juventude que está chegando, porque, para grande parte, a gente vê as pessoas até que saem das universidades, que enquanto estavam nas universidades tinham uma função de estagiário, depois não têm nada. O mercado todo está mudando e que os jovens estão percebendo isso. Isso pode estar

agravando a crise na universidade e também a falta de perspectiva de emprego. Grandes escritórios de advocacia estão com desenvolvimento da inteligência artificial, nos seus escritórios, e de 100 advogados estão reduzindo para 20 ou 30. Então, isso já está acontecendo, já está impactando, o Direito já está preocupado. Esse profissional que sair das universidades vai ter que ser muito criativo e muito inovador para ele ter espaço. E com isso as universidades vão ter que pensar também novas propostas de curso e de formação dos alunos. Principalmente novos formatos de educação. E claro, novas carreiras, para um futuro que não se sabe qual é. Acredito que tudo começa na pessoa encontrar um ofício que lhe de realização, e para isso a qualificação profissional é fundamental. Quando teve uma grande crise na Unisinos eu também fui demitida. Se eu não tivesse o doutorado eu não teria empregabilidade. Vários colegas meus não tiveram. Não conseguiriam mais se realocar, até hoje, passados 12 anos. Então, eu acredito que a qualificação interfere muito para as pessoas se manterem em um trabalho. Para mim o trabalho é quase um lazer. Talvez seja, eu gosto me dá prazer, eu sinto que faz parte da minha vida. Ele é uma extensão da vida, não me vejo sem trabalhar. Ele realiza o ser humano.

Trabalhar é desenvolver alguma atividade que produza algum efeito no mundo. E esse trabalho pode ser em uma profissão ou pode não ser. Uma dona de casa trabalha e produz uma atividade no mundo. Mas para mim tu tens que modificar alguma coisa nesse mundo. Tens que fazer algo, não só para sobreviver, mas para transformar. Trabalho é transformação.

Inicialmente, o DSC formulado a partir das narrativas que resultou na categoria Emancipação do Sujeito propõe-se pensar esta categoria a partir das contribuições de Grint (1998) e Kuenzer (2008), em especial, no que se refere a sociabilidades, pois as narrativas mostraram que existem relações claramente construídas e desenvolvidas a partir de um entendimento de que o trabalho é um instrumento de emancipação dos sujeitos, já que possibilita a geração de renda. Assim está intimamente ligado ao contexto econômico e à criação de um sentimento de pertencimento ao grupo, à sociedade, em distintos contextos nos quais os trabalhadores estão inseridos.

Kuenzer (2008) revela que, em sua concepção geral, o trabalho pode ser concebido como o processo através do qual o homem transforma a natureza, os outros homens e a si mesmo, tendo em vista construir as condições necessárias à sua sobrevivência, não apenas como indivíduo, mas também como humanidade. Já Grint (1998), ressalta que o trabalho é um fenômeno construído socialmente, sem um significado fixo ou universal no tempo e no espaço, mas os seus significados são delimitados pelas formas culturais nas quais é praticado. Algumas culturas não distinguem trabalho de não trabalho; outras distinguem trabalho de prazer; outras, ainda, referem-se ao emprego como uma categoria particular de trabalho. Geralmente, o trabalho pode ser qualquer forma de atividade transformadora, porém

o que conta como trabalho, depende do contexto social em que essa atividade transformadora ocorre.

Dessa forma, para Grint (1998), o trabalho é construído e reconstruído socialmente. Isto implica que a maior parte do que aceitamos como verdadeiro, assim como inevitável, ou exigido tecnicamente, ou economicamente determinado, devia ser sujeito às críticas mais vigorosas: se o trabalho é construído socialmente, então é contingente e requer ações contínuas dos atores para a sua reprodução – isto não só acontece, como devia ter êxito. Ao relacionar que é comum diferenciar a economia moral do período pré-capitalista da economia de mercado que lhe tirou o lugar, Grint (1998, p.13) argumenta “que os aspectos sociais e morais do trabalho continuam a ser um componente essencial”.

Na análise da categoria Trabalho, propõem-se duas posições: a primeira, entende o trabalho como atividade vital e a segunda, percebe o trabalho como alienação. Esse duplo caráter explica-se a partir da análise histórica do trabalho na humanidade. Sinteticamente, pode-se afirmar que o trabalho possibilitou ao homem tornar-se humano, porém a divisão social do trabalho na sociedade capitalista culmina alienando o homem nesse processo. No entanto trabalhando a pessoa se autorrealiza do mesmo modo, pois o agir produtivo permite aos trabalhadores se afirmarem em relação aos outros e em relação ao mundo ao qual pertencem. Não se deve esquecer que desse modo eles ganham também sua vida. Em outros termos, é o trabalho que lhes permite apropriarem-se das coisas (SPURK, 2005).

Para Kosik (1986), o trabalho sempre foi fundamental para o desenvolvimento humano. É necessário, no entanto, compreender as transformações nas funções, nas organizações e nos processos do trabalho para entender as percepções e representações do homem sobre a categoria trabalho. A maneira como o homem se relaciona com o trabalho faz com que tenha concepções e significados diferentes, que devem ser respeitados e entendidos, pois nenhum homem, mesmo exercendo funções semelhantes no processo de trabalho, não trabalha da mesma forma. Cada indivíduo se apropria do trabalho de maneira diferente, o que irá sustentar essa diferenciação será a maneira como o sujeito convive em seu meio social, considerado seu contexto socioeconômico. Vejamos alguns depoimentos:

ENTR 12 – Trabalho é uma atividade que a gente faz, teoricamente, para se remunerar, para mim, trabalho é um prazer, porque eu faço aquilo que eu gosto então esse trabalho, para mim, é uma atividade que você faz e te

engrandece, te gratifica, porque você vai ser útil, o trabalho contribui para tudo, para a autoestima e para o ganho, atende tuas necessidades.

ENTR 17 – O trabalho para mim é a possibilidade de tu colocares os teus talentos à disposição de mais pessoas, se tu fizeres bem feito, tu gostas daquilo que tu faz, é o que para mim é trabalho, é a realização pessoal de poder levar algum benefício para a sociedade, um reconhecimento pelo que tu fizeste.

ENTR 19 – Todo mundo devia trabalhar, para mim, eu sem trabalhar não poderia viver, praticamente, eu acho importante o trabalho, é uma questão de sobrevivência financeira e social, sem trabalho as pessoas não interagem e adoecem.

ENTR 20 – Trabalho é uma forma de envolvimento do ser humano, que dá a ele a consciência de que ele é produtivo, de que ele está inserido em uma sociedade com a qual ele pode contribuir, tanto para o desenvolvimento dela, quanto também para seu próprio crescimento pessoal, mas hoje creio que existe uma crise na relação trabalho e emprego, o trabalho que é tão importante para a vida, nunca vai deixar de existir, o que está sendo precarizado não é o trabalho, mas o emprego, por isso que eu disse, as pessoas vão ter que ter competência, capacidade para buscar formas novas de inserção social.

A pesquisa demonstrou que todos os entrevistados estão com algum trabalho, seja como empregados com vínculo empregatício ou como autônomos trabalhando por conta própria. Convém ressaltar sobre o entendimento dos entrevistados de que o trabalho é fundamental para se manterem inseridos na sociedade, bem como através do trabalho é que atendem as suas necessidades financeiras para manterem seu padrão de vida após a aposentadoria. Dessa forma, salienta-se que para a população investigada, o trabalho representa a emancipação do sujeito, visto que, além de assegurar renda para manter um padrão de vida, o trabalho também assegura realização profissional e participação social. Os depoimentos a seguir, evidenciam essas questões:

ENTR 03 - Trabalho é uma coisa para você produzir para melhorar de vida, para ajudar o país, ajudar a cidade. O trabalho é isso, é trabalhar para ter alguma coisa.

ENTR 13 – O trabalho eu acho que é uma forma da gente ajudar também. Eu, no meu trabalho, trabalho na área financeira. Eu acho que eles precisam de mim no meu trabalho e eu me sinto bem trabalhando, eu gosto do meu trabalho. Eu acho que eu não me vejo sem o trabalho. Eu acho que se um dia eu tiver que sair daqui por algum motivo, eu vou procurar outro enquanto eu puder. Eu acho que o trabalho edifica a gente. Eu trabalho muito com pessoas mais jovens e eu me sinto, no fim, jovem que nem as pessoas. Para mim é ótimo.

ENTR 22 – Trabalhar é desenvolver alguma atividade que produza algum efeito no mundo. (...) mas para mim tu tens que modificar alguma coisa neste mundo. Tens que fazer algo, não só para sobreviver, mas para transformar. Trabalho é transformação.

Podemos verificar pelos depoimentos, que ficam evidentes duas questões básicas sobre o entendimento de trabalho: a questão dos rendimentos e a questão da participação social. Portanto, para os sujeitos entrevistados, o trabalho representa sua emancipação através da renda e da inserção social que proporciona. Manter-se trabalhando além de assegurar a manutenção de seu padrão de vida, também assegura a inclusão social. Por outro lado, podemos afirmar que deixar de trabalhar e ficar apenas como aposentado, pode representar o risco de perda do padrão de vida e o risco do isolamento social, o que é fator de angústia e preocupações.

O trabalho, como categoria de análise, tem recebido muitas contribuições. Do marxismo, tem se originado as principais correntes, pois para Marx (2005), é no trabalho, num sentido ontológico, isto é, de ser, que o homem se diferencia dos demais seres vivos, gerando riqueza, bens materiais e a possibilidade de sua realização. Antunes (2009) indica que seria um equívoco pensarmos no fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias. É, entretanto, imprescindível entender quais mutações e metamorfoses vêm ocorrendo na contemporaneidade. Novas reconfigurações da sociedade têm provocado uma heterogeneidade que se evidencia no próprio ambiente cotidiano de todas as relações sociais, sobretudo, ao refletirmos sobre o mundo do trabalho.

Na análise da categoria trabalho, encontram-se duas situações: a primeira que entende o trabalho como atividade vital (trabalho concreto) e a segunda, que percebe o trabalho como alienação (trabalho abstrato). Esse duplo caráter explica-se a partir da análise histórica do trabalho na humanidade.

DSC 06 - QUAL O SIGNIFICADO DO TRABALHO EM SUA VIDA? CATEGORIA: SOBREVIVÊNCIA MATERIAL E SOCIAL

Realização. Sobrevivência psíquica, espiritual e material.
 É tudo. 70 ou 80% de meu tempo é trabalho. Utilidade e realização.
 Para mim, é muito importante. Ocupa bem o meu tempo, me preocupo com o serviço. É muito importante isso aí.
 É tudo. Sem trabalho, eu não viveria. Com certeza eu não faria nada.
 Eu diria que trabalho e família ou família e trabalho, nessa ordem, porque, talvez, por ter tido a formação, eu não teria como ser um inútil. Desculpe até por falar que quem não trabalha é inútil, mas eu mesmo se ganhasse a loteria, eu alguma coisa iria fazer.
 Para mim, ele é um ofício. Eu sempre gostei de trabalhar. Na minha vida toda, o trabalho, eu levei muito a sério todos os empregos que eu tive.

Eu vesti a camiseta e eu trabalhava sabendo que aquilo era uma obrigação minha e não só para receber um salário no fim do mês. Assim eu continuo fazendo até hoje. Eu levo muito a sério o trabalho. Em uma empresa em que eu trabalhei por dezessete anos e eu tinha aquela empresa como a minha segunda casa. Eu trabalhei por vontade de trabalhar lá. Era muito satisfatório o trabalho que eu tinha naquela empresa.

Para mim, o trabalho é uma coisa prazerosa, que te mantém, que nem, no meu caso, me comunico com as pessoas, para mim é bom isso. Isso dá uma interação social, continuo com a cabeça ativa, mente ativa, vejo novos rumos, novas coisas. Se você parar de trabalhar, começa a se acomodar mais em casa, não tem aquele convívio com as pessoas. Eu acho que parando de trabalhar, você começa a criar um atraso na tua vida.

Ele tem um significado amplo. Independentemente de a pessoa querer se aposentar e continuar trabalhando, tem um significado que para mim é importante, você tem que gostar de trabalhar. Então o trabalho, eu gosto de trabalhar. Eu não ficaria parado em casa sem fazer nada. Eu gosto de trabalhar. Na medida em que você gosta de trabalhar, o trabalho não é visto como um trabalho na essência da palavra. Ele é um divertimento. Para mim, o trabalho é uma diversão.

Para mim, o trabalho é um prazer. Se eu tiver que trocar alguns dias de férias por trabalho, eu troco, porque eu gosto de trabalhar. Ele não é uma pena, uma carga, ele não é um obstáculo, ele não é uma insatisfação. Eu levanto de manhã e gosto de ir trabalhar.

Para mim foi, não vou dizer tudo, mas eu acho que o próprio trabalho me ajudou a manter minha saúde, que eu tenho hoje, porque eu me movimento muito, eu nunca levanto tarde, levanto sempre cedo e estou sempre em movimento. Eu acho que isso movimenta o corpo e movimenta a mente também, não deixa atrofiar as pernas, o corpo e nem a cabeça.

Eu trabalho desde os dezessete anos e eu não sei fazer outra coisa a não ser fazer isso que eu faço trabalhar em ótica. Eu sempre trabalhei no mesmo ramo. Lecionei por dois anos, mas não era o que eu queria. Para mim, a importância do trabalho é imensa. Eu não sei fazer outra coisa, eu não sei sentar, tomar um chimarrão com umas amigas durante uma semana que parece que eu estou fazendo alguma coisa errada.

Para mim, como a gente tem muitos eventos, muitas coisas, é a relações, são pessoas de todas as cidades. Para mim, o trabalho é muita coisa. As relações que a gente estabelece tanto dentro da empresa e com a sociedade, que é de onde eu trabalho. Para mim, é ótimo. A gente conhece muita gente e tem um círculo de amizade. A gente se sente bem, se sente vivo, se sente útil.

Ele é importante para mim, porque você está se movimentando. O meu trabalho faz com que eu me movimente. Eu não fico sentado em um lugar só. Eu levanto, eu caminho, eu me movimento com as pernas, com os braços. Não é uma coisa fixa, parada em um lugar. O trabalho, para mim, é muito importante. É ser manter ativo.

Eu acho que quando você trabalha como empregado você faz aquilo que você gosta também, no meu caso, eu fazia uma coisa que eu gostava que eu trabalhava com público também, e você tinha o seu horário. Tinha que chegar no horário. Tinha horário de saída, horário de volta da tarde até o final da tarde. Agora, esse trabalho de agora, de aposentada, não é uma coisa que você tem. Se eu não posso trabalhar hoje de manhã, hoje eu vou trabalhar de tarde. Se você está empregado, você não tem essa opção. Você fez um compromisso com a pessoa de trabalhar o dia todo. . Como autônoma é diferente. Tenho mais liberdade. Se eu preciso sair de manhã, eu faço à tarde. O trabalho em si não muda nada, o que muda é essa sua liberdade. O trabalho de antes e de agora sempre foram gratificantes, além de gerar uma compensação financeira.

Eu diria que agora ele representa, depois dos meus filhos e netos, e amores que a gente tem, é a coisa mais importante da minha vida. Ele me

mantém ativo, ele me mantém feliz e ele me mantém com a sensação de que eu sou útil.

É a realização pessoal mesmo. Eu realmente faço o que eu gosto e encontro no trabalho quase uma questão de missão. Até porque quando eu fui fazendo as escolhas que foram mudando algumas questões, mesmo que foram para uma área de projetos, é para realização pessoal. Eu me encontrei demais nisso, para mim é sentido de vida, se eu puder dizer.

Se não fosse o trabalho, se não fosse a atividade que eu desempenhei, eu hoje não seria a pessoa que sou, nem teria o que eu tenho. Então, o que eu tenho foi graças ao trabalho. Nesse aspecto eu sou agradecido à empresa, eu vesti a camiseta da empresa nesses anos todos que eu trabalhei nela. Se olhar minha ficha, vai ver que eu devo ter três ou quatro dias de atestado na minha vida laboral. Então, me sinto agradecido pela empresa e me sinto agradecido a Deus também por ter conseguido chegar da forma que eu estou chegando à fase de idoso, sendo a pessoa que eu sou.

Para mim é um prazer. Seria sacrifício se eu tivesse que ficar em casa, talvez não pudesse trabalhar. Para mim é um prazer, todo dia levantar e poder fazer a mesma coisa, aquilo que eu estou fazendo há 40 anos. Também eu trabalhei sempre para adquirir alguma coisa para futuramente deixar o melhor para os meus filhos, e adquirir umas rendas extras. Foi isso que eu me preocupei na vida, trabalho para assegurar uma vida melhor para minha família e tenho satisfação pelo que faço.

O que eu faço hoje não tem nada a ver com o meu trabalho antes de eu entrar com a aposentadoria. Eu hoje me sinto muito melhor fazendo esse trabalho do que há um tempo. Ver como você faz um produto que você está fabricando, você se sente feliz com aquele trabalho que você fez aquela peça que você realizou que você gostou que o cliente valorizou. Você se sente gratificado com aquilo ali. Antes era mais cobrança do que realização. A atividade que a gente faz e procura fazer é uma atividade para agregar sabedoria em nós, como seres humanos, e ajudar as pessoas naquilo que elas gostam. Porque esse trabalho é um trabalho de restauração. Não só restaurar uma madeira em si. Não, ela tem uma história aqui. Eu vejo por aí.

Como eu dizia, para mim, o trabalho é muito importante. Penso que isso já vem também de uma formação familiar, onde eu sempre tive nos meus pais o exemplo de trabalho, de dedicação àquilo que faziam. Todos os meus irmãos têm essa mesma visão. Exceção feita àquele que é o aposentado ideal, que sempre achou que ele tinha que trabalhar para um dia parar e usufruir daquilo que ele gosta.

Para mim ele significa tudo, por isso que eu não consigo me ver sem o trabalho. Mas talvez não precisasse ser um trabalho remunerado, poderia ser voluntário. Além disso, ele também representa renda, representa acesso a muitos bens que talvez a gente não conseguisse, como até um plano de saúde. Só com a aposentadoria é impossível.

Para mim, trabalho e vida caminham juntos. Eu não pretendo parar com atividade profissional, enquanto estiver viva. Porque não preciso só estar lecionando, eu posso fazer outras coisas que são trabalho, sobre o meu ponto de vista. Eu não consigo me imaginar sem trabalhar. Pela minha formação, trabalho é um valor e é uma forma de valorização do próprio sujeito. Se a pessoa valoriza o trabalho, estar em atividade para ela é importante. Então, eu não consigo distinguir muito bem, viver e não trabalhar. Para mim, são duas coisas que andam juntas.

O DSC formulado a partir das narrativas que resultou na categoria – sobrevivência material e social - a qual, como as outras categorias anteriormente discutidas, não pode ser compreendida isoladamente. Então serão destacados

alguns elementos que constituem o DSC, com o objetivo de distinguir sem separar e, ao mesmo tempo, associar sem reduzir.

A categoria Sobrevivência Material e Social é uma referência direta à compreensão de Debert (2017) e Spurk (2005), cuja teoria afirma que é através do trabalho que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social, uma vez que permite uma síntese do que foi compreensível pelo DSC: é o resultado de singularidades que se correlacionam com elementos comuns, mas, essencialmente, o trabalho representa a sobrevivência material e social. A análise parte, portanto, do princípio de que quando o trabalho é um instrumento de sociabilidade e de condição moral, capaz de suscitar segurança e estabilidade à vida das pessoas, as possibilidades de uma sobrevivência mais digna e saudável são maiores, além de se preservar o papel social do sujeito em seu próprio meio.

Nessa direção, Tavares (2015) e Debert (2017) fazem referência à importância do trabalho na qualidade de vida dos idosos, já que influencia no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional e também por ser um fator determinante ao desenvolvimento humano, à medida que é por meio dele que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social. Já a saída do mundo do trabalho, passa a ser uma marca relevante na vida dos idosos, com fortes implicações não só para sua organização temporal da vida, mas também para sua autoimagem e suas relações sociais. Reorganizar a vida, após a saída do mundo do trabalho, envolve questionamentos, enfrentamentos, exige processos de aprendizagem, de adaptação a um novo estilo de vida e enseja certa contradição: se é por um lado desejada, por outro, é temida. Alguns depoimentos falam do significado do trabalho em suas vidas:

ENTR 02 – Uma questão de sobrevivência psíquica, espiritual e material.

ENTR 03 – Tem um sentido de utilidade, atende necessidades materiais e sociais.

ENTR 09 – Para mim, o trabalho é uma coisa prazerosa, que te mantém e te comunica com as pessoas, isso dá uma interação social, mantém a cabeça e mente ativa. Vejo novos rumos....

ENTR 11 – Para mim, não vou dizer tudo, mas eu acho que o próprio trabalho me ajudou a manter minha saúde, movimentar o corpo e a mente também.

ENTR 13 – Para mim, o trabalho é muita coisa, a gente conhece muita gente e tem um círculo de relacionamentos, a gente se sente bem, se sente vivo, se sente útil.

ENTR 16 – O trabalho me mantém ativo, ele me mantém feliz e ele me mantém com a sensação de que eu sou útil para a sociedade.

ENTR 18 – Se não fosse o meu trabalho, eu hoje não seria a pessoa que sou, nem teria o que eu tenho que foi graças ao trabalho, tenho satisfação pelo que faço.

ENTR 21 – Para mim o trabalho significa tudo, me sinto capaz e inserido na sociedade e, além disso, ele representa renda, representa bens e até manter um plano de saúde, que só com a aposentadoria é impossível.

É importante ressaltar que o significado do trabalho para os entrevistados está vinculado a outros dois significados – de ser idoso e estar aposentado. Portanto, dentro do contexto, o significado do trabalho apresentado no DSC engloba a idade e a aposentadoria. Nessa direção, Tavares (2015) e Debert (2017) aludem à importância do trabalho na qualidade de vida dos idosos, já que influencia no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Além disso, quando o trabalho é atrelado à ideia de satisfação e realização pessoal, as possibilidades de uma sobrevivência mais digna e saudável são maiores. Igualmente, além de se preservar o papel social do sujeito em seu próprio meio, o trabalho é fator determinante ao desenvolvimento humano, à medida que é por meio dele que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social.

Outro fator, que deve ser considerado no significado do trabalho para os entrevistados, é em relação às boas condições de saúde e em consequência o aumento da longevidade, que contribui para um novo entendimento sobre o processo de envelhecimento, como também proporciona um longo caminho de vida pós-aposentadoria, diferentemente do século passado. França e Soares (2009) e Amarildo (2005) argumentam que a saúde e as potencialidades mentais dos idosos contemporâneos, merecem ser entendidas como sinônimo de força produtiva o que justifica a permanência dos idosos aposentados no mercado de trabalho. A aposentadoria pode representar uma oportunidade de mudança profissional para um trabalho mais prazeroso ou mesmo reafirmar o desejo de seguir na mesma atividade. O trabalho pode ser benéfico quando propicia autoestima, satisfação, sensação de produtividade, além da remuneração; por outro lado, pode ser prejudicial, quando a razão para manter-se trabalhando é a necessidade de renda, sem qualquer outra motivação, além de condições inadequadas de trabalho.

Esses aspectos ficam evidenciados pela pesquisa, visto que todos os entrevistados gozam de boa saúde e demonstram o desejo de permanecerem ativos, pois o trabalho que desempenham, proporciona-lhes satisfação pessoal, sentimento de utilidade e inserção social. Também cabe ressaltar que a necessidade

de uma remuneração extra, além da aposentadoria, fica evidente nos depoimentos, o que caracteriza o trabalho, também como um meio de subsistência.

Aqui cabe ressaltar um depoimento que revela que através da aposentadoria houve a oportunidade de mudança profissional, de um trabalho assalariado para um trabalho autônomo, mais original, criativo:

ENTR 14 – Eu hoje me sinto muito melhor fazendo esse trabalho do que há um tempo, ver como você faz um produto que você está fabricando, você se sente feliz com aquele trabalho que você fez, aquela peça que você realizou que você gostou que o cliente gostou, você se sente gratificado com aquilo ali, antes era mais cobrança do que realização.

Dessa forma, a aposentadoria atualmente vem carregada de múltiplas possibilidades, sendo encarada como mais uma etapa da vida, com importantes efeitos nas esferas psicológica e social dos indivíduos. Os aspectos econômicos da vida dos aposentados também devem ser levados em conta, uma vez que quanto menor a renda tanto maior será a sua preocupação em relação à aposentadoria, e aposentados com problemas econômicos, no momento que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Por outro lado, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, tendo o aposentado dificuldade para desvincular-se do mesmo (TAVARES, 2015).

É importante desvelar que a sociedade global emergente é resultado de um movimento de caráter estrutural do capitalismo que, com forte teor ideológico, adquire poder determinante de conformação, sobretudo de novos padrões sociais. Embora se observem inúmeras mudanças no que se refere ao trabalho, ainda hoje se estabelece a mesma dinâmica do passado. Por um lado, o trabalho dissociado do seu sentido não passa de uma atividade em que o trabalhador perde-se a si mesmo, negando sua própria vida; por outro, o trabalho não perdeu sua importância uma vez que se trata do meio de sobrevivência do homem (GIDDENS, 2000).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese central deste estudo é que, para os idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho, o trabalho fornece sentido à sua existência como seres sociais. Deste tema decorreu o seguinte problema de pesquisa: Quais as representações sociais de trabalho e de aposentadoria dos idosos que permanecem no mercado de trabalho após sua aposentadoria? Buscou-se uma tradução factível sobre os sujeitos idosos que, de alguma forma, estão entrelaçados com o trabalho após a aposentadoria, sob o amparo teórico de três eixos: o idoso, o trabalho e a aposentadoria na contemporaneidade e sua articulação com elementos como identidade e sociabilidade.

A tese que se tem postula que o trabalho é construído e reconstruído socialmente, “que os aspectos sociais e morais do trabalho continuam a ser um componente essencial” (GRINT, 1998, p.13) e, para os idosos contemporâneos, o trabalho é fundamental para seu desenvolvimento pessoal e reconhecimento social (CECÍLIO, 2017) como também é pelo trabalho que se constrói a identidade do sujeito, a qual fornece sentido à sua existência como ser social (DEBERT, 2017).

A partir das perspectivas apresentadas, e para contribuir com as discussões relativas à temática levantada, estabeleceu-se como objetivo principal compreender, em sua extensão e profundidade, as representações sociais de trabalho e de aposentadoria dos idosos que permanecem no mercado de trabalho após sua aposentadoria.

A pesquisa foi realizada a partir das Representações Sociais de Idosos Aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho, através do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os sujeitos da pesquisa foram entendidos, como idosos ativos, numa referência à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, e por estarem atuando no mercado de trabalho. Apresentam-se, a seguir, as conclusões que a discussão do tema, ao longo dos capítulos, permitiu atingir.

Quanto ao objetivo principal, a análise mostrou que as representações sociais são construídas a partir de valores e sentidos derivados da visão do mundo contemporâneo. E, de modo geral, esses valores estão relacionados ao desenvolvimento pessoal e reconhecimento social através do trabalho. O trabalho proporciona uma vida ativa e fornece sentido à sua existência como ser social, além

de ser um meio de sobrevivência material, assegurando a identidade do idoso como sujeito.

Para melhor compreensão do corpus do estudo, apresentam-se alguns pontos considerados relevantes, levando-se em conta os objetivos específicos traçados inicialmente pela pesquisa:

Quanto ao objetivo (I), identificar o significado de idoso para os idosos aposentados que permanecem no mercado de trabalho após a aposentadoria, as análises das narrativas mostraram que, a partir do momento em que o idoso é considerado como um sujeito capaz de desenvolver atividades e desempenhar novos papéis sociais, a visão sobre ele começa a ser alterada, pois o estigma do idoso como incapaz, senil e sem utilidade, passa a ser reconfigurado. Camarano (2014, p. 257/258) ressalta essa mudança ao afirmar que “gradualmente, a visão de idosos como um subgrupo populacional vulnerável e dependente foi sendo substituída pela de um segmento populacional ativo e atuante que deve ser incorporado na busca do bem-estar de toda a sociedade”.

Essas alterações culturais ocorrem a partir do momento em que os idosos passam a recusar a visão pejorativa que a população apresenta acerca da velhice e começam a se mostrar como verdadeiros atores sociais, capazes de mobilizar a sociedade, na busca de um reconhecimento social, cultural, político e econômico. A constituição do indivíduo ocorre quando este se estabelece consigo mesmo, conseguindo atingir prazer pessoal pelo que representa ou pelo prestígio social que atinge por meio de sua atividade.

Nessa perspectiva, quando o idoso se percebe como possibilitador de mudanças e que tem condições de atuar em prol de seus direitos, o contexto social do idoso muda. Percebe-se que os idosos, enquanto coletivo social, são muito mais ativos do que o próprio fenômeno biológico da idade. Assim, os idosos, ao definirem sua identidade, ultrapassando os limites do preconceito, começam a estabelecer seu espaço social, buscando seu reconhecimento pelo que já desempenharam no decorrer de sua trajetória e do que têm capacidade de desenvolver devido a sua experiência. Outro fator determinante para os sujeitos entrevistados é o nível de escolaridade que, segundo os dados da pesquisa, a grande maioria possui formação superior ou técnica o que facilita sua independência profissional ou sua inserção no mercado de trabalho.

Nesse sentido, além de uma maior representatividade do idoso no meio social, outro fator que se destaca, refere-se à própria identidade, pois o idoso se mantendo ativo, trabalhando e inserido socialmente, mantém sua autoafirmação, como também eleva sua autoestima, o que o faz sentir-se útil e engajado socialmente. Essa visão do idoso, fixada na autonomia, em atividade e na plena participação social, permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência e isolamento.

Quanto ao objetivo (II), compreender o significado da aposentadoria para os idosos aposentados que permanecem atuando no mercado de trabalho, as análises das narrativas apresentadas pelo DSC em relação à aposentadoria mostram uma relação direta com o processo de envelhecimento e a continuidade no mercado de trabalho dos idosos, pois estão intimamente ligadas à forma de compreender o envelhecimento, bem como às dimensões deste processo na vida de cada sujeito. Concordamos que o envelhecimento congrega conceitos bastante distintos, que vão desde a inutilidade e perdas físicas até a exclusão da sociedade. No entanto a expressão mais forte desvendada na pesquisa é sobre a centralidade do trabalho nas vidas desses sujeitos, que entendem a aposentadoria como um meio de envelhecimento pela perda da capacidade de trabalho.

As narrativas evidenciaram que a ausência do trabalho pode ser substancialmente responsável pela redução da qualidade de vida e de envelhecimento/velhice. Os idosos em geral vivem com frequência angustiados com a desvalorização dos aposentados, tanto pela questão econômica em si, mas, sobretudo, em decorrência da perda de valor social. Nessa linha de pensamento, a aposentadoria não é observada como direito conquistado e sim, como o momento da mudança de papel social – quase sempre estigmatizado. Dessa forma, a ausência do trabalho, muitas vezes, é o que dá concretude ao envelhecimento/velhice. Assim, compreender a relação entre o envelhecimento e o trabalho nos remete ao pensamento de que a experiência de envelhecer só é percebida quando o idoso assume que o processo de envelhecimento produz uma mudança fundamental na posição na sociedade e, portanto, em todas as suas relações com os outros.

Aliado a esses fatores, o idoso também enfrenta, ao se aposentar, uma queda do nível de renda que, por sua vez, afeta seu padrão e qualidade de vida. Isso passa

a ser um determinante para a população investigada que, ao manter suas atividades laborais, consegue manter seu padrão de vida. Além disso, a pesquisa mostra que os idosos são de grande importância para o sustento de suas famílias, pois mantêm ou ajudam financeiramente algum familiar, geralmente filhos que estudam ou estão desempregados.

Nesse sentido, o Discurso do Sujeito Coletivo também é caracterizado por uma forte conotação da necessidade financeira. Isso aparece em algum momento em praticamente todas as categorias, tanto que uma das principais razões para os sujeitos entrevistados não se aposentarem de fato, é o baixo valor da aposentadoria em relação às suas necessidades financeiras, ou seja, à manutenção de seu padrão de vida, embora aspectos da manutenção na vida em sociedade e a sensação de utilidade também estejam fortemente presentes. Isso evidencia que, para o idoso aposentado, a continuidade no trabalho é uma necessidade financeira e, ao mesmo tempo, ao se manter ativo, gera uma sensação de “jovialidade”, pois, mantendo-se produtivo, mantém-se útil e engajado na sociedade.

Os entrevistados ainda reforçam o desejo de permanecerem ativos, seja adiando a aposentadoria, seja em outro formato de atividade profissional no pós-aposentadoria, visto que correlacionam a satisfação pelo trabalho que desempenham com uma vida ativa. Fica evidente que o sujeito que utiliza seu trabalho como instrumento para desenvolver suas potencialidades, possivelmente não vai ter interesse na aposentadoria de fato ou vai ser mais resistente ao processo.

Em geral, os entrevistados não pretendem se aposentar de fato, porque gostam de suas atividades profissionais e das relações sociais constituídas no trabalho; outros, ao se aposentarem, engajam-se em outra ocupação profissional, já que, na prática, a aposentadoria representa uma sensação de vazio. Por isso, a compreensão da representação de aposentadoria para a vida dos sujeitos entrevistados está diretamente relacionada à compreensão do significado do trabalho.

No ciclo da vida que envolve educação, trabalho e aposentadoria, os entrevistados afirmaram que a aposentadoria não é o fim do ciclo e representa o início de uma nova fase em que pode se retomar à educação ou a uma nova atividade profissional. Isso ficou caracterizado no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), em que, para os entrevistados, a aposentadoria é o momento de se garantir

algum direito, não necessariamente uma ruptura com o trabalho, ratificando que trabalho e aposentadoria são dois constructos inter-relacionados, sendo o trabalho, na percepção dos sujeitos entrevistados, uma questão muito central na vida desses idosos, enquanto a aposentadoria demonstrou uma preocupação de isolamento social e medo de envelhecer. Aqui ressaltamos que, conforme Guita Debert, pesquisadora e autora do clássico *A Reinvenção da Velhice* (2017), a velhice não é uma categoria natural, mas uma categoria socialmente produzida, como a criação de um novo papel na sociedade para o indivíduo longevo.

Quanto ao objetivo (III), compreender o significado do trabalho para os idosos aposentados que permanecem ativos no mercado de trabalho, as análises das narrativas mostraram que, além de o trabalho proporcionar renda – meio para satisfazer as necessidades humanas, ele funciona como elemento central na manutenção da autoestima. O ambiente de trabalho também possibilita a oportunidade de contatos com outras pessoas, bem como com atividades diferentes das domésticas. É nesse ambiente que os indivíduos podem desempenhar funções que, mesmo sendo rotineiras, têm reconhecimento social.

Assim, no entendimento do significado do trabalho para os idosos aposentados que permanecerem em atividade, destacamos: os sentimentos de gratificação e produtividade com a atividade que exercem, maior flexibilidade que o trabalho gera após a aposentadoria, bem como a importância da questão financeira. Os sentimentos de medo de perder as relações sociais conquistadas no mundo do trabalho e os significados de inatividade, improdutividade, isolamento, morte figurativa, descarte, velhice, passagem do tempo e da ociosidade, também foram identificados, constituindo as preocupações que a falta de trabalho pode representar.

Todos os entrevistados, cada qual à sua maneira, ressaltam que o trabalho é importante para o ser humano. Observamos em algumas narrativas que eles compreendem o trabalho como uma das essências da vida – tanto na perspectiva econômica como na psicossocial. Depreendemos também que, atrelado à fonte de ganho econômico, o trabalho pode expressar atividade e dignidade. Associado a esse pensamento, identificamos o sentido de utilidade conferido ao trabalho. Em todos os depoimentos o trabalho tem um significado positivo, que vai desde o condicionamento físico e mental até a atividade que dignifica aquele que a executa como um ser útil e responsável perante os outros.

Ainda em relação no que concerne à centralidade do trabalho, a maioria dos entrevistados aponta para a predominância da centralidade do trabalho em sua vida, sendo o trabalho um meio de subsidiar as relações pessoais, sociais e materiais como um meio de sobrevivência. Já no que tange às características do trabalho, os entrevistados destacaram que o ambiente laboral oportuniza amizades e a participação em atividades comuns com as outras pessoas, como também destacam a importância de sua formação profissional como embasamento para sua realização profissional. Aqui cabe ressaltar, que em algumas narrativas o trabalho é citado como um imperativo societal vital e imprescindível, como também, é citado, como um meio de sobrevivência material.

Dessa forma, as representações sociais, apresentadas pelo Discurso do Sujeito Coletivo evidenciaram que as potencialidades mentais dos idosos, merecem ser entendidas como sinônimo de força produtiva de que os idosos são detentores. E que, entre os principais motivos para a população investigada permanecer trabalhando após sua aposentadoria, está a vontade de permanecer ativa, sentindo-se útil, inserida na sociedade, e a necessidade de uma remuneração extra para manutenção do padrão de vida. Isso ressalta que os aspectos econômicos e sociais têm fundamental importância na decisão do sujeito se aposentar, evidenciando a influência das transformações econômicas e sociais em marcha desde o final do século XX.

Embora os aspectos econômicos tenham influência e até prevaleçam na modernidade, assim como a visão do idoso produtivo, estes aspectos contribuem para o idoso permanecer atuante, sentindo-se útil e engajado na sociedade. Nesse sentido, acredita-se que a linha mestra do estudo tenha sido confirmada, pois é justamente nesse embate da tríade idoso-trabalho-aposentadoria que as relações se estabelecem, em um processo não linear, não simplificador, em que se trata de fenômenos construídos socialmente e dependem do contexto social que essas atividades transformadoras ocorrem.

REFERÊNCIAS

- AREOSA, S.V.C. **Envelhecimento, contexto social e relações familiares: o idoso, de assistido a provedor da família.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ALCÂNTARA, A. de O. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos.** Campinas: Editora Alínea, 2004.
- AMARILHO C.B. **O executivo-empresário, sua aposentadoria e o processo de afastamento do trabalho.** Rio de Janeiro: UNATI, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho.** 13ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2009.
- ANTUNES, M. H., SOARES, D. H. P., & SILVA, N. **Orientação para aposentadoria nas organizações: Histórico, gestão de pessoas e indicadores para uma possível associação com a gestão do conhecimento.** *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, 2015, 5 (1),43-63.
- ARBACHE, J. **Transformação Demográfica e Competitividade Internacional da Economia Brasileira.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n.36. DEZ, 2011.
- ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARRETO, R. O.; FERREIRA, L. **"Luto e Melancolia": contribuições psicanalíticas para o entendimento dos reflexos da aposentadoria na subjetividade dos indivíduos.** In: ENANPAD, 35. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.
- BAUMAN, Z. **O Mal-estar da Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999a.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999b.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BEAUVOIR, S. **A Velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. **Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações.** In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A (Org.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.* São Paulo: Atlas, 2011, Cap. 1, p. 3-21.

BITENCOURT, B. et al. **Para além do tempo de emprego: o sentido do trabalho no processo de aposentadoria.** Revista de Ciências da Administração, 13(31), 30-57, 2011.

BRASIL, Ministério da Previdência Social. **Lei Eloy Chaves.** Brasília, 1923.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Orgânica da Previdência Social.** LEI Nº 3.807, 1960.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei Nº 72 de 21 de Novembro de 1966.** Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social, 1966.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974.** Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências, 1974.

BRASIL. **Lei n. 6.439, de 1º de setembro de 1977.** Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1977.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada, e dá outras providências, 1993.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social** (Lei nº 8.742, de dezembro de 1993). Brasília, 1993.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério de Saúde. **Portaria n. 1395, de 10 de dezembro de 1999.** Aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, 1999.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002.** Este Plano foi o resultado da II Assembleia Mundial do Envelhecimento realizada de 8 a 12 de abril de 2002, em Madri, promovida pela ONU. Organização das Nações Unidas; Brasília 2003.

BRASIL. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília-DF, 2005.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. **Texto Base da I Conferência Nacional de Direitos do Idoso “Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – RENADI”** Brasília, 2006.

BRASIL. Informe Brasil. CONFERÊNCIA REGIONAL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ENVELHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, II. **Uma sociedade para todas as idades e de proteção social baseada em direitos.** Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília, 2007.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.** Institui o Fundo Nacional do Idoso.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 13.466, de 12 de julho de 2017.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, a fim de estabelecer a prioridade especial das pessoas maiores de oitenta anos, 2017.

BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, 1º de outubro de 2003. Complementado pela Lei nº 13.466/2017, de 12 de julho de 2017.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9.921 de 18 de julho de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa, 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, 2019.

BRITO, F. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2008.

BULLA, L.; KAEFER, C. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado.** Revista Virtual Textos & Contextos, 2(1), 1-8. 2003.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina.** Texto para Discussão n. 1292. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D.. **Saída do Mercado de Trabalho: qual é a idade?** Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, v. 17, n. 51. Brasília: IPEA/MTE, 2012.

CAMARANO, A. A. **Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Brasília, DF: IPEA, 2014.

CARMO, P. S., **A Ideologia do Trabalho.** 2ª Ed. São Paulo; Moderna, 2005.

CARVALHO, A.C., CARVALHO, D.F. **As leis do movimento do capital e a dinâmica dos capitais plurais na concorrência capitalista.** Teoria e Evidência Econômica - Ano 20, n. 42, p. 157-194, jan./jun. 2014.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, R. **A Insegurança social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2005.

CECÍLIO, S. **Aposentadoria Como Velhice – Um Subproduto do Culto ao Trabalho?** Disponível em < <http://www.portaldoenvelhecimento.com.>> Acesso em 01 jul. 2017.

CHIEZA, R. A.; ZIMMERMANN, A. **Gastos com a Previdência Social e os Desafios do Estado Brasileiro.** In: Políticas de Emprego, Trabalho e Previdência. Cássio da S. Calvete; Máris C. Gosmann (org). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

COSTA, G.M.S.; BARBOSA, M.; VILAS BOAS, J.B.O. **A percepção de trabalhadores e aposentados sobre as perdas e ganhos da aposentadoria.** Revista Kaleidoscópio, 2012, 1-18 (3).

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. Ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014. 341p.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** São Paulo: Klaxon livros, 2017.

DEJOURS, C.; TONELLI, M. J. **O fator humano.** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação.** *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004 a.

DEJOURS C. **Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** In: Lancman S.; Sznelwar, L. I. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (p. 47-104). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Brasília, DF: Paralelo 15, 2004b.

DEJOURS, C. **A sublimação, entre o sofrimento e o prazer no trabalho.** *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 2013: 33 (2), p. 9-28.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Indicadores. Mercado de trabalho.** 2009. Disponível em <www.dieese.org.br> Acesso em 13 agost. 2018.

DOMINGOS SOBRINHO, M. **Habitus e Representações: questões para o estudo de identidades coletivas.** In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs). *Estudos Interdisciplinares de Representação Social.* Goiânia: AB, 1998, p. 117-130.

DUARTE, N. **Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo.** *Perspectiva*, Florianópolis, v. 16, n. 29, p. 99-116, 1998.

DURKHEIM, É. **Da Divisão do Trabalho Social.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. Ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009. 405p.

FONTANELLA, B. J. B., RICAS, J., TURATO, E. R. **Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas.** *Cadernos de Saúde Pública*. 24(1), 17-27. 2008.

FRANÇA, L. H. F. P.; SOARES, D. H. P. **Preparação para Aposentadoria como parte da Educação ao Longo da Vida.** *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 4, n. 29, p. 738-751, 2009.

FRIGOTTO, G. **Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito.** *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século.* Gaudêncio Frigotto (org.) 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **A População Idosa no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre.** *Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego.* Governo do Estado do Rio Grande do Sul: 2015.

GALBRAITH, J.K. **A economia das fraudes inocentes.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.

GARCIA, M. A.B. **O advento da longevidade no trabalho: como continuar trabalhando após os 60 anos.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

GERNET, I.; DEJOURS, C. **Avaliação do trabalho e reconhecimento.** In: Bendassolli, P. F.; Soboll, L. A. (Orgs.), *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.* (p. 61-70). São Paulo: Atlas, 2011.

GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social.** Editorial Presença. 5ª Ed. Lisboa. 2000.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, A. **Sociologia.** Tradução Ronaldo Cataldo Costa. 6. ed. Porto Alegre:Penso, 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** São Paulo: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GRINT, K. **Sociologia do Trabalho**. Instituto Piaget, 1998.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Pedrinho A Guareschi, Sandra Jovchelovitch (org.); prefácio Serge Moscovici – 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUILLEMARD, A-M. **Trabalho ou Aposentadoria ao Fim da Carreira? Uma estratégia da terceira via para uma população em envelhecimento**. In: O Debate Global sobre a Terceira Via. Anthony Giddens (org.). Trad. Roger M. dos Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

HANDY, C.B. **A era do paradoxo**. São Paulo: Makron Books, 1995.

HANS, P. M. **Trabalho, profissão e “vocação” – O conceito de trabalho em Max Weber**. In MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 2 v. Petrópolis: Vozes, 1971.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 2 ed. RJ: Editora Vozes, 1992.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito**. Martins Fontes, São Paulo: 2009.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas Sociais Projeções da População Brasileira**. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Mercado de Trabalho - PNAD**. Ed. 64, abr. 2018.

IPEA. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. 51. (C.H.CORSEUIL, Ed.) Brasília: IPEA, MTE. 2012.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. 17-41 p.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais: para uma fenomenologia dos saberes sociais**. *Psicologia e Sociedade*, v. 10, n. 1, p. 54-68, 1998.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KRELING, N.H. **Envelhecimento e inserção do idoso no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Indic. Econ.FEE, Porto Alegre, v.43, n.3 p.141-154, 2016.

KUENZER, A. **Desafios Teórico-metodológicos da Relação Trabalho- Educação e o Papel Social da Escola**. In FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

LEFEVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. **A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização "Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde - CADRHU"**. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 68-75, jul-dez. 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: LiberLivros Editora, 2005.

LEFÈVRE F.; LEFÈVRE, A.M.C.; MARQUES, M.C.C. **Discurso do Sujeito Coletivo, complexidade e auto-organização**. *Ciências e Saúde Coletiva*. 2009; 14 (4):1193-1204.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **Pesquisa de Representação Social**. Brasília: LiberLivros, 2010.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantativo - a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo**. 2. ed. Brasília: LiberLivros, 2012. (Série Pesquisa; 20).

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas**. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 502-507, abr./jun. 2014.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. São Paulo. Ciências Humanas, 1970.

LUKÁCS. G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: LECH, 1978.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1982, cap. V., p. 201-208.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural; 1983.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos** [1844]. Trad. br. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital**. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDES, A. M. **Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho**. In: *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 29-48.

MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

MINAYO, M.; FIRMO, J. **Longevidade: bônus ou ônus?** Ciênc. saúde colet. 24 (1) Jan 2019.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, D. **Imaginário social e hegemonia cultural**. Brasil: Niterói- Universidade Federal Fluminense. 2002.

MOREIRA M.M.S. **Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento**. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2000.

MOREIRA A.S.P. **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária; 2001.

MOSCOVICI, S. **Das representações coletivas às representações sociais**. In: JODELET, D. (Org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Envelhecimento e Saúde**, 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em : 31 out. 2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Resolução nº 39/125**, 1982.

ORGANISTA, J. H.C. **O Debate sobre a Centralidade do Trabalho**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com co-responsabilidade social**. Brasília: OIT, 2009.

PEIXOTO, C. **Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatório: velho, velhote, idoso, terceira idade**. In: Barros, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*: 13-34. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

PIRES, A. P. **Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico**. In Vários Autores. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes. 2008.

PROEXT/UFRGS. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. V. 24 (2019). Porto Alegre. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/issue/view/3814/showToc>. Acesso em: 31 out. 2019.

RAMOS, P. **O direito à velhice**. Tese de doutorado em Direito Constitucional. PUC-SP, 2001.

RODRIGUES, L.D.; SOARES, G.A. **Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea**. Revista *Ágora*, 4, 1-29, 2006.

ROJAS S. R. **Manual de pesquisa social**. Petrópolis: Editora Vozes; 2004.

SÁ, C. P. de. **Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria**. In: SPINK, M. J. (org.). *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 19-57.

SÁ, J.L.M. **A formação de recursos humanos em Gerontologia: fundamentos epistemológicos e conceituais**. In: Freitas EV, organizadores. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2002. p. 1119-24.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO, M. Del P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. Ed. Porto Alegre, RS: Pensa, 2013.

SANTOS, B. de S. **Reinventar a democracia: entre o pré contratualismo e o pós contratualismo**. In: HELLER, A. *et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto. Corecon-RJ, 1999.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000, 415p.

SCHNEIDER, R.; IRIGARAY, T. **O Envelhecimento na Atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais**. *Estudos de Psicologia*, 25(4), 2008.

SENNETT, R. **A Corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método.** Organizações Rurais Agroindustriais, 7(1), 70-81. 2005.

SILVA, L. **Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento.** História Ciências Saúde-Manguinhos, 15 (1), 2008 p.155-168.

SOARES, D. H. P.; COSTA, A. B. **Aposent-Ação: aposentadoria para ação.** São Paulo: Vetor, 2011.

SOBRAL, B. **Relações de trabalho na nova realidade populacional brasileira.** In: Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

SORATTO, L.; OLIVIER-HECLER, C. **Trabalho: atividade humana por excelência.** In: CODO, Wanderley (Coord.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes/Universidade de Brasília, 1999.

SORJ, B. **A Sociedade Brasileira.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SPURK, J. **A Noção de Trabalho em Karl Marx.** In MERCURE, D.; SPURK, J. (Orgs.). O Trabalho na história do pensamento ocidental. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005, p.189-211.

TAVARES, M. F. **Trabalho e Longevidade: como o novo regime demográfico vai mudar a gestão de pessoas e organização do trabalho.** 1ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2015.

WAJNMAN S.O. **Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências.** In: CAMARANO A.A. Os Novos idosos brasileiros: muito além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

WEBER, M. **Ética Protestante e Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

WITCZAK, M. V. C. **Lazer e Trabalho: relação de continuidade na aposentadoria?** In: MULLER, A.; DA COSTA, L. (org.) Lazer e Trabalho, um único ou múltiplos olhares? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. **Orientação para a aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

APÊNDICE A – ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS

Bloco I – Visão sobre o Idoso

Qual sua idade?

O que você entende por Idoso?

Você se sente Idoso?

Até quando pretende continuar com alguma atividade profissional?

Como você vê o mercado de trabalho para o Idoso?

Bloco II – Visão sobre Aposentadoria

O que você entende por aposentadoria?

Com que idade você se aposentou e como foi este processo?

Mudou a forma de trabalhar após sua aposentadoria?

Para você, qual o sentido de continuar trabalhando após se aposentar?

Bloco III – Visão sobre o Trabalho

O que você entende por trabalho?

Qual o significado do trabalho em sua vida?

O sentido de seu trabalho atual é diferente de antes de se aposentar?

Como você se percebe profissionalmente no momento atual?

Bloco IV – Perfil do Participante

Qual sua Ocupação Profissional atual?

Qual sua formação?

Quantas horas você se dedica ao trabalho por semana?

Qual o percentual que representa o valor de sua aposentadoria no total de seus rendimentos?

Você ajuda financeiramente algum familiar?

Bloco V - Questão Aberta

Algo mais que queira comentar?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Representações Sociais de Idosos Aposentados que Permanecem Ativos no Mercado de Trabalho”

Pesquisador responsável: Eduardo Pertille Costa Leite / pertille@ufrgs.br/ (51) 996853865. Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

Orientadores: Dr. Everton Rodrigo Santos / evertons@feevale.br / (51) 99971 – 9990, e Dra. Sueli Maria Cabral / suelicabral@feevale.br / (51) 98142-4532 Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

Estamos fazendo uma pesquisa com idosos que permanecem ou retornam para o mercado de trabalho após sua aposentadoria. A pesquisa tem o objetivo geral compreender, em sua extensão e profundidade, quais fatores levam os idosos permanecerem trabalhando após sua aposentadoria. E como objetivos específicos: compreender o significado do trabalho para o idoso; identificar as construções sociais e as percepções do trabalho para o idoso aposentado e compreender o sentido da aposentadoria para o idoso.

Para tanto, você está sendo convidado a participar de forma voluntária desta pesquisa. Inicialmente, você será entrevistado (a) através de um questionário com perguntas relacionadas a idoso, trabalho e aposentadoria. Estas respostas serão gravadas e transcritas na íntegra para sua análise futura. A aplicação do questionário terá duração máxima de uma hora e um termo de anuência para participação da pesquisa será usado para a ciência dos direitos de participação. Será garantido o sigilo dos dados de identificação de você, sendo zelada a privacidade por seu anonimato. Manteremos em arquivo, sob nossa guarda, por um período de dois (2) anos, todos os dados e documentos da pesquisa. Depois de transcorrido esse período, os mesmos serão destruídos. Entretanto, as informações coletadas poderão ser utilizadas para fins de pesquisa e em eventos científicos, mantendo sempre o anonimato dos participantes da pesquisa. O resultado deste estudo poderá servir de fundamentação para implantação e execução de ações futuras de políticas públicas para idosos que permanecem ou retornam para o mercado de trabalho após sua aposentadoria assim como para outros estudos

envolvendo o tema. Destacamos que este estudo não traz riscos a vida humana, entretanto, pode causar estresse emocional para você, visto a exposição de seus dados pessoais, da história de vida, de momentos conflitantes, ou até mesmo no despendimento do tempo para a participação da pesquisa. Informamos que estes riscos podem ser minimizados ao estarem livres para paralisar a coleta de dados a qualquer momento da pesquisa, ou até mesmo de solicitar o término de sua participação. Qualquer esclarecimento sobre o estudo poderá ser solicitado sempre que necessário, através dos dados do pesquisador acima informado.

ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____; RG _____, tendo recebido os esclarecimentos acima, e ciente dos meus direitos, desejo participar desta pesquisa. Estou ciente: a) do objetivo deste estudo; b) da segurança de que eu não serei identificado e de que toda a informação obtida será confidencial; c) de que eu terei a liberdade de manifestar recusa em participar deste estudo em qualquer etapa do processo; e d) de que eu poderei contar com orientações que se fizerem necessária. Assim assino em duas vias este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do entrevistado:

ANEXO C - TERMO DE RESPONSABILIDADE ÉTICA E DE SIGILO

Título da Pesquisa: “Representações Sociais de Idosos Aposentados que Permanecem Ativos no Mercado de Trabalho”

Pesquisador responsável: Eduardo Pertille Costa Leite / pertille@ufrgs.br/ (51) 996853865. Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

Orientadores: Dr. Everton Rodrigo Santos / evertons@feevale.br / (51) 99971 – 9990, e Dra. Sueli Maria Cabral / suelicabral@feevale.br / (51) 98142-4532 Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.

Eu, Eduardo Pertille Costa Leite pesquisador responsável pelo estudo me comprometo a cumprir as normas éticas e de segurança, além de respeitar as dúvidas dos entrevistados, bem como o sigilo dos dados e a recusa eventual do participante com vista a zelar pelo seu bem-estar e a ética da vida humana.

Pesquisador Responsável: Eduardo Pertille Costa Leite

Novo Hamburgo, 15 de Abril de 2019.